

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Adriana de Souza Ramacciotti

A gramaticalização de verbos na
Nova Gramática do Português Brasileiro

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2015

Adriana de Souza Ramacciotti

A gramaticalização de verbos na
Nova Gramática do Português Brasileiro

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob orientação da Prof^a. Doutora Dieli Vesaro Palma.

Banca Examinadora

A Caio e Thais, meus pais
A Fernando, meu marido

RESUMO

RAMACCIOTTI, Adriana S. *A Gramaticalização de verbos na Nova Gramática do Português Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). PUC-SP. São Paulo.

Esta dissertação tem como tema a gramaticalização de verbos na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho, e, como dois objetivos, verificar se existem processos de gramaticalização de verbos no *corpus* selecionado e identificar a sua trajetória.

Gramaticalização é, para a maioria dos estudiosos, a passagem de um item lexical a gramatical e, se gramatical, a mais gramatical ainda. Justifica-se o tema pelo fato de a gramaticalização ter sido muito estudada como processo de mudança linguística por pesquisadores que trabalham com a corrente funcionalista da linguagem e ser uma ferramenta preciosa para estimular a reflexão do professor de Português sobre quais gramáticas levar para a sala de aula.

Como fundamentação teórica para o desenvolvimento deste trabalho, consideraram-se os autores Castilho (1977), Givón (1979), Hopper (1991), Hopper & Traugott (2009), Lehmann (2002), Martelotta (2011) e Martelotta, Votre & Cezario (1996) e Heine (2003), entre outros, e aplicaram-se os parâmetros de Lehmann (1985) e princípios de Hopper (1991) na análise dos dados, quando possível.

Como resultados obtidos, constatou-se que a *Nova Gramática do Português Brasileiro* aborda a gramaticalização dos verbos *ser, estar, ter, haver, ir, querer, poder* e *dever*, além da construção *foi fez*. O percurso descrito para os verbos citados foi *verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliante > verbo auxiliar*.

Palavras-chave: Funcionalismo, Gramaticalização, Mudança Linguística, *Nova Gramática do Português Brasileiro*, Verbos.

ABSTRACT

RAMACCIOTTI, Adriana S. *Grammaticalization of verbs in Nova Gramática do Português Brasileiro*. Dissertação (Master thesis) (Portuguese Language). PUC-SP. São Paulo.

The present work examines the grammaticalization of verbs in a Brazilian Portuguese grammar (*Nova Gramática do Português Brasileiro*), written by Ataliba Teixeira de Castilho. The primary purpose is to verify whether there is grammaticalization of verbs and the second one is to describe its pathway.

Grammaticalization is a language change process which turns lexical items into grammatical forms and grammaticalized forms into more grammaticalized ones. It is an interesting subject to be used by Elementary and High School Portuguese teachers.

The research is mainly based on the following researchers: Castilho (1977), Givón (1979), Hopper (1991), Hopper & Traugott (2009), Lehmann (2002), Martelotta (2011) e Martelotta, Votre & Cezario (1996) e Heine (2003). The grammaticalized verbs were analysed according to Lehmann's parameters (1985) and Hopper's principles of grammaticalization (1991).

Castilho's grammar has traced that the *ser*, *estar*, *ter*, *haver*, *ir*, *querer*, *poder* and *dever* Brazilian Portuguese verbs has undergone grammaticalization from full to auxiliary verbs. Grammaticalization process is also related to the *foi fez* construction.

Keywords: *Nova Gramática do Português Brasileiro* grammar, Language change, Grammaticalization, Funcionalism, Linguistics, Verbs.

AGRADECIMENTOS

À tão querida Professora Doutora Dieli Vesaro Palma, agradeço não só a generosidade em ter me aceitado como orientanda e a prontidão e a dedicação com que me conduziu até o término do trabalho, mas também o exemplo de educadora, que me acompanhará sempre.

Às caríssimas Professora Livre-Docente Leonor Lopes Fávero e Professora Doutora Sueli Cristina Marquesi, pelo exemplo de competência, dedicação e carinho e por terem contribuído, de forma tão importante, na minha formação de pós-graduanda.

À querida Professora Mestre Valeuska França Cury Martins, da época da graduação, pelo incentivo valioso em iniciar o mestrado.

À Professora Doutora Jeni Silva Turazza, por sua leitura crítica e preciosas contribuições na qualificação.

Ao Professor Doutor Sandro Luis da Silva, por ter aceitado participar da banca examinadora.

À Professora Doutora Regina Célia Pagliuchi da Silveira e à Professora Doutora Regina Helena Pires de Brito, por participarem da banca examinadora como suplentes.

A Caio Ramacciotti e Thais Ferreira de Souza Ramacciotti, meus pais amados, por terem me ajudado sempre e tanto, de forma inimaginável.

A Fernando Luiz Bassetto, Luísa Andrade Bassetto e Stella Andrade Bassetto, pelos momentos de descontração e conforto.

A Paulo de Tarso Ramacciotti e Marina Magalhães Gomes Ramacciotti Santos, pela prontidão e carinho quando precisei.

À Mirela Cunha Cardoso Ramacciotti, pelas sugestões relativas às traduções do Inglês. Quaisquer incorreções que porventura haja são de minha completa responsabilidade.

Ao Professor Doutor Adoniram de Mauro Figueiredo, paternal amigo, pela torcida e preces.

Por fim, a todos os amigos e familiares que me ajudaram, de alguma forma, na elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

Considerações iniciais	13
Capítulo 1. O funcionalismo linguístico	16
1.1. O funcionamento linguístico na Europa	16
1.1.1. Paradigma formal X Paradigma funcional	18
1.2 O funcionalismo norte-americano	20
1.3 O funcionalismo no Brasil	21
1.4 O funcionalismo e as funções da linguagem	22
1.5 Funcionalismo, gramática funcional (ou gramática emergente) e gramaticalização	23
Capítulo 2. A gramaticalização	25
2.1 Histórico sobre gramaticalização: estudos e definições	25
2.2 Gramaticalização hoje	28
2.3 Os mecanismos motivadores da gramaticalização	32
2.3.1 O pensamento metafórico	32
2.3.1.1 As metáforas estruturais	33
2.3.1.2 As metáforas orientacionais	33
2.3.1.3 As metáforas ontológicas	33
2.3.2 A metonímia	37
2.4 Parâmetros e princípios da gramaticalização	39
2.4.1 Os parâmetros de Lehmann	39
2.4.1.1 Definição	39
2.4.1.1.1 Peso do signo no eixos paradigmático e sintagmático	40
2.4.1.1.2 Coesão do signo no eixos paradigmático e sintagmático	40
2.4.1.1.3 Variabilidade do signo no eixos paradigmático e sintagmático	40
2.4.1.2 Exemplificação	41
2.4.2 Os princípios de Hopper	42
Capítulo 3. O tratamento dado ao verbo por gramáticos e linguistas do século XVI ao XXI	46

3.1 <i>Gramática da Linguagem Portuguesa</i> , de Fernão de Oliveira	47
3.1.1 Considerações sobre o autor e sua obra	47
3.1.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos	48
3.1.2.1 Contribuições de Fernão de Oliveira para o tratamento do verbo	49
3.2 <i>Gramática da Língua Portuguesa</i> , de João de Barros	49
3.2.1 Considerações sobre o autor e sua obra	49
3.2.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos	50
3.2.2.1 Contribuições de João de Barros ao estudo do verbo	57
3.3 <i>Método Gramatical para Todas as Línguas</i> , de Amaro de Roboredo	58
3.3.1 Considerações sobre o autor e sua obra	58
3.3.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos	60
3.3.2.1 Contribuições de Amaro de Roboredo ao estudo do verbo	64
3.4 <i>Arte da Gramática da Língua Portuguesa</i> , de Reis Lobato	64
3.4.1 Considerações sobre o autor e sua obra	64
3.4.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos	66
3.4.2.1 Contribuições de Reis Lobato ao estudo do verbo	68
3.5 <i>Gramática filosófica da Língua Portuguesa</i> , de Jerônimo Soares Barbosa	69
3.5.1 Considerações sobre o autor e sua obra	69
3.5.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos	70
3.5.2.1 Contribuições de Soares Barbosa ao estudo do verbo	77
3.6 <i>Gramática Secundária da Língua Portuguesa</i> , de Said Ali	78
3.6.1 Considerações sobre o autor e sua obra	78
3.6.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos	79
3.6.2.1 Contribuições de Said Ali ao estudo do verbo	84
3.7 <i>Nova Análise Semântica</i> , de Madre Olívia	85
3.7.1 Considerações sobre a autora e sua obra	85
3.7.2 Organização da obra e o tratamento dado aos verbos	87
3.7.2.1 Contribuições de Madre Olívia ao estudo do verbo	93
3.8 <i>Gramática de Usos do Português</i> , de Maria Helena de Moura Neves	94
3.8.1 Considerações sobre a autora e sua obra	94
3.8.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos	95
3.8.2.1 Contribuições de Moura Neves ao estudo do verbo	102
3.9 Síntese sobre o tratamento do verbo nas obras analisadas	103

3.9.1 O verbo e as classes de palavras	103
3.9.2 Definições de verbo e sua perspectiva de tratamento	104
3.9.3 Sincronia ou diacronia	105
3.9.4 Auxiliaridade verbal	106
3.9.5 Aspecto verbal	107

Capítulo 4. Análise da gramaticalização de verbos na *Nova Gramática do Português Brasileiro*

	108
4.1 O autor	108
4.2 Visão geral da gramática	109
4.3 Organização da gramática	112
4.3.1 Organização do conteúdo “gramaticalização”	114
4.4 Pressupostos teóricos para o entendimento da gramaticalização na NGPB	116
4.4.1 Objeções de Castilho aos funcionalistas quanto à gramaticalização	116
4.4.2 A linguística como “ciência dos domínios complexos”	118
4.4.3 A teoria modular da língua	119
4.4.4 A língua como um multissistema	120
4.4.5 Postulados da teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista	123
4.4.5.1 Postulado 1: A língua se fundamenta num aparato cognitivo	123
4.4.5.2 Postulado 2: A língua é uma competência comunicativa	124
4.4.5.3 Postulado 3: As estruturas linguísticas não são objetos autônomos	124
4.4.5.4 Postulado 4: As estruturas linguísticas são multissistêmicas	124
4.4.5.5 Postulado 5: A língua é pancrônica — a explicação linguística	125
4.4.5.6 Postulado 6: Um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos	125
4.5 Regramaticalização e desgramaticalização	127
4.6 Gramaticalização do verbo	128
4.6.1 Gramaticalização de <i>ser</i> e <i>estar</i>	130
4.6.1.1 Verbos plenos	131
4.6.1.2 Verbos funcionais	132
4.6.1.3 Verbos auxiliares	133
4.6.1.3.1 <i>Ser</i>	133
4.6.1.3.2 <i>Estar</i>	134

4.6.1.4 Verbos que compartilham o mesmo sujeito: auxiliares, plenos ou auxiliares	136
4.6.1.4.1. As alterações semânticas do verbo auxiliar	138
4.6.2 Gramaticalização de <i>ter</i> e <i>haver</i>	138
4.6.2.1 Perífrases <i>ter</i> + particípio	140
4.6.3 Gramaticalização do verbo <i>ir</i>	141
4.6.4 A gramaticalização das construções <i>dar certo</i> e <i>foi feito</i>	143
4.6.5 Gramaticalização dos modais	145
4.6.6 Síntese dos casos analisados	146
Considerações finais	149
Referências	152
Bibliografia	156

QUADROS

Capítulo 1

1. Paradigma formal X Paradigma funcional	19
---	----

Capítulo 2

1. Fases da gramaticalização	26
2. Os parâmetros da gramaticalização	39
3. Exemplos dos parâmetros de Lehmann	41
4. Diferenças morfosintáticas entre <i>gente</i> e <i>a gente</i>	44

Capítulo 3

1. Acidentes dos verbos no Português, segundo João de Barros	56
2. Algumas perífrases verbais do Português segundo João de Barros	57
3. Classificação dos verbos em Português, segundo o <i>Método Gramatical para Todas as Línguas</i>	62

4. Classificação dos verbos adjetivos, quanto à significação, na <i>Gramática Filosófica da Língua Portuguesa</i>	75
5. Classificação dos verbos na <i>Gramática Secundária da Língua Portuguesa</i>	80
6. Expressão de voz - formas passivas, ativas e reflexivas com valores respectivamente não passivos, não ativos e não reflexivos na <i>Nova Análise Semântica</i>	88
7. Os tipos de verbo na <i>Nova Análise Semântica</i>	92
8. Aspectos e exemplos na <i>Gramática de Usos do Português</i>	101
9. As classes de palavras e o verbo em seis obras do século XVI ao XXI	103
10. Definição de verbo e a perspectiva de tratamento segundo os autores estudados	105
11. Os verbos auxiliares nas obras analisadas	106

Capítulo 4

1. Capítulos e seções destinadas ao assunto “gramaticalização” na NGPB	115
2. Os elementos que constituem o léxico	120
3. Os subsistemas da gramática	123
4. Exemplos de categorias e subcategorias cognitivas	126
5. Exemplos de construções locativas, modais, atributivas e equativas	132
6. Exemplos de verbos modais plenos e auxiliares	145
7. Castilho e outros funcionalistas: o tratamento dado à gramaticalização	147

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema deste trabalho é a gramaticalização de verbos na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho. Insere-se na linha de pesquisa História e Descrição da Língua Portuguesa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A gramaticalização tem sido muito estudada como processo de mudança linguística por pesquisadores que trabalham com a corrente funcionalista da linguagem. Como o material de estudo é a língua em uso — bem mais próxima dos alunos dos ensinos Fundamental II e Médio do que a gramática normativa —, o estudo desse fenômeno é uma ferramenta preciosa para a reflexão do professor de Português sobre quais gramáticas levar para a sala de aula e sobre o fato de que uma análise linguística ampla, que englobe a gramática tradicional, mas não se limite a ela, possa ser um caminho para a formação de falantes, ouvintes e produtores de texto mais críticos sobre sua língua materna.

Acreditamos que o estudo da gramaticalização permita um aprimoramento na Educação Linguística, pois proporciona ao professor de Português subsídios para discutir com os alunos palavras, expressões ou construções sintáticas sob o ponto de vista sincrônico, diacrônico e pancrônico. Além disso, propicia o conhecimento do modo como pensamos, já que a gramática das línguas está relacionada ao pensamento do ser humano associado à representação do mundo: principalmente o pensar metafórico e o metonímico.

Considerando que as gramáticas elaboradas por linguistas tendem a considerar o aspecto descritivo da língua, interessamo-nos por analisar a gramaticalização do verbo na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, elaborada pelo conceituado Ataliba Teixeira de Castilho, que, além de linguista, é estudioso da gramaticalização. Justifica-se a escolha dessa classe de palavras por ser rica para o estudo da gramaticalização — mesmo sem o tratamento teórico dado pela Linguística Funcional, a gramaticalização de verbos plenos a auxiliares é identificada desde as primeiras gramáticas em língua portuguesa, considerando apenas a nossa língua. Ademais, o autor da *Nova Gramática do Português Brasileiro* atribui grande importância à gramaticalização de verbos, a ponto de usá-los como exemplo desse processo na definição de gramaticalização dada no Glossário dessa obra.

Merece destaque o fato de Ataliba de T. Castilho ter iniciado seus estudos linguísticos pelo verbo: obteve seu título de doutorado em Linguística, pela Universidade de São Paulo, com a tese *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*.

Assim, em relação ao tema gramaticalização, mais especificamente gramaticalização de verbos no Português Brasileiro na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho, propomos as seguintes perguntas que orientam a investigação: 1) Há processos de gramaticalização de verbos no Português Brasileiro na *Nova Gramática do Português Brasileiro*? 2) Se há esses processos no *corpus* analisado, qual é sua trajetória? Para responder a essas perguntas, determinamos dois objetivos, que são verificar se existem processos de gramaticalização de verbos no *corpus* selecionado e identificar a sua trajetória.

Acreditamos que nossa pesquisa seja inovadora por investigar o tratamento dado à gramaticalização do verbo em uma gramática escrita sob a visão funcionalista da linguagem.

No curso da análise do *corpus*, defrontamo-nos com uma proposta teórica criada pelo autor para o estudo da gramaticalização, a teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista. É necessário esclarecer que não nos baseamos nela para analisar os casos de gramaticalização do verbo. Quanto à metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, nós nos fundamentamos, quanto à definição de gramaticalização, em Castilho (1997), Givón (1979), Hopper (1991), Hopper & Traugott (2009), Lehmann (2002), Martelotta (2011), Martelotta, Votre & Cezario (1996) e Heine (2003), entre outros estudiosos abordados no segundo capítulo desta dissertação, e utilizamos os parâmetros de Lehmann (1985) e princípios de Hopper (1991) para a análise dos dados.

Esta dissertação está organizada em considerações iniciais, desenvolvimento — dois capítulos de fundamentação teórica, um terceiro, que mostra o tratamento dado aos verbos em obras do século XVI ao XXI e um quarto de análise —, além das considerações finais, referências e bibliografia.

Os quatro capítulos contêm uma breve introdução. No primeiro, contextualizamos o funcionalismo linguístico, enquanto no segundo, tratamos da gramaticalização. No terceiro, apresentamos oito obras, tratando do estudo do verbo realizado por autores, gramáticos e linguistas, dos séculos XVI ao XXI. Esse percurso nos foi bastante elucidativo, por legitimar a presença da gramaticalização no tratamento do verbo ao longo do tempo.

Por fim no quarto, analisamos a gramaticalização de verbos na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, focando se o estudo do autor é feito sob as perspectivas sincrônica, diacrônica e/ou pancrônica. Neste último capítulo do desenvolvimento, contextualizamos brevemente a obra e o autor, para, em seguida, abordar a estrutura da gramática, identificar os casos de gramaticalização de verbos no Português Brasileiro, descrever o tratamento que o autor lhes dá e analisá-los, na medida do possível, quanto aos parâmetros de Lehmann e princípios de Hopper. Cabe ressaltar que a divisão do capítulo em “O autor”, “Visão geral da gramática” e “Organização da gramática” baseia-se em Fávero & Molina (2006).

Outras informações, que acreditamos serem pertinentes durante a leitura do trabalho, apresentar-se-ão como notas de rodapé.

CAPÍTULO 1

O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

Neste capítulo, apresentamos primeiramente uma breve contextualização do funcionalismo linguístico, contrastando-o com o estruturalismo. Essa parte do trabalho tem, como escopo, mostrar a visão funcionalista da língua, a que a gramaticalização, de que tratamos no segundo capítulo, está relacionada.

1.1 O funcionamento linguístico na Europa

Na Europa, a visão funcionalista da linguagem inicia-se como um movimento dentro do estruturalismo (também denominado formalismo); segundo Weedwood (2004), com a publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral* (1916), de Ferdinand de Saussure, embora os princípios gerais de estrutura desenvolvidos por esse autor tenham sido aplicados por ele mesmo aproximadamente 40 anos antes.

Numa visão geral, o estruturalismo de Saussure considera uma estrutura relacional abstrata subjacente aos enunciados reais e consiste em duas dicotomias: *langue versus parole* e forma *versus* substância. De acordo com a mesma autora, embora

langue signifique “língua” em geral, como termo técnico saussuriano fica mais bem traduzido por “sistema linguístico”, e designa a totalidade de regularidades e padrões de formação que subjazem aos enunciados de uma língua. O termo *parole*, que pode ser traduzido por “comportamento linguístico”, designa os enunciados reais. (WEEDWOOD, 2004, p. 127).

A Escola de Praga destaca-se como uma das mais relevantes no estudo de linguística estrutural, na primeira metade do século XX. No entanto, distanciaram-se do estruturalismo de Saussure, dando ênfase para a função das unidades linguísticas. No âmbito da fonologia e da sintaxe, enfatizou os papéis respectivamente dos fonemas na distinção e demarcação de palavras e da estrutura da sentença no contexto. Os linguistas de Praga, a partir do Círculo Linguístico de Praga, fundado em 1926 pelo tcheco Vilém Mathesius, foram pioneiros nas análises nesse sentido e os primeiros a empregar os termos “função” e “funcional” (CUNHA, 2013).

As contribuições da Escola de Praga para o funcionalismo são grandes. Seus linguistas revelaram o caráter multifuncional da linguagem, evidenciando a

importância de funções da linguagem, como a expressiva, a conativa e a referencial, entre outras; consideraram a existência de estratos na linguagem — fonologia na base e semântica no topo, intermediadas pelo léxico e pela sintaxe — e defenderam que a descrição da estrutura não pode limitar-se à indicação das funções gramaticais (Cf. NEVES, 1994; CUNHA, 2013). Muitas dessas ideias foram corroboradas por Michael K. Halliday, da Escola de Londres, e Simon Dik, da Holanda, que são, nos dias de hoje, nomes importantes do funcionalismo.

Na década de 1970, Halliday propôs que a linguagem é um sistema semiótico, e deve ser estudada no contexto de interação social (CUNHA, 2013). Além de procurar investigar funcionalmente elementos extralinguísticos, como o psicológico estudado por Bühler, sua teoria, intitulada “funcionalista” por ele mesmo, valoriza o que há de intrínseco nas funções da linguagem:

a multiplicidade funcional se reflete na organização interna da língua, e a investigação da estrutura linguística revela, de algum modo, as várias necessidades a que a linguagem serve. A pluralidade funcional se constrói claramente na estrutura linguística e forma a base de sua organização semântica e sintática, ou seja, lexical e gramatical (NEVES, 1994, p. 111).

Halliday (1973 *apud* NEVES, 1994; 1974 *apud* PEZATTI, 2011)¹ considera que a linguagem tem como primeiro objetivo a expressão do conteúdo e, como segundo, a função interpessoal. A expressão do conteúdo está relacionada à função ideacional, que permite que falante e ouvinte organizem na língua sua experiência quanto ao mundo externo e interno. Já a função interpessoal engloba as funções expressiva e conativa de Bühler, visto que reflete o meio pelo qual o falante expressa seu julgamento e sua relação com o ouvinte, participando, assim, do evento da fala (Cf. NEVES, 1994; PEZATTI, 2011). Essas duas funções são instrumentalizadas por uma

¹ HALLIDAY, M.A.K. (1973). *Explorations in the function of language*. London: Edward Arnold.

(1974). “The place of functional sentence perspective in the system of linguistic description”. In: DANES, F. (Ed.). (1974). *Papers on functional sentence perspective*. Prague: Academia Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences.

outra, a função textual, que é interna à linguagem e se relaciona à criação do texto. Para Neves (2004),

por ela [função textual], a linguagem contextualiza as unidades linguísticas, fazendo-as operar no co-texto e na situação: o discurso se torna possível porque o emissor pode produzir um texto, e o ouvinte ou leitor pode reconhecê-lo. Assim como a sentença é uma unidade sintática, o texto é a unidade operacional, e a função textual não se limita simplesmente ao estabelecimento das relações entre as frases, referindo-se, antes, à organização interna da frase, ao seu significado como mensagem, tanto em si mesma como na sua realização com o contexto (NEVES, 2004, p. 13-14).

No final da década de 1970, na Holanda, Dik e seus seguidores desenvolveram um modelo de sintaxe funcional, segundo o qual a análise da sentença ocorre nos níveis sintático, semântico e pragmático (CUNHA, 2013).

Halliday e Dik contribuíram para o entendimento do funcionalismo por meio da comparação com a outra grande corrente do pensamento linguístico, o formalismo (Cf. NEVES, 1994). Tratamos dos paradigmas formal *versus* funcional a seguir.

1.1.1 Paradigma formal X Paradigma funcional

Em termos gerais, o funcionalismo difere do formalismo quanto à abordagem da língua. Entre os linguistas, há posturas extremadas e moderadas quanto à defesa do funcionalismo ou do formalismo (Cf. NEVES, 1994; PEZATTI, 2011). Neste trabalho, interessam-nos as moderadas, que correspondem às propostas de Halliday e Dik, já que propõem alternativas de análise segundo as quais a semântica e a pragmática são importantes, sem, contudo, desconsiderar a noção de estrutura da língua (Cf. VAN VALIN, 1990 *apud* NEVES 1994)².

Enquanto o formalismo prioriza a análise da forma linguística, a linguística funcional, por sua vez, encara a língua como um instrumento de interação social. A abordagem funcionalista relaciona sintaxe, semântica e pragmática, considerando que as estruturas linguísticas dependem do significado e que os fatores discursivos contribuem para a organização sintática (Cf. CASTILHO, 2012a; CUNHA, 2013).

² VAN VALIN JR, R.D. Functionalism, anaphora and syntax. In: *Studies in language* v 14, n 1, 1990, p. 169-219.

NEVES (1994) adaptou de Dik (1978, 1989)³ o seguinte quadro que sintetiza as diferenças entre os paradigmas formal e funcional.

Quadro 1: Paradigma formal X Paradigma funcional

	Paradigma formal	Paradigma funcional
a. Como definir a língua	Conjunto de orações	Instrumento de interação social
b. Principal função da língua	Expressão dos pensamentos	Comunicação
c. Correlato psicológico	Competências: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua
d. O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso
e. Língua e contexto/situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto
f. Aquisição da linguagem	Faz-se com o uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não estruturado de dados	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural
g. Universos lingüísticos	Propriedades inatas do organismo humano	Explicados em função de restrições: comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais
h. Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica

(DIK, 1978 *apud* NEVES, 1994, p. 115; DIK, 1989 *apud* NEVES, 1994, p. 115)

Com base nos quadros do formalismo e do funcionalismo, podemos diferenciar a gramática formal da funcional: Quanto à orientação, a primeira é primariamente sintagmática, enquanto a segunda é paradigmática. Considerando a interpretação da língua, para a gramática formal, ela é um conjunto de estruturas relacionadas regularmente entre si; para a funcional, por sua vez, trata-se de uma rede de relações formadas por estruturas que correspondem à interpretação dessas relações. Por fim,

³ DIK, C.S. Functional grammar. Cinnaminson-USA: Foris, p. 5, 1978.

DIK, C.S. The theory of functional grammar. Dordrecht-Holland: Foris, p. 2-7, 1989.

no que tange a ênfase do estudo, a gramática formal foca na sintaxe, trabalhando com a organização em torno da frase. Já a gramática funcional, tem como base a semântica, ou seja, a organização em torno do texto ou do discurso (Cf. HALLIDAY, 1985 *apud* NEVES, 1994)⁴.

Na mesma linha de Dik, Castilho afirma que, no Funcionalismo, a

língua é um instrumento de interação social, cujo correlato psicológico é a competência comunicativa, isto é, a capacidade de manter a interação por meio da linguagem. Segue-se que as descrições das expressões linguísticas devem proporcionar pontos de contacto com seu funcionamento em dadas situações. O discurso é um marco globalizador, dentro do qual se deve estudar Semântica e Sintaxe (CASTILHO, 2012a, p. 19).

Castilho (2012a) apresenta três postulados do funcionalismo, sendo que, os funcionalistas atribuem ênfase diferente para cada um deles:

- 1) A língua é uma competência comunicativa, o que significa essencialmente que o falante faz escolhas adequadas para a comunicação.
- 2) As estruturas linguísticas não são objetos autônomos.
- 3) A explicação linguística deve ser procurada nos usos linguísticos e numa percepção pancrônica da língua.

O segundo postulado é relevante para este trabalho por contemplar a teoria da gramaticalização. De acordo com ele, as estruturas não são totalmente arbitrárias, mas sim flexíveis e permeáveis às pressões de uso, o que se relaciona ao conceito de gramática emergente. O dinamismo dessa gramática leva a reelaborações por meio do processo de gramaticalização.

1.2 O funcionalismo norte-americano⁵

A linguística nos Estados Unidos apresentou, a partir do estruturalismo, duas tendências paralelas: uma formalista, até hoje representada pela linguística gerativa,

⁴ HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. Baltimore, Edward Arnold, 1985.

⁵ Mantemos, neste trabalho, a denominação dada na bibliografia consultada, embora achemos mais adequado o termo “estadunidense” por “norte-americano”, considerando que os Estados Unidos da América não são o único país da América do Norte.

a partir de Chomsky⁶, e uma funcionalista, que se desenvolveu a partir de 1975, tendo Dwight Bolinger como precursor (Cf. CUNHA, 2013; CASTILHO, 2012a). O funcionalismo norte-americano questiona os estudos formais (estruturalistas e gerativistas) e, como toda abordagem funcional da língua, defende que “uma dada estrutura da língua não pode ser proveitosamente estudada, descrita ou explicada sem referência à sua função comunicativa” (CUNHA, 2013, p. 163).

Nessa linha, a sintaxe é construída a partir das estratégias empregadas pelos falantes nas situações de comunicação e, portanto, se molda ao discurso. É, pois, considerada um produto não acabado, conceito que se relaciona ao de gramática emergente. Uma forte tendência do funcionalismo dos Estados Unidos, que rejeita a sintaxe como autônoma, é o estudo de mecanismos comunicativos e cognitivos envolvidos na linguagem (Cf. CUNHA, 2013). Este trabalho também reserva um espaço particular para a linguística cognitivo-funcional, corrente adotada por Castilho na obra analisada no capítulo terceiro desta dissertação.

Como a gramaticalização é um processo que faz parte da corrente funcionalista, apresentamos nomes importantes da linha do funcionalismo norte-americano, como Heine, Givón e Lehmann, quando tratamos especificamente de gramaticalização.

1.3 O funcionalismo no Brasil

No Brasil, os pioneiros dos estudos funcionalistas foram Ataliba Teixeira de Castilho, Evanildo Bechara, Rafael Hoyos-Andrade e Rodolfo Ilari, e hoje há vários nomes que publicaram obras no âmbito dessa corrente linguística: Francisco da Silva Borba, Maria Célia Lima-Hernandes, Maria Helena de Moura Neves, Vânia C. Casseb-Galvão, Sebastião Votre, entre outros. Os trabalhos foram impulsionados a partir da década de 1980, propondo, assim como a linha funcionalista dos Estados Unidos, a

⁶ Em 1957, o livro *Syntactic Structures* mudou o rumo da linguística no século XX. Publicado por Avram Noam Chomsky, disseminou o conceito de gramática gerativa. Esse professor de linguística considerou a capacidade psicológica do falante e elaborou uma distinção entre competência (conhecimento que o falante tem das regras de sua língua) e desempenho (uso que ele faz da língua em situações reais de comunicação). Assim, defendeu esses dois conceitos dicotômicos como objeto de estudo da linguística, considerando, como objetivo mais importante, a descrição das regras que governam a estrutura da competência. Para explicitar a noção de competência, Chomsky elaborou um sistema de regras e símbolos que representavam, na forma, a estrutura sintática, semântica e fonológica dos enunciados, cuja noção essencial era a regra transformacional, razão pela qual sua abordagem foi denominada gramática transformacional (Cf. WEEDWOOD, 2004).

cognição e a comunicação como fatores para o estudo de estruturas morfossintáticas na fala e/ou na escrita (Cf. CASTILHO, 2012a; CUNHA, 2013).

1.4 O funcionalismo e as funções da linguagem

O funcionalismo é, em linhas gerais, uma corrente linguística que busca estudar as estruturas gramaticais nas situações de comunicação em que elas são usadas, envolvendo, pois, os interlocutores, suas intenções e o contexto do discurso. A partir dessa ideia, podemos entender por que a análise funcionalista trabalha com dados reais de fala ou de escrita, ao invés de usar frases inventadas, que não têm função comunicativa (Cf. CUNHA, 2013).

É difícil chegarmos a uma definição dessa vertente, já que as abordagens denominadas funcionalistas ligam-se muito frequentemente a nomes dos estudiosos que a desenvolveram, e não a uma teoria dita funcionalista (Cf. NEVES, 1994). No entanto, é possível identificar a competência comunicativa como interesse básico dessas abordagens, já que a função primordial da linguagem é a comunicação:

Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Todo o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame, pois, a competência comunicativa. Isso implica considerar as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração (NEVES, 1994, p. 109).

Nesse contexto, torna-se essencial trabalharmos o conceito de funções da linguagem. Segundo Mattoso Câmara (1980), Bühler (1934)⁷ propõe as seguintes funções coexistentes no evento da fala, no qual uma pessoa informa outra sobre algo: representação, exteriorização psíquica e apelo, sendo a primeira exclusividade do homem. Nas palavras de Mattoso Câmara (1980, p. 17), cada “comunidade de homens serve-se de um sistema de linguagem, ou LÍNGUA, cuja propriedade essencial é a de ser representativa”.

Segundo Neves (1994), as funções de Bühler (1934) têm sido relacionadas a várias outras propostas para o estabelecimento de funções linguísticas. Elas são

⁷ BÜHLER, K. Sprachtheorie, die Darstellung Function der Sprache. Iena, 1934.

retomadas e complementadas por Jakobson (1969), que define seis funções da linguagem — referencial, emotiva, conativa, fática, metalinguística e poética —, ligadas aos respectivos fatores que interferem na comunicação verbal: contexto, remetente, destinatário, contato, código e mensagem. Além dessa proposta descrita por Jakobson, é importante lembrar que outros linguistas de Praga também desenvolveram as ideias de Bühler quanto às funções da linguagem, conforme apresentado no início do capítulo.

Bolinger (1975 *apud* CASTILHO, 2012a)⁸ reconhece em sentenças apresentacionais, também denominadas existenciais, a função apresentativa, até então não descrita. Essa função da linguagem é importante neste trabalho, na medida em que, na obra analisada no capítulo quarto, os exemplos do verbo *ser* como verbo pleno no Português Brasileiro estão relacionados a ela.

1.5 Funcionalismo, gramática funcional (ou gramática emergente) e gramaticalização

Para Martelotta, Votre & Cezario (1996, p. 48), o conceito de funcionalismo norte-americano, de orientação givoniana, entende o discurso como “estratégias criativas utilizadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte e em uma determinada situação de comunicação”.

A partir da mesma abordagem, Martelotta (2011) caracteriza a linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo-funcional)⁹ como uma abordagem segundo a qual a estrutura da língua está intimamente relacionada ao uso que os falantes fazem dela nos contextos reais de comunicação: o falante aciona sua criatividade linguística quando interage com o interlocutor, podendo surgir, dessa interação, eventos que potencialmente alteram o sistema. Em outras palavras, “a gramática molda o discurso e o discurso molda a gramática” (MARTELOTTA, 2011, p. 49).

A partir dessa abordagem, a gramática é conceituada como “conjunto de regularidades decorrentes de pressões cognitivas e, sobretudo, pressões de uso” (MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996, p. 48). As pressões cognitivas forçam a regularidade da gramática e são consequência de processos mentais relacionados à

⁸ BOLINGER, D. *Aspects of language*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1975.

⁹ A correspondência entre a denominação linguística centrada no uso e linguística cognitivo-funcional é feita por Martelotta & Alonso (2012a). Segundo o referido autor (*op. cit.*), essa corrente associa a linguística cognitiva e o funcionalismo, relacionando contribuições de representantes da linguística funcional, como Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson e Elizabeth Traugott, e de nomes da linguística cognitiva: George Lakoff e Ronald W. Langacker, entre outros.

interpretação do mundo e à organização mental das informações provenientes dessa interpretação. Já as pressões de uso forçam regularidade e irregularidade da gramática, sendo a primeira caracterizada pela regularidade e iconicidade da língua e a segunda pelas variações consequentes à criatividade individual do falante no discurso.

Assim, de acordo com a concepção de língua do funcionalismo, a gramática não é estática, nem definitivamente estruturada (Cf. MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996), mas sim dinâmica e sujeita a mudança constante no sistema. Gonçalves *et al.* sintetizam a visão de Hopper (1987) sobre a gramática, que considera emergente:

Hopper (1987), por exemplo, entende a gramática das línguas como constituída de partes cujo estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo em princípio ser separado das estratégias de construção do discurso. Subjazem a esse entendimento uma concepção de língua como atividade no tempo real e a postulação de que, a rigor, **não há gramática como produto acabado, mas sim constante gramaticalização** (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 15, grifo nosso).

Considerando que há constante gramaticalização na língua, tratamos desse tipo de mudança linguística no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A GRAMATICALIZAÇÃO

Neste capítulo, tratamos da gramaticalização (GR), abordando seu histórico, sua definição, seus estágios ou fases, os mecanismos cognitivos envolvidos no processo e os instrumentos elaborados para sua aferição. Nosso objetivo é esclarecer nosso direcionamento teórico sobre esse processo, que será a base de nosso capítulo de análise.

2.1 Histórico sobre gramaticalização: estudos e definições

Heine (2003) divide os estudos sobre gramaticalização em três fases. A primeira está associada ao trabalho de Étienne Bonnot de Condillac e John Horne Tooke (1857), filósofos respectivamente francês e britânico do século XVIII. De acordo com Heine, Condillac apresentou a ideia de que a complexidade gramatical e o vocabulário abstrato derivam historicamente de lexemas concretos. Esse filósofo francês argumentou que os sufixos de tempo e outras flexões verbais podem ser recuperados de palavras independentes, que coalescem para formar tempo e aspecto verbais. Tooke (1857), por seu turno, em trabalho publicado primeiramente em 1786, defende que a linguagem é concreta no seu estágio original e que os fenômenos de abstração se originam dessas formas concretas. De acordo com ele, nomes e verbos são palavras das quais derivam outras classes de palavras, como advérbios, preposições e conjunções (Cf. HEINE, 2003).

A segunda fase relaciona-se a linguistas germânicos do século XIX. Franz Bopp (1816 *apud* HEINE, 2003; 1833 *apud* HEINE, 2003)¹⁰, seu maior representante, considerou a mudança de formas lexicais para formas gramaticais um componente essencial para seus princípios de gramática comparativa. Apesar de vários exemplos, como ocorreu com seus predecessores, serem etimologicamente duvidosos, Bopp foi o primeiro de uma série de linguistas do século XIX para os quais a gramaticalização tornou-se um conceito chave.

No século XX, não houve grandes avanços nos estudos sobre GR, exceto por Meillet (1912), que introduziu o termo “gramaticalização”. Esse autor, no artigo “L’

¹⁰ BOPP, F. *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen, und germanischen Sprache*. Frankfurt: Andreätschen, 1816.

évolution des formes grammaticales” (1912), afirma que há dois processos pelos quais novas formas gramaticais aparecem na língua: a analogia e a gramaticalização¹¹.

A terceira fase dos estudos de gramaticalização começa na década de 1970 e vai até o final do século XX. Seu início é marcado pelo paradigma do localismo (ANDERSON, 1971 *apud* HEINE, 2003; ANDERSON, 1973 *apud* HEINE, 2003)¹², de acordo com o qual expressões espaciais são mais básicas do que outros tipos de expressões linguísticas e, portanto, servem como modelos estruturais para estas últimas. Em 1979, Talmy Givón abriu uma nova perspectiva para o entendimento da gramática, a partir de seu *slogan* "a morfologia de hoje é a sintaxe de amanhã", que ele considerou parte de uma evolução cíclica mais geral (discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero) (GIVÓN, 1979).

Usando esse percurso como nível da gramaticalização, Castilho (1997) o associa a estágios ou fases desse processo, conforme proposta de Lehmann (2002, p. 12). Adaptamos o quadro reproduzido por Castilho (1997):

Quadro 1: Fases da gramaticalização

FASES DA GRAMATICALIZAÇÃO	
Nível	Discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero
Fase	-----> Sintaticização -----> Morfologização -----> Desmorfemização
Processo	-----> GRAMATICALIZAÇÃO

¹¹ Quanto à analogia, o autor cita exemplos de conjugação verbal a partir de terminações de verbos no francês: segundo ele, uma criança que aprende a falar é levada a pronunciar a forma “vous disez” sem jamais tê-la ouvido, a partir da analogia que faz com as formas “vous finissez” e “vous lisez”. Meillet denomina esse processo de “inovação analógica”.

Em relação à gramaticalização, Meillet a define como a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma. Segundo ele, sempre que se pode conhecer a última fonte histórica da qual deriva uma forma gramatical, essa fonte pode ser uma palavra lexical comum. Como exemplo, o autor apresenta a forma verbal “suis” (*sou*), que é autônoma na frase “je suis celui qui suis” (*eu sou quem eu sou*), parcialmente autônoma em “je suis chez moi” (*eu estou em casa*) e passa a ser um elemento gramatical em “je suis parti” (*eu parti*), já que se apresenta como verbo auxiliar (Cf. MEILLET, 1912).

¹² ANDERSON, J. M. The grammar of case: Towards a localistic theory. London and New York: Cambridge University Press, 1971.

ANDERSON, J. M. An essay concerning aspect: Some considerations of a general character arising from the Abbé Darrigol's analysis of the Basque verb. The Hague and Paris: Mouton de Gruyter. (Janua Linguarum, Series Minor, 167.), 1973.

Durante a década de 1970 e 1980, muitos dos estudos se preocuparam com questões de mudança morfossintática, baseados em proposições que contêm as seguintes ideias centrais: a língua é um produto histórico; os achados de gramaticalização oferecem explicações mais abrangentes do que a análise sincrônica; e o desenvolvimento de categorias gramaticais é unidirecional, já que vai do significado concreto/lexical para o abstrato/gramatical.

A partir de então, a gramaticalização tem sido definida como a passagem de uma estrutura lexical para gramatical e de gramatical para mais gramatical ainda, embora, no final do século XX, haja opiniões e orientações teóricas diferentes sobre a gramaticalização. É importante ressaltar que o percurso da gramaticalização é apontado na literatura como possível, e não obrigatório, mesmo quando essa afirmação não está explícita (Cf. HOPPER, 1991; MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996; LEHMANN, 2002; HEINE, 2003; HOPPER & TRAUGOTT, 2009):

Um processo em cujo final o elemento linguístico **tende** a se tornar mais regular e mais previsível, pois sai do nível da criatividade eventual do discurso para penetrar nas restrições da gramática (MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996, p. 46, grifo nosso)

(...) Do ponto de vista da mudança, formas não mudam abruptamente de uma categoria para outra, mas passam por uma série de pequenas transições, que **tendem** a ser de tipos semelhantes nas línguas. Por exemplo, um substantivo como “costas”, que expressa uma parte do corpo representa uma relação espacial em “nas costas de” e **é susceptível de** se tornar um advérbio, e **talvez**, por fim, uma preposição e até mesmo um afixo. (HOPPER & TRAUGOTT, 2009, “1.2.2 Clines”, grifo e tradução nossa).¹³

Uma abordagem de extrema relevância para este trabalho é a de Castilho (1997), que incorpora, à definição de gramaticalização, o percurso de Givón citado anteriormente. O autor observa que o item em estágio máximo de gramaticalização

¹³ (...) From the point of view of change, forms do not shift abruptly from one category to another, but go through a series of small transitions, transitions that tend to be similar in type across languages. For example, a lexical noun like back that expresses a body part comes to stand for a spatial relationship in in/at the back of, and is susceptible to becoming an adverb., and perhaps eventually a preposition and even a case of affix (HOPPER & TRAUGOTT, 2009, “1.2.2 Clines”).

pode até desaparecer:

Entendo por gramaticalização o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema (CASTILHO, 1997, p. 31).

O referido autor também amplia a definição de gramaticalização, considerando as categorias cognitivas como parte do processo: “a gramaticalização é a codificação de categorias cognitivas em formas lingüísticas, aí incluídas a percepção do mundo pelas diferentes culturas, o processamento da informação, etc.” (CASTILHO, 1997, pp. 31-32).

Também vale ressaltar a abordagem de Hopper (1987), segundo o qual GR ou gramática emergente referem-se a estratégias recorrentes do discurso, que caminham para mudança na estrutura da língua. Ainda na década de 1990, muitos trabalhos foram publicados sobre gramaticalização, sua aplicação em determinadas línguas ou sobre a GR de partes específicas da gramática, como tempo e aspecto verbais.

No próximo tópico, aprofundamos as ideias do final do século XX e do início do XXI que retomam e ampliam os estudos sobre gramaticalização iniciados na década de 1970.

2.2 Gramaticalização hoje

Martelotta (2011) apresenta que o desenvolvimento da teoria da gramaticalização ocorreu no âmbito da Linguística Funcionalista norte-americana a partir da década de 1970. Nesse período, voltou-se a valorizar a diacronia para se explicar a sintaxe. Surgiu, a partir desse momento, a ideia de que as transformações dos elementos da língua caminham unidirecionalmente do discurso para a gramática, perdendo a liberdade propiciada pelo primeiro e adquirindo caráter mais fixo e mais regular na última. Nesse contexto, a gramaticalização é um processo unidirecional de mudança lingüística, em que elementos lexicais e construções sintáticas tornam-se gramaticais e, se gramaticais, passam a ser mais gramaticais (Cf. MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996; MARTELOTTA, 2011).

Apesar de haver questionamentos sobre essa unidirecionalidade, assumimos esse conceito neste trabalho, haja vista a escassez de exemplos em contrário¹⁴.

São considerados elementos lexicais aqueles que fazem parte das categorias dos substantivos, dos verbos e dos adjetivos, que designam respectivamente entidades, ações e qualidades. Já os gramaticais correspondem aos conectivos, verbos auxiliares, clíticos e afixos, entre outros, e organizam o léxico no discurso, articulando as partes do texto e expressando noções como tempo, aspecto e modo verbais (Cf. MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996; MARTELOTTA, 2011).

Martelotta, Votre e Cezario, fundamentados em diversos estudos sobre o tema, consideram que os itens gramaticais, como estão relacionados ao processamento do discurso, são mais previsíveis quanto a seu uso e assumem posições mais fixas nas cláusulas (Cf. MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996). Outras restrições gramaticais

[...] se caracterizam basicamente por regularidades que se manifestam nas relações de ordenação vocabular e de regência, nas relações de concordância de gênero e número para os pronomes, substantivos e adjetivos e nas relações de número e pessoa e atribuição de modo, tempo, aspecto e voz para os verbos. (MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996, p. 46).

Como um dos exemplos de passagem de elementos lexicais a gramaticais, Martelotta (2011) e Martelotta, Votre & Cezario (1996) apresentam a trajetória de verbo pleno a auxiliar.

Sobre esse mesmo *cline*, Castilho (1997) apresenta uma etapa intermediária (verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar) e caracteriza-o como o fenômeno mais

¹⁴ Sobre a unidirecionalidade, Castilho (1977) aponta que ela seria incompatível com a desgramaticalização, considerando difícil que as formas passem por ressemantização e reforço fonológico. O autor afirma, baseado em relatório de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) sobre gramaticalização nas línguas africanas, que, embora se tenham observado desgramaticalização e regramaticalização, os dados não têm significância estatística e muitos provêm de análise inadequada. No entanto, apresenta alguns exemplos desses processos. A desgramaticalização seria a passagem de uma forma presa a uma livre (morfema latino *bus* de *omnibus* originou o nome em inglês *bus*). O mesmo autor acrescenta que muitos casos descritos como de desgramaticalização são “fenômenos de discursivização” — “tá?”, “sabe?”, “entendeu?” — (CASTILHO, 1977, p. 56). A regramaticalização é exemplificada em Castilho (1977, p. 56) como “a perda do poder relacional das Preps. [preposições] e consequente repetição do item” — em Latim, *migo* já tinha a ideia de *com* (Latim *mecum*, de *cum* + *me* > Port. *migo*).

interessante de gramaticalização. Ele define esses três tipos de verbo da seguinte forma:

Verbos plenos são os que funcionam como núcleos do predicado. Os verbos funcionais transferem esse papel para os constituintes à sua direita, tornando-se portadores de Pessoa, Número, Tempo e Modo. Os verbos auxiliares acompanham verbos nucleares na forma nominal, aos quais atribuem as categorias de pessoa e número, especializando-se como auxiliares de tempo, modo e aspecto. (CASTILHO, 1997, p. 33)

O referido autor amplia esse percurso, afirmando que um verbo funcional pode se gramaticalizar em afixos, grau máximo de gramaticalização, como se pode observar na escala de Givón (discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero), tratada anteriormente, neste capítulo. Segundo Castilho, verbos plenos originam auxiliares de tempo, modo e voz. Quanto aos auxiliares de tempo, cita que muitos “se morfologizam e são substituídos por outros” (CASTILHO, 1997, p. 35), como ocorre com o futuro do presente em Português (*amarei*, exemplo na primeira pessoa do singular), originado de *amare habeo*, que sofre hoje concorrência da perífrase verbo *ir* + infinitivo (*vou amar*), retomando o processo anterior de formação de perífrase. Em relação ao auxiliar de voz, apresenta o verbo *ser* como auxiliar de voz passiva, substituindo, no “Latim Vulgar, e, portanto, nas Línguas Românicas”, a voz passiva afixal. No que tange aos auxiliares de modo, afirma que verbos plenos de volição dão origem aos auxiliares modais desiderativos (CASTILHO, 1997).

Castilho retoma Lehmann (1982, p. 38) na síntese da criação das categorias de aspecto, tempo e modo, a partir de verbos plenos. Adaptamos essa síntese a seguir (CASTILHO, 1997, p. 36).

Verbo pleno → verbo modal

Verbo pleno → verbo auxiliar → Marcador de modo

→ Marcador de aspecto

Verbo pleno → verbo serial

Traugott e Heine (1991 *apud* CASTILHO, 1997¹⁵) usam o termo “recategorização” como um processo que envolve classes de palavras: nome, verbo e pronomes, considerados constituintes de uma categoria maior, passam a adjetivos

¹⁵ TRAUGOTT, E.C. & HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. v. 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.

e advérbios, que constam de categoria intermediária, que, por sua vez, chegam a preposição e conjunção (categoria menor) (Cf. HOPPER & TRAUGOTT, 2009). Vale observar que a recategorização tem sido tratada, na gramática tradicional, como derivação imprópria (CASTILHO, 1997, p. 33).

Os pontos de partida mais concretos tendem a se gramaticalizar em resultados mais abstratos. Esses pontos de partida tendem a se relacionar com

- “a) Partes do corpo (**braço, cabeça, pé**, etc.)*
- b) Processos (**ir, vir, dar**, etc.);*
- c) Verbos de postura (**estar, ficar**, etc.);*
- d) Verbos de percepção sensorial (**ver, perceber**, etc.);*
- e) Verbos de processo mental (**saber, entender**, etc.);*
- f) Quantificadores (**muitos, poucos**, etc.);*
- g) Elementos dêiticos (**aí, lá, assim**, etc.);*
- h) Pronomes demonstrativos (**isso, este, aquela**, etc.) e interrogativos (**quem, que**, etc.)” (MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996, p. 51).*

Os resultados, por sua vez, apresentam noções como tempo ou aspecto verbais, expressões ligadas a dados conversacionais (marcadores de contraexpectativa) e elementos ligados à organização textual (conectivos). Os fatores que incentivam ou restringem a gramaticalização são o grau de adequação semântica, o grau de saliência e a frequência. A adequação semântica que propicia a gramaticalização consiste na qualidade de algumas formas linguísticas de terem significado que lhes permite organizar o texto. Já a saliência perceptual incentiva a gramaticalização quando a palavra se refere a espaços como início e fim, e não espaços intermediários, como ocorre com a palavra *corner*, em inglês. Quanto à frequência, há mais probabilidade para se gramaticalizarem os elementos mais frequentes (Cf. MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996).

Até agora, vimos, como definição de gramaticalização, a passagem de um item lexical a gramatical. No entanto, esse processo não se limita apenas a uma palavra, podendo envolver mais que um item, ou seja, um segmento maior do que a palavra e menor do que a oração.

A partir desse conceito, Gonçalves *et al.* (2007, p. 103), ampliam a definição de gramaticalização, traduzindo Bybee (2003, p. 602)¹⁶:

Na literatura recente sobre gramaticalização, parece consenso que não é suficiente definir gramaticalização como o processo pelo qual um item lexical torna-se morfema gramatical, mas, ao contrário, é importante dizer que esse processo ocorre em contexto de uma construção particular (...). De fato, parece mais adequado dizer que é uma *construção com seus itens lexicais* particulares que se torna gramaticalizada do que dizer que é o item lexical que se gramaticaliza (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 103, grifo dos autores).

Os autores citam, como exemplo de gramaticalização, as construções *quer dizer* e as do tipo *foi fez*. A primeira é apresentada mais adiante neste trabalho, quando exemplificamos a aplicação dos princípios de Hopper. A segunda, por seu turno, é abordada no quarto capítulo, em que se caracteriza a gramaticalização desse tipo de construção na *Nova Gramática do Português Brasileiro*.

2.3 Os mecanismos motivadores da gramaticalização

Os mecanismos motivadores da gramaticalização estão ligados à comunicação e à cognição. Por isso, reitera-se aqui a importância de se entender esse processo dentro da Linguística Cognitiva. Essa vertente da linguística considera que a linguagem está relacionada ao pensamento e à experiência, fazendo parte de um “conjunto de sistemas conectados”, correspondentes à “nossa percepção do mundo que nos cerca, nossa capacidade de armazenar as informações na memória, nossos sentimentos, as informações do contexto sociocultural em que nos inserimos” (MARTELOTTA & ALONSO, 2012, p. 95).

2.3.1 O pensamento metafórico

Todas as pessoas usam o mesmo sistema conceitual para pensar (LAKOFF, 1987, p. 9, tradução nossa). Segundo Lakoff e Johnson (1980), o sistema de conceitos do homem é essencialmente metafórico. Isso significa que pensamos e agimos por meio da metáfora, vista aqui não como figura de linguagem, mas como um processo a partir do qual percebemos o mundo e nos relacionamos com ele. Como a

¹⁶ BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: The role of frequency. In: JANDA, R. & BRIAN, J. (orgs.). *Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 602-623.

comunicação é baseada no mesmo sistema conceitual do pensar e do agir, a linguagem cotidiana evidencia a existência de metáforas.

De acordo com os mesmos autores, não podemos dissociar a estruturação metafórica do modo como concebemos o mundo. Assim, percepção, pensamento e ação humana estão ligados à cultura. Desse modo, o conceito metafórico DISCUSSÃO É GUERRA só existe em uma cultura em que, na atividade cotidiana, o conceito “discussão” é concebido parcialmente como “guerra”, o que é comprovado pelo uso das metáforas linguísticas “atacar uma posição”, “defender uma ideia”, “ganhar a discussão”, “ganhar terreno”, entre outras.

Os autores dividem as metáforas em estruturais, orientacionais e ontológicas.

2.3.1.1 As metáforas estruturais

Metáforas estruturais são aquelas com as quais “compreendemos e vivenciamos um tipo de coisa em termos de outra” (LAKOFF & JONHSON, 1980, p. 5, tradução nossa), como ocorre com o exemplo, apresentado anteriormente, DISCUSSÃO É GUERRA. Outro caso de metáfora estrutural citado pelos autores é TEMPO É DINHEIRO, expresso pelas metáforas linguísticas “perdi meu tempo”, “investi muito tempo no trabalho”, entre outras.

2.3.1.2 As metáforas orientacionais

Metáforas orientacionais permitem a organização de um sistema de conceitos em relação a outro conceito. São denominadas desse modo porque relacionam-se, em sua maioria, à orientação espacial. A origem dessas metáforas estaria na experiência física e cultural que temos de nossos corpos e de seu funcionamento. Como exemplo, apresentamos o conceito metafórico “feliz é para cima e triste é para baixo”: quando estamos felizes, andamos com postura ereta e cabeça elevada e, quando estamos tristes, ficamos mais curvados e de cabeça baixa. Essa seria a base física para dizermos respectivamente “me sinto para cima hoje” ou “fiquei para baixo com essa notícia”.

2.3.1.3 As metáforas ontológicas

As metáforas ontológicas também são denominadas por Lakoff e Jonhson (1980) metáforas de entidade e de substância. Na apreensão do mundo, necessitamos limitar artificialmente fenômenos físicos, tornando-os demarcados por

uma superfície. Assim, partindo de nossas experiências com objetos físicos e com substâncias, somos capazes de pensar sobre eles, fazendo-lhes referência, categorizando-os e quantificando-os.

As metáforas ontológicas relacionam-se à categorização que fazemos de entidades ou substâncias a partir de nossas experiências, mesmo quando essas entidades ou substâncias não são limitadas ou discretas, como montanhas ou esquinas de ruas. Como as orientacionais, essas metáforas partem de experiências com objetos, particularmente nossos próprios corpos. Como um dos exemplos, Lakoff e Jonhson (1980) citam a entidade “inflação”. Como “inflação” está relacionada à alta de preços, temos as expressões “a inflação está baixando nosso padrão de vida” e “a inflação me deixa doente” (LAKOFF & JONHSON, 1980, p. 26, tradução nossa). Essas metáforas têm vários fins, propiciando que nos refiramos à entidade ou substância, as quantifiquemos, identifiquemos suas características ou causas e estabeleçamos objetivos e ações motivadoras para elas, como podemos observar pelos exemplos abaixo, traduzidos de Lakoff & Jonhson (1980, p. 26 e 27):

Referência: Estamos trabalhando pela **paz**.

Quantificação: Há muito **ódio** no mundo.

Identificação de características: **O lado feio de sua personalidade** aparece sob pressão.

Identificação de causas: **A pressão de suas responsabilidades** causou o seu colapso.

Definição de objetivos e de ações motivadoras: Ele foi a Nova Iorque à **procura de fama e fortuna**./Estou mudando meu estilo de vida para **encontrar a verdadeira felicidade**.

Para Heine, Claudi & Hünemeyer (1991)¹⁷, os processos cognitivos alteram a estrutura da língua, havendo transferência do plano semântico para o gramatical.

Votre (1996) relaciona o princípio da iconicidade com a natureza metafórica da linguagem. Segundo ele, o princípio da iconicidade faz parte da linguística funcional fundamentada em Givón e seus correligionários e prevê motivação entre forma e

¹⁷ HEINE, B., CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, F. (1991). *Grammaticalization: A Conceptual Framework*. Chicago: The University of Chicago Press.

significado. O mesmo autor, traduzindo Bolinger (1977)¹⁸, apresenta que “a condição natural de uma língua é preservar uma forma para um significado, e um significado para uma forma” (VOTRE, 1996, p. 28). Assim, por economia, eficácia e eficiência, os falantes gramaticalizam, regularizam e sistematizam a língua. Consequentemente, nem tudo na língua é icônico, porque há perda total ou parcial da relação entre forma e significado original.

Na trajetória da gramaticalização, há uma fase de ambiguidade, em que coexistem dois significados para a mesma forma:

Admitamos que num primeiro momento, a forma *a* denota o significado *a'*. Para dar conta do significado *a''*, estreitamente assemelhado a', utilizo-me da mesma forma *a*. Ora, nesse primeiro momento pode-se verificar oscilação, dúvida, insegurança sobre a qual dos dois significados a forma *a* se aplica. Essa fase de ambigüidade, entretanto, supera-se à medida que, via repetição, o significado fica mais transparente e se regulariza o novo uso. (VOTRE, 1996, p. 29)

Com o novo uso regularizado, os contextos de uso tendem a ser suficientemente distintos para não gerar ambiguidade. Segundo a teoria funcionalista defendida por Votré, o processo polissêmico é um caminho para o surgimento de novos usos, sendo a sinonímia antifuncional.

Retomando a ideia de que é natural para uma língua a preservação de uma forma para um significado, e um significado para uma forma (Cf. BOLINGER, 1977), Votré afirma que “a linguagem usual é essencialmente metafórica, no sentido de que quase nunca se criam novas formas, mas novos significados estão sendo continuamente criados para as formas já disponíveis na língua” (VOTRE, 1996, p.32).

O conceito de metáfora, para o autor, é de um processo de transferência semântica, em que o falante usa uma forma ou construção que significa algo intimamente relacionado com o significado até então existente. Esse processo metafórico de transferência semântica é denominado “deslizamento metafórico”. Nele, o significado novo é mais abstrato do que o significado de base, o que é exemplificado por Votré (1996) com as formas *mão na roda* (ideia de ajuda) e *mão de ferro* (ideia de disciplina), abstratizações dos usos originais das palavras *mão*, *roda* e *ferro*. O mesmo autor acrescenta que toda metáfora tem algum grau de iconicidade, já que é baseada

¹⁸ “(...) the natural condition of a language is to preserve one form for one meaning, and one meaning for one form” (BOLINGER, 1977, p. X).

na semelhança entre significados, conceito denominado “motivação icônica da metáfora”.

A transferência metafórica é um dos motivos do deslizamento semântico que Votre (1996) destaca pelo fato de esse processo tender a ser princípio universal de mudança linguística. Respeitando o princípio da iconicidade e a unidirecionalidade da mudança, que caminha do significado mais concreto para o mais abstrato, há duas propostas para a trajetória de significados na gramaticalização.

Uma delas é representada pelo esquema espaço > (tempo) > texto e parte da formulação de Closs-Traugott (TRAUGOTT & HEINE, 1991 *apud* VOTRE, 1996, p. 33)¹⁹, proposta que, segundo Votre (1996), tende a firmar-se como universal de gramaticalização por ser contemplada por várias teorias sobre a organização da representação linguística. Como exemplo, tem-se a conversão do dêitico espacial *that*, em inglês, para conectivo *that*, pelo processo de reanálise: “I want **that**: you go home. > I want **that** you go home.” (VOTRE, 1996, p. 34).

A outra proposta é mais sofisticada quanto aos graus de gramaticalização e é apresentada em Heine, Claudi & Hünemeyer (1991)²⁰ pelo esquema corpo > objeto > processo > espaço > tempo > qualificação. Para esses autores, o corpo humano é a fonte natural de todo processo metafórico: “Apoiou o **pé** da cadeira numa pedra.”; “Está com uma **cabeça** de prego no joelho.” (VOTRE, 1996, p. 34).

Como vínculos mais comuns entre significado original e significado novo, temos:

- semelhança de cor: **deu um branco**
- semelhança de formato: **é um cara chato**
- semelhança de função: **é uma mão na roda**
- semelhança de matéria constituinte: **é um cara de pau**
- semelhança de som: **é uma diferença gritante**
- combinação de diferentes aspectos mencionados: **tremeu na base** (VOTRE, 1996, p. 35).

Os mecanismos de mudança por transferência metafórica ocorrem em todas as categorias lexicais. Como exemplos desse tipo de mudança em nomes e verbos, temos respectivamente *casa > casa de botão, casa de marimondo, casa da sogra*; e *amarelar > o milho amarelou, o homem amarelou* (Cf. VOTRE, 1996).

¹⁹ TRAUGOTT, E.C. & HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. v. 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.

²⁰ HEINE, B., CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, F. (1991). *Grammaticalization: A Conceptual Framework*. Chicago: The University of Chicago Press.

Nos processos de gramaticalização de um item ou construção, há um ponto de equilíbrio e transparência entre forma e significado, ponto esse que, pelo uso, evolui contínua e irreversivelmente para desgaste, que ocorre também com seus componentes (forma e significado) separadamente. A consequência disso é a perda de transparência na relação entre forma e significado: enquanto o desgaste da forma é caracterizado por erosão fonética, redução fônica e eventual desaparecimento, a transferência metafórica, relacionada ao significado codificado, pode evoluir para abstratização e genericização, por sua vez resultando em desbotamento, indistinção progressiva e eventual esvaziamento semântico²¹. Logo, temos a impressão sincrônica de arbitrariedade na relação forma-significado. Um exemplo disso consiste na perda de conotação positiva da construção *em boa hora* no seu derivado *embora*, significando ideia de concessão (Cf. VOTRE, 1996).

Segundo o mesmo autor, cada emparelhamento forma e significado tem, pelo menos, três momentos: o de origem e consolidação do processo, com associação metafórica nova entre forma e significado; o de estabilização aparente, com nível de iconicidade máxima, representando o máximo de economia comunicativa; e o momento de desgaste, em que há perda da iconicidade e perda progressiva da restrição de ocorrência.

Até agora, tratamos de um mecanismo veiculador da gramaticalização, a metáfora. Agora, apresentamos outro: a metonímia.

2.3.2 A metonímia

Para Martelotta, Votre & Cezario (1996), o processo de natureza metonímica consiste na mudança de uma determinada forma em função do contexto linguístico e pragmático de seu uso. Há uma contiguidade posicional ou sintática, sendo que não é só a forma que muda, mas a expressão toda da qual ela faz parte.

Esses autores descrevem dois mecanismos ligados a esse processo cognitivo: a reanálise e a inferência por pressão de informatividade. A reanálise atua no eixo sintagmático, reorganizando a estrutura do enunciado e levando a reinterpretação de seus elementos. Um exemplo disso é a passagem do verbo pleno *ir* a verbo auxiliar indicando futuro e a passagem de vocábulo a morfema (amar hei > amarei; tranquila

²¹ Em relação ao esvaziamento semântico, vale observar que, de acordo com Castilho, o termo “dessemantização” é inadequado, já que não “há perdas, há modificações de sentidos” (CASTILHO, 1977, p. 60).

mente > tranquilamente). Já a inferência por pressão de informatividade predomina na gramaticalização de operadores argumentativos: o elemento assume valor novo a partir de determinados contextos em que esse sentido novo pode ser inferido do primeiro. Como exemplo, tem-se do inglês o **since** (temporal > causal) e o **todavia**, que mudou de valor temporal para concessivo.

Os mesmos autores diferenciam os dois mecanismos motivadores da gramaticalização, afirmando que

a metáfora constitui um processo unidirecional de abstratização crescente, pelo qual conceitos que estão próximos da experiência humana são utilizados para expressar aquilo que é mais abstrato e, conseqüentemente, mais difícil de ser definido. A metonímia diz respeito aos processos de mudança por contiguidade, no sentido de que são gerados no contexto sintático. (MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996, p. 55)

Para eles, há quatro níveis que justificam esses processos como mecanismos veiculadores da gramaticalização:

- 1) Nível cognitivo: o elemento lexical é mais concreto do que o gramatical.
- 2) Nível pragmático: o falante usa algo conhecido pelo ouvinte para a melhor compreensão da mensagem, e é mais fácil usar conceitos concretos mais conhecidos para expressar ideias novas.
- 3) Nível semântico: os interlocutores devem conhecer os significados de origem das palavras envolvidas na gramaticalização, sem o que podem não detectar o sentido novo.
- 4) Nível sintático: aspectos sintáticos determinados propiciam a gramaticalização.

2.4 Parâmetros e princípios da gramaticalização

Até agora tratamos do histórico, da definição e dos mecanismos cognitivos envolvidos no processo de gramaticalização. Neste tópico, abordamos os princípios e os parâmetros da gramaticalização, elaborados respectivamente por Hopper e Lehmann, que consistem em ferramentas para a aferição da gramaticalização.

2.4.1 Os parâmetros de Lehmann

2.4.1.1 Definição

Retomando Meillet (1912), Lehmann (1985) afirma que, quanto maior a liberdade com que o signo é usado, maior a sua autonomia. Como quanto maior a autonomia, menos gramaticalizado é o item, o grau de autonomia mede o grau de gramaticalização. Isso implica três aspectos principais, peso, coesão e variabilidade, explicitados a seguir:

1) Para ser autônomo, o item deve ter **peso**, propriedade que diferencia um signo dos outros de sua classe gramatical e atribui-lhe proeminência no sintagma.

2) A autonomia diminui na medida em que o signo se relaciona com outros signos, aspecto denominado “**coesão**”.

3) Quanto maior a variabilidade do signo, maior sua autonomia, o que significa uma temporária mobilidade ou alternância em relação aos outros signos. Em outras palavras, a variabilidade relaciona-se à mobilidade na construção em que o item ocorre e possibilidade de ele ser substituído por outro signo.

Assim, temos três aspectos de gramaticalização, a diminuição do peso e da variabilidade e o aumento da coesão. De acordo com Lehmann (1985), esses aspectos são abstratos para serem usados como critérios de análise. Por isso, o autor criou seis parâmetros mais concretos, distribuindo os conceitos de peso, coesão e variabilidade nos eixos sintagmático e paradigmático, sintetizados no quadro 2 abaixo e explicados nos três subtópicos posteriores.

Quadro 2: Os parâmetros da gramaticalização

Parâmetros	Eixo paradigmático	Eixo sintagmático
peso	Integridade	escopo
coesão	paradigmaticidade	conexidade
variabilidade	variabilidade paradigmática	variabilidade sintagmática

(LEHMANN, 1985, p. 110, tradução nossa)

2.4.1.1.1 Peso do signo no eixos paradigmático e sintagmático

O peso do signo, sob o ponto de vista paradigmático, é sua **integridade**, que se refere a seu tamanho do ponto de vista semântico e fonológico. Na gramaticalização, há diminuição da integridade semântica (dessemantização ou *bleaching* semântico) e fonológica (atrição fonológica). Sob o ponto de vista sintagmático, é o seu **escopo**, ou seja, o tamanho da construção da qual o item faz parte. Os verbos auxiliares têm menos escopo porque se ligam aos principais na construção.

2.4.1.1.2 Coesão do signo no eixos paradigmático e sintagmático

A coesão do signo com outros signos no paradigma é denominada **paradigmaticidade**, que corresponde ao grau com que o signo entra no paradigma, está integrado a ele ou depende dele. Paradigmas altamente gramaticalizados tendem a ser menores do que os menos gramaticalizados.

No sintagma, a coesão com outros signos denomina-se **conexidade**, que significa o grau com que ele depende ou se liga a outros signos. Esse parâmetro está mais relacionado aos casos de morfologização. Em relação às perífrases verbais de aspecto inceptivo, Gonçalves e Carvalho (2007) afirmam que os auxiliares têm formas mais fixas no interior da frase, conforme já foi mencionado no parâmetro “escopo”.

2.4.1.1.3 Variabilidade do signo no eixos paradigmático e sintagmático

A **variabilidade paradigmática** do signo é a possibilidade de o item em processo de gramaticalização ser substituído por outros signos ou de ser omitido. Refere-se à liberdade com que o falante escolhe um item dentro do paradigma ou não escolhe nenhum. Já sua **variabilidade sintagmática** é a possibilidade de ele se mover dentro da construção em que ocorre.

2.4.1.2 Exemplificação

Para exemplificar esses parâmetros de Lehmann, usaremos algumas perífrases aspectuais construídas com verbos da família do *começar*, retirados de Travaglia (2006)²² e analisados por Gonçalves e Carvalho (2007).

Quadro 3: Exemplos dos parâmetros de Lehmann

Parâmetros	Exemplos de perífrases de aspecto inceptivo
Eixo paradigmático	
Integridade	O verbo <i>pôr</i> , comparado ao seu uso como verbo pleno — “ <i>pôr a cesta de frutas sobre a mesa (Houaiss, 2001)</i> ”, tem esvaziamento semântico quando empregado como verbo auxiliar: “ <i>Às vezes eu paro e fico a pensar / e sem perceber me vejo a rezar / o meu coração se põe a cantar / para a Virgem de Nazaré (canto religioso, Pe. Zezinho, contemporâneo, homem, mais de 50 anos)</i> ”. Nesse caso, não há desgaste fonológico. Gonçalves e Carvalho (2007) concluem que os verbos auxiliares da família do “começar” são considerados em início de gramaticalização, pela baixa frequência com que são usados.
paradigmaticidade	Os verbos aspectualizadores são menos numerosos no Português Brasileiro do que os plenos. Os verbos <i>botar, danar, desandar, dar, entrar, pegar, por</i> e <i>principiar</i> não têm uso obrigatório ou preferido em relação ao <i>começar</i> , o que os caracteriza como fracamente gramaticalizados.
variabilidade paradigmática	Os verbos analisados permitem alternância entre si: “ <i>o meu coração começa/dana/desanda/entra/pega/principia/se bota a cantar</i> ” (GONÇALVES & CARVALHO, 2007, p. 75), o que significa que eles não têm restrição de uso e competem com a forma <i>começar</i> , mais gramaticalizada.
Eixo sintagmático	
escopo	Os verbos auxiliares têm menos escopo porque se ligam aos principais na construção.
conexidade	Esse parâmetro está mais relacionado aos casos de morfologização. Em relação às perífrases verbais de aspecto inceptivo, Gonçalves e Carvalho (2007) afirmam que os auxiliares têm formas mais fixas no interior da frase, conforme já foi mencionado no parâmetro “escopo”.
variabilidade sintagmática	Os verbos auxiliares das perífrases de aspecto inceptivo assumem posição fixa porque se ligam ao predicado que eles modificam por meio de preposição (<i>bota a andar, dana a rir, desanda a prender, dava de rir</i> , entre outros).

²² TRAVAGLIA, L.C. A gramaticalização do verbo *começar*. In: TRAVAGLIA, L.C. et al. (Orgs.). *Linguística: caminhos e descaminhos em perspectiva*. Uberlândia: Editora da UFU, 2006.

2.4.2 Os princípios de Hopper

Os princípios de Hopper (1991) são importantes neste trabalho por mostrarem a possibilidade de se identificar se um item está em processo inicial de gramaticalização. Esse autor propôs cinco princípios que identificam os primeiros estágios de gramaticalização e acentuam seu caráter gradual, conferindo aos elementos analisados o grau de “mais” ou “menos” gramaticalizados. Além disso, segundo o próprio autor, seus princípios são aplicáveis a estágios mais avançados de gramaticalização, indo, portanto, além dos princípios de Lehmann (1985). Comparando os dois autores, quanto aos seus princípios, Hopper (1991) afirma que ambos apresentam problema: alguns não são específicos para gramaticalização, e sim gerais para qualquer mudança linguística.

Os cinco princípios de Hopper (1991) são estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização.

Gonçalves e Carvalho (2007) usam a construção *a gente* para aplicar esses princípios e concluem que *a gente* é um caso de gramaticalização em curso, que vem alterando o sistema pronominal brasileiro.

A estratificação ou “camadas” diz respeito ao fato de novas formas estarem sempre emergindo, sem que necessariamente as velhas desapareçam, podendo formas novas e velhas coexistirem. A diferença entre os itens é tênue, podendo servir como variantes de estilo. Como exemplo desse princípio, podemos citar a coexistência da expressão *a gente* e do pronome *nós* no Português Brasileiro falado atualmente (Cf. HOPPER, 1991; VOTRE, 1996; GONÇALVES & CARVALHO, 2007). A coexistência entre a perífrase verbal “*ir* no presente do indicativo + verbo no infinitivo” (*vou cantar*) e a forma simples “verbo no infinitivo + terminação de futuro do presente do indicativo” também são exemplos desse princípio.

A divergência corresponde ao fato de o mesmo item apresentar funções diferentes, o que mostra os diferentes graus de gramaticalização. Esse princípio relaciona-se aos diferentes graus de gramaticalização de um mesmo item lexical. É um caso específico de estratificação, que remete às diferentes codificações de uma mesma função. Hopper (1991) apresenta como exemplo desse princípio a palavra *pas*, em francês, que pode funcionar como uma partícula de negação (forma gramaticalizada) ou como substantivo, significando “passo”. Outro exemplo de divergência consiste na existência da construção *a gente*, em que *gente* é substantivo (Cf. GONÇALVES & CARVALHO, 2007; VOTRE, 1996).

A especialização refere-se à restrição de opções de formas para se codificar a mesma função, visto que a forma gramaticalizada começa a ocupar mais espaço, levando a maior frequência do uso da forma mais adiantada no processo de gramaticalização. Hopper (1991) retoma o exemplo de *pas*, em *il ne boit pas de vin* (“Ele não bebe vinho”): historicamente a negação original se fazia com *ne*, e nomes como *pas* (“passo”) reforçavam a negação em exemplos como *ele não anda um passo* e passaram a ser usados como negação de qualquer verbo, mesmo sem o *ne*. Outro exemplo desse princípio é também a construção *a gente*, ela tem sido mais usada que o pronome pessoal *nós* (Cf. GONÇALVES & CARVALHO, 2007; VOTRE, 1996).

A persistência consiste na manutenção de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma gramaticalizada, potencialmente ocasionando restrições sintáticas à forma gramaticalizada. A construção *a gente* é mais usada para se codificar um grupo grande e indeterminado do que pequeno e determinado. Além disso, não se diz *a gente* pelo pronome pessoal *nós* nas construções *todos nós* e *nós três*.

A descategorização implica a perda de autonomia discursiva e de marcas de categoria, por parte da forma em processo de gramaticalização (Cf. HOPPER, 1991; VOTRE, 1996), ou seja,

a forma em gramaticalização tende a perder ou neutralizar as marcas morfológicas e os privilégios sintáticos que caracterizam as formas plenas como nomes e verbos, vindo a assumir atributos das categorias secundárias, mais gramaticalizadas, como advérbios, pronomes, preposições, clíticos, afixos, podendo, em alguns casos, chegar a zero (GONÇALVES & CARVALHO, 2007, p. 84).

Os verbos auxiliares são exemplos de descategorização: quando perdem a categoria de verbos plenos, passam a assumir posições mais fixas, já que se ligam ao verbo principal na construção.

Aplicando esse princípio, Gonçalves e Carvalho (2007) apresentam um quadro com diferenças morfossintáticas entre as formas *gente* e *a gente*:

Quadro 4: Diferenças morfossintáticas entre *gente* e *a gente*

Processos morfossintáticos	Substantivo <i>gente</i>	Pronome <i>a gente</i>
Flexão de número	+ (gentes)	-
Grau	+ (gentinha)	-
Derivação	+ (gentalha, gentarada)	-
Quantificador	+ (toda gente)	-
Determinante	+ (a gente)	-
Possessivo	+ (nossa gente)	-
Adjetivação	+ (gente boa/boa gente)	-

(GONÇALVES & CARVALHO, 2007, p. 84)

Outro exemplo de aplicação dos princípios de Hopper é a gramaticalização da construção *quer dizer*, apresentada por Gonçalves *et al.* (2007).

A construção *quer dizer* consiste, a princípio, na modalização do verbo *dizer* pelo verbo volitivo *querer*. Ambos são sintática e semanticamente autônomos. Vejamos o exemplo que Gonçalves *et al.* (2007, p. 107) retiraram do projeto NURC²³/SP: “Não é bem isso, vamos ver (interferência de aluno) certo, (es)tá certo Maria, tu *quer(es) dizer* alguma coisa? [...]”.

Com o processo de gramaticalização, a estrutura tende a ser reanalisada, e seus constituintes passam a formar uma unidade, com valor de “significa”:

então não dá para eles chegar e desfilar à vontade e se acabar porque eu acho que ali o negócio também e ficar aquelas moça muito nua e não dizendo (no pé) não *quer dizer* nada eu prefiro mais ver a cabrocha no chão e dizendo no pé (riso) (“eu”) sou mais de (fala rindo) ver (PEUL/RJ/Amostra 00 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 108).

Prosseguindo o percurso, a construção assume valor de conector de sentenças ou conector discursivo, estendendo-se seu sentido para “*ressalva/retificação, avaliação (conclusão), avaliação, conclusão, paráfrase/repetição/explicação,*

²³ Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta no Brasil.

ratificação, causalidade, especificação e contradição” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 111). Vejamos dois exemplos em que *quer dizer* tem valor discursivo de explicação e de ressalva respectivamente:

Dav: (falando da filha) já está comendo bastante, toma sopa com legume, essas coisa toda. Suco de laranja, ele queria que desse com um mês, com dez dias eu passei a dar. **Quer dizer**, com dez dias ela (x) comecei a dar suco de laranja lima, porque ela tinha muita prisão de ventre (PEUL/RJ/Amostra 00 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 111, grifo nosso)
(...)

seu irmão gravou é ago::ra...de modo que isso é importante...agora é uma uma coisa curiosa o o o cantador do Tlpo do Dimas e de Otacílio...porque eles são::...são cultos...eles não são incultos não...eles cantam os repentes deles fazendo referências culturais/CLARO que eles não têm uma cultura filTRAda nem cristalizada...mas tem um bom verniz de cultura é uma coisa curiosa...não é não é a poesia a poesia popular autêntica não **quer dizer** éh: éh:...se a gente considerar o povo como sendo inculto como sendo apenas apenas espontâneo (NURC/REC *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 114, grifo nosso).

Apesar de Hopper descrever seus cinco princípios para aferir a gramaticalização de um item, eles podem ser aplicados na construção *quer dizer*. O princípio da **estratificação** consiste no fato de as três ocorrências dessa construção coexistirem no Português Brasileiro. Como a mesma construção apresenta funções diferentes, temos o princípio da **divergência**. Segundo Gonçalves *et al.* (2007), o fato de a construção cristalizada ter-se especializado em relação a outras alternativas de modalização, como *quer significar*, *significa dizer*, *pode dizer*, caracteriza a **especialização**, e a manutenção da ideia de “significa” nos valores discursivos de *quer dizer*, a **persistência**. Por fim, a mudança de estatuto proposicional para textual, perdendo seu caráter de categoria verbal e passando a participar de categorias textuais-discursivas exemplifica a **descategorização**.

CAPÍTULO 3

O TRATAMENTO DADO AO VERBO POR GRAMÁTICOS E LINGUISTAS DO SÉCULO XVI AO XXI

Nos capítulos anteriores, contextualizamos o funcionalismo e o cognitivismo linguístico associado a ele para abordar o processo que ocorre nessas correntes e que é nosso foco neste trabalho: a gramaticalização. No entanto, para embasar mais completamente a análise feita da *Nova Gramática do Português Brasileiro*, no quarto capítulo desta dissertação, falta esclarecer como alguns gramáticos e linguistas relevantes estudaram o verbo do século XVI ao XXI.

Este capítulo não visa a esgotar o tratamento dado ao verbo por Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Robredo, Antônio José dos Reis Lobato, Jerônimo Soares Barbosa, Manuel Said Ali, Cília Coelho Pereira Leite (Madre Olívia) e Maria Helena de Moura Neves. Vale esclarecer que nossa intenção é, a partir da análise de suas obras, mostrar a importância atribuída à classe gramatical estudada e quais características relacionadas à gramaticalização são contempladas, principalmente no que tange aos verbos auxiliares e ao aspecto verbal do período quinhentista até a atualidade. Para tanto, focamos na morfologia, conforme hoje denominamos, por ser, nas obras estudadas, a parte que melhor fornece informações a respeito do que nos interessa nesta dissertação. O conteúdo referente à sintaxe, incluindo questões como concordância e regência verbal e figuras de linguagem relativas ao verbo, não foi contemplado, exceto quando proveu dados relevantes para a gramaticalização do verbo.

É importante esclarecer que, ao abordar um autor após o outro, pontuamos apenas o que cada um acrescenta em relação a seu antecessor. Nas transcrições, atualizamos a ortografia, o que inclui a eliminação de letras maiúsculas quando julgamos necessário. Nas cópias das gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, também alteramos a pontuação, quando isso não acarretou alteração de sentido.

3.1 *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira

3.1.1 Considerações sobre o autor e sua obra

Fernão de Oliveira (Aveiro, 1507/1580-1581) entrou para o Convento dos Dominicanos aos treze anos e deixou-o aos 25, tendo tido, portanto, formação eclesiástica. Após ser dispensado dos votos, passou a ensinar jovens da nobreza, entre os quais os filhos de João de Barros (Cf. BUESCO, 1978; CASAGRANDE, 2004).

Sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* corresponde às primeiras anotações da língua portuguesa, segundo o próprio autor (Cf. OLIVEIRA, 1536) e foi baseada na *Gramática espanhola* de Nebrija, de 1492. Como obra do século XVI, possui características vinculadas ao Renascimento, momento histórico em que foi elaborada (Cf. FÁVERO, 1996; CASAGRANDE, 2004).

Segundo Casagrande (2004), com as grandes navegações, o espírito empreendedor dos portugueses se glorifica por meio das conquistas ultramarinas. Como homem desse tempo, orgulhoso de seu reino, Fernão de Oliveira destaca a história de Portugal em sua gramática. É importante ressaltar que, no século XVI, inicia-se a codificação das línguas vulgares nos países latinos, buscando a sistematização de regras. Logo, entre os principais objetivos do autor, está o de descrever a língua portuguesa, enaltecendo sua estrutura, com base no Latim e no Grego, modelos linguísticos de prestígio.

Cabe notar que, nesse caráter de exaltação da identidade nacional da língua portuguesa, para Fernão de Oliveira, ela é melhor que as outras, e as influências de outras línguas são consideradas uma corrupção à sua identidade (Cf. CASAGRANDE, 2004).

A *Gramática da Linguagem Portuguesa* é precursora das gramáticas subsequentes por ser normativa e descrever a língua com base no bem falar e escrever dos homens cultos²⁴ — lembremos que Fernão de Oliveira recebeu instrução monástica — e no Latim e no Grego. Entretanto, segundo Fávero (1996), sua organização não segue a das gramáticas latinas, como vemos a partir da gramática de João de Barros, ainda no século XVI.

²⁴ São citados, entre outros autores, Nebrija, Varrão, Cícero e Quintiliano.

3.1.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos

A *Gramática da Linguagem Portuguesa* está dividida em 50 pequenos capítulos, dos quais apenas três recebem título que indique seu conteúdo (“CAPITOLO .XIX. DAS SYLLABAS.”, “DO AÇENTO. CAPITOLO .XXVIJ.”, “CAPITOLO .XXX. DAS DIÇÕES.” e “CAPITOLO. XL. DA ANALOGIA.”). Os outros 49 são denominados pelo número do capítulo, sem um padrão: “PRIMEYRO CAPITULO.”, “CAPITOLO SEYSTO.”, “CAPITOLO .VIJ.”, “CAPL’O .XIJ.”. Os cinco primeiros capítulos correspondem à introdução, e no último, o 50º, Fernão de Oliveira dirige algumas palavras ao leitor, considerando, até mesmo, possíveis críticas negativas. Os capítulos não estão distribuídos em partes, logo, usamos a divisão fornecida por Fávero (1996): o 6º ao 29º são reservados para fonética e ortografia; o 30º ao 42º, para lexicologia; o 43º ao 48º, para morfologia²⁵; e o 49º, para sintaxe. Fica, assim, clara a prioridade dada à fonética e à ortografia, contempladas em 24 capítulos ou parágrafos²⁶ (Cf. FÁVERO, 1996).

Na sequência de capítulos em que trata de morfologia, segundo denominação da gramática tradicional hoje, o autor destina dois capítulos para o verbo (o 47º e o 48º), que Fernão de Oliveira não define e ao qual não atribui tipos²⁷, já que, segundo ele, esse não é o propósito da obra, que busca apontar os princípios da gramática da língua portuguesa.

Segundo ele, o tempo presente do indicativo e o infinitivo formam as outras conjugações. Indica, em relação à primeira pessoa do presente do indicativo, que, nos verbos, temos apenas um só som terminado em o pequeno²⁸ na sua desinência de número e pessoa, como em *ensino*, *amo* e *ando*, exceto em poucos verbos como *sei*, *vou*, *dou*, *estou* e o verbo *ser*, que denomina de verbo substantivo. Apresenta quatro pronúncias finais do verbo *ser*: *om* (*som*), *ou* (*sou*), *ão* (*são*) e o pequeno (*so*).

²⁵ É interessante observar que Fernão de Oliveira emprega o termo “analogia” quando trata de flexões das palavras: “Havendo de falar de analogia dos verbos, não dizemos que cousa é verbo (...) (OLIVEIRA, 1536, p. 91).

²⁶ Fávero emprega o termo “parágrafos” provavelmente pelo fato de a maioria dos capítulos terem o tamanho de parágrafos.

²⁷ Fernão de Oliveira emprega o termo “gêneros”.

²⁸ Fernão de Oliveira emprega o termo “voz”, como som articulado exclusivo das vogais, e “pequeno” como breve, para determinar a duração da vogal. Segundo o autor, temos, como os gregos, “a grande e α pequeno, e ε grande e e pequeno e também ω grande e o pequeno”. Como exemplos, cita “almada” e “alemanha”; “festa” e “festo”; e “fermωsos” e “fermoso” (OLIVEIRA, 1536, p. 41, grifo nosso).

Define conjugação como “ajuntamento de diversas vozes que, segundo boa ordem, se ordenam seguindo-se umas atrás das outras nos verbos” (OLIVEIRA, 1536, p. 92)²⁹. Indica três conjugações, a partir da terminação do infinitivo: *ar* (*amar*), *er* (*fazer*) e *ir* (*dormir*) e apresenta, como exceção, o infinitivo terminado em *or*, do verbo *por*, originado de *poer*.

Aponta que cada conjugação tem seus modos; cada modo, seus tempos; cada tempo, seus números; e cada número, suas pessoas. O autor não define modo, tempo, número e pessoa, nem tampouco os nomeia.

Considera a existência de “verbos gerúndios” (*sendo, amando, fazendo*), participípios (*lido, amado, regido, lente, regente, perseverante*) e “nomes verbais” (*lição e regedor*). Faz referências, sem o emprego desta nomenclatura, a verbos defectivos, afirmando que alguns verbos não têm todos os modos ou tempos, e a verbos irregulares, apresentando que alguns verbos não seguem as regras gerais da formação de suas conjugações. A esse respeito, compara a língua portuguesa com o Grego e o Latim, que também têm verbos irregulares.

3.1.2.1 Contribuições de Fernão de Oliveira para o tratamento do verbo

Fernão de Oliveira trata o verbo em sua obra de forma sintética. Focaliza-o sob a perspectiva sincrônica: considera a existência de número, pessoa, tempo e modo verbal; das três conjugações do Português; das formas gerúndio e participípio; e dos verbos defectivos e irregulares. Contudo, define apenas conjugação, verbo defectivo e verbo irregular, não apresentando definição de verbo, tempo e modo.

3.2 *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros

3.2.1 Considerações sobre o autor e sua obra

João de Barros (Vila Verde, 1496-Ribeira de Litém, 1570), como filho bastardo do fidalgo Lopo de Barros, foi educado no Paço, o que significa que teve, como Fernão de Oliveira, educação esmerada. Sua importância no reino não se limita à sua formação cultural: ocupou, como amigo de D. Manuel e de D. João III, cargos importantes no reino (Cf. BARROS, 1540; BUESCO, 1978).

²⁹ A 1ª edição da gramática de Fernão de Oliveira analisada neste trabalho foi organizada por SILVEIRA, O. G. A “*Grammatica*” de Fernão D’ Oliveyra: Apreciação, texto reproduzindo da 1ª edição (1536). Rio: Rodrigues & Cia, 1954.

A *Gramática da Língua Portuguesa* foi publicada em 1540, em Lisboa. Corresponde à primeira sistematização da língua portuguesa como arte, segundo o autor³⁰, em um momento em que, na Europa, codificavam-se as línguas vulgares nos países latinos, como já foi apresentado quando tratamos da gramática de Fernão de Oliveira, contemporânea à de João de Barros (Cf. FÁVERO, 1996; BASTOS, 2007).

Assim como Fernão de Oliveira, João de Barros carregava o orgulho das conquistas ultramarinas do homem de seu tempo e mostrava preocupação com os que queriam falar sua língua. Elaborou, pois, uma gramática pedagógica, em que aplica o método indutivo e dispõe o conteúdo de sua obra de modo que graficamente proporcione a fixação, como ocorre com as conjugações verbais. Em seus exemplos, percebemos a intenção formativa quanto à religião e à moral e um “sentimento cívico baseado no orgulho das conquistas d’além mar, o que é próprio de alguém que, inserido num contexto socioeconômico dominante, necessita mostrar-se engajado e servidor de seus protetores” (BASTOS, 2007, p. 143).

Em sua obra, procura caracterizar a língua portuguesa como autônoma, mostrando suas diferenças em relação ao Latim, que toma como referência. Cabe apontar que, como Fernão de Oliveira, atribui ao Português superioridade em relação às outras línguas, principalmente à castelhana (Cf. FÁVERO, 1996; BASTOS, 2007).

A *Gramática da Língua Portuguesa* tem caráter normativo e busca a norma culta dos barões doutos, sendo usados, para tanto, exemplos retirados da língua do povo (Cf. BASTOS, 2007). É importante ressaltar que, como Fernão de Oliveira, o autor faz descrição sincrônica da língua portuguesa, comparando-a com o Latim.

3.2.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos

Segundo o autor, a divisão de sua obra é baseada nos latinos — diferentemente do que faz Fernão de Oliveira, cuja gramática é constituída, em sua maior parte, em capítulos numerados, sem títulos —, que dividem sua gramática “em Ortografia, que trata da letra, em Prosódia, que trata da sílaba, em Etimologia³¹, que trata de dicção,

³⁰ O conceito de arte como técnica para se fazer algo, no caso, o bem falar e escrever, é explicitado na Gramática de João de Barros, logo no início: “Em cartinha passada demos arte para os meninos facilmente aprenderem a ler (...). Fica agora darmos os preceitos da nossa Gramática” (p. XII).

³¹ Apesar de o autor explicar que “etimologia” significa, para os latinos, “nascimento da dicção”, não emprega o termo nesse sentido. Para ele, é impossível conhecer a origem das palavras, como entendemos hoje: “se quiséssemos buscar o fundamento e raiz donde vieram os nossos vocábulos, seria ir buscar as fontes do Nilo” (BARROS, 1540, p. 4). Em sua obra, etimologia equivale à morfologia atual.

e em Sintaxe, a que responde à construção” (BARROS, 1540, p. 2). Após essas partes, seguem páginas destinadas à ortografia (*Da ortografia*) e à pontuação (*Dos pontos e distinções da oração*). É predominante o espaço reservado para a etimologia, como podemos observar pela numeração das páginas destinadas a cada parte:

- 1) Ortografia (*Definição das lêteras e número delas*) (p. 2-3)
- 2) Prosódia (*Da sílaba e seus acidentes*) (p. 3-4)
- 3) Etimologia (*Da dicção*) (p. 4-41)
- 4) Sintaxe (*Da construção*) (p. 42-54)

No início da *Gramática da Língua Portuguesa*, em “Definição da gramática e as partes dela”, o autor compõe as partes da linguagem, tomando por base o jogo de xadrez. Afirma que os dois reis são o nome e o verbo, sendo suas damas respectivamente o pronome e o advérbio. As outras peças e capitães, que servem aos reis poderosos, são o particípio, o artigo, a conjunção e a interjeição. Desse modo, compõem-se, junto com a preposição, as nove partes da linguagem³², que seguem, respeitando-se a ordem do autor: artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição (BARROS, 1540, p. 1-2). Cabe ressaltar que o nome é dividido em nome substantivo e nome adjetivo³³.

O verbo é abordado nas partes *Etimologia (Da dicção)* e *Sintaxe (Da construção)*, sendo que a primeira ocupa um espaço bem maior na obra: de 67 páginas totais, aproximadamente 36 são reservadas à etimologia e 10, à sintaxe. Ao verbo, destinam-se por volta de 14 páginas em etimologia e três, em sintaxe.

³² Os latinos, ou seja, os gramáticos romanos da Antiguidade, foram responsáveis pela introdução da gramática grega no Ocidente. Eles nos transmitiram, entre outros conceitos, o sistema grego das partes do discurso (nome, pronomes, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição) e das categorias gramaticais (gênero, número, caso, tempo, modo, voz e pessoa) (Cf. WEEDWOOD, 2004; NEVES, 2005).

³³ O adjetivo é uma subdivisão do nome. Segundo FÁVERO (1996, p. 195), "os gramáticos gregos e latinos também não o consideram uma classe à parte, mas uma subdivisão do nome; a distinção substantivo-adjetivo é devida à escolástica".

Na etimologia, o estudo do verbo é dividido em 15 títulos, que seguem, respeitando-se a ordem em que aparecem na obra:

- *Do verbo*
- *Definição e divisão do verbo*
- *Do gênero do verbo pessoal*
- *Dos verbos ativos*
- *Dos verbos neutros*
- *Dos verbos impessoais*
- *Da espécie do verbo*
- *Dos tempos do verbo*
- *Dos modos do verbo*
- *Das pessoas e números do verbo*
- *Da conjugação do verbo*
- *D'alguns suprimentos que temos dos tempos por maneira de rodeio*
- *Da formação dos verbos por seus tempos e modos*
- *Dos pretéritos e participios*
- *Das formações*

O autor mostra a importância do verbo retomando a comparação entre linguagem e jogo de xadrez, em que nome e verbo são dois reis e, portanto, estão em igualdade de importância: ambos “governam e regem todas as linguagens da terra” (BARROS, 1540, p. 25). Define-o do ponto de vista morfossintático e semântico, como “uma voz ou palavra que demonstra obrar³⁴ alguma cousa, o qual não se declina como o nome e pronome por casos, mas conjuga-se por modos e tempos”. Como os latinos, divide os verbos em substantivos, adjetivos, pessoais e impessoais. O único verbo substantivo é o *ser* (*Eu sou*³⁵ *criatura racional*), “porque demonstra o ser pessoal da cousa”. Todos os outros são adjetivos, que não são definidos. Os verbos pessoais são os que têm números e pessoas, e os impessoais, os que não apresentam nem

³⁴ O autor emprega os termos “obrar” para expressar a ação verbal e “obra”, “auto” e “ação” para referir-se a ela.

³⁵ É interessante observar que João de Oliveira se refere ao verbo usando a primeira pessoa do singular do presente do indicativo: o “verbo *sou*” (p. 25), “o verbo *amo*” (p. 26), “*conheço* é simples” (p. 28).

primeira pessoa, nem segunda, conjugando-se pelas terceiras pessoas do singular: *A ti **releva** aprender a ciência e a mim **convém** dar doutrina* (grifo nosso).

O autor apresenta o verbo *haver* no tópico em que trata dos verbos impessoais, a partir do que inferimos que o considera assim. Entretanto, dá exemplos desse verbo na 1ª pessoa, o que contradiz sua definição de verbo impessoal. Considera que ele pode ser de dois tipos. Quando se une a um nome, supre vários verbos do Latim: *hei vergonha, hei medo, hei sede, hei fome, hei frio*, entre outros. Já nos exemplos em que se associa a outro verbo, este sempre do modo infinito³⁶, substitui o particípio futuro na voz ativa, existente no Latim, mas não em Português: *Eu hei de ler os livros, de de (SIC) que espero alcançar doutrina*. É interessante notar que João de Barros refere-se, com essa descrição, ao verbo *haver* indicando ação de *possuir, ter* (*hei vergonha*) e como auxiliar (*Eu hei de ler*), evidenciando a gramaticalização desse verbo sob a perspectiva sincrônica.

João de Barros descreve oito “acidentes”³⁷ do verbo: gênero, espécie, figura, tempo, modo, pessoa, número e conjugação. No entanto, exceto pelo acidente “gênero do verbo pessoal”, não deixa claro se os outros sete são inerentes aos verbos pessoais e/ou impessoais:

Repartem mais os Latinos os seus verbos em pessoais e impessoais. Verbo pessoal é aquele que tem números e pessoas. E todos eles trazem consigo estes oito acidentes: gênero, espécie, figura, tempo, modo, pessoa, número e conjugação. (BARROS, 1540, p. 26)

Neste trabalho, interessam-nos os acidentes gênero, tempo, modo, pessoa e conjugação, já que espécie e figura consistem em classificações relacionadas à formação de palavras.

O gênero é um acidente que faz parte da natureza do verbo pessoal, que pode tê-lo ou não. Existem, na língua portuguesa, dois gêneros do verbo (ativos e neutros), enquanto o Latim apresentava cinco: verbos ativos, passivos, neutros, comuns e depoentes.

³⁶ O autor também usa o termo *infinitivo*.

³⁷ Para classificar os verbos, João de Barros os enquadra em oito características, as quais apresentam suas determinadas subdivisões no Português: gênero (ativo ou neutro), espécie (primitiva ou derivativa), figura (simples ou composta), tempo (presente, passado por acabar, passado acabado, passado mais que acabado, vindouro), modo (indicativo, imperativo, outativo, subjuntivo, infinitivo), pessoa (primeira, segunda e terceira), número (singular e plural) e conjugação (primeira, segunda e terceira).

O verbo ativo é o “que se pode converter ao modo passivo e pelo qual denotamos fazer alguma obra que passe em outra coisa, a qual pomos no caso acusativo”. O modo passivo de *Eu amo a verdade* seria *A verdade é amada de mim*. O Português não tem verbos da voz passiva, o que é considerado pelo autor um defeito, suprido por rodeio³⁸, formado com o verbo *ser* e um particípio do tempo passado (*Eu sou amado dos homens* e *Deus é glorificado de mi*). O verbo neutro, por sua vez, não permite voz passiva e não tem transitividade (sua ação “não passa em outra coisa”). Como exemplos, João de Barros cita *estou, ando, venho, vou, fico* e *Os homens, que vão a Paris, e estão no estudo pouco tempo, e folgam de levar boa vida, não ficam com muita doutrina*. Cabe observar que, em sintaxe, João de Barros emprega os termos transitivos e neutros, respectivamente para os transitivos e intransitivos, na gramática tradicional atual.

Assim como em Latim, João de Barros considera cinco tempos na língua portuguesa: presente, passado por acabar, passado acabado, passado mais que acabado e vindouro ou futuro³⁹. Vale destacar que as denominações “passado por acabar”, “passado acabado” e “passado mais que acabado” evidenciam o conceito de aspecto. A *Gramática da Língua Portuguesa* apresenta exemplos de tempos verbais, já antecipando a definição de modo:

Presente chamamos aquele no qual fazemos alguma obra presente. Exemplo: *Eu amo*, por onde demonstro que neste tempo presente faço esta obra de *amar*.

Passado por acabar é aquele por que mostro, em outro tempo, fazer alguma coisa, como quando digo: *eu amava*.

Passado acabado, como quando disser: *Eu amei*.

Passado mais que acabado, como: *Eu amara*, ou, suprimo por rodeio, dizendo: *Eu tinha amado*, pelo qual tempo demonstramos ter dado fim à obra.

Tempo vindouro é aquele no qual se há de fazer alguma obra, como se disser: *Eu amarei*. (BARROS, 1540, p. 29).

Modo é definido como não mais “que uma denotação da vontade em falando” (BARROS, 1540, p. 29). São cinco modos, como em Latim, cuja ordem e termos a

³⁸ Segundo João de Barros, os Latinos também suprem “per rodeio” os “tempos que lhes falece a voz passiva” (BARROS, 1540, p. 26). Vale ressaltar que o autor também emprega o termo “circunlóquio”, para referir-se à perífrase verbal.

³⁹ Esses termos correspondem a presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro, na gramática tradicional que conhecemos atualmente.

Gramática da Língua Portuguesa segue:

1º) Indicativo ou modo para demonstrar (*indicativo* significa *demonstrador*). Nele demonstramos a obra que fazemos (*Eu leio*).

2º) Imperativo ou modo para mandar (*imperativo* significa *mandador*): *António, lê*.

3º) Outativo ou modo para desejar (*outativo* significa *desejador*): *provesse a Deus que lesses*.

4º) Subjuntivo ou modo para ajuntar (*subjuntivo* significa *ajuntador*): *Eu leria bem, se o continuasse*. A parte *se o continuasse* juntou-se a *Eu leria bem*, para o seu entendimento.

5º) Infinitivo, que significa não acabado e não tem número e pessoa: *Não posso conceder-vos isto que pedis*.

Barros considera as três pessoas do singular e do plural e amplia a definição de conjugação em relação a Fernão de Oliveira: “discurso ou jornada que o verbo faz por todas as pessoas, números, tempos e modos”. Apresenta também as três conjugações, uma a menos quando o Português é comparado ao Latim. Segue um quadro elaborado a partir das divisões do verbo na gramática de João de Barros, retirando-se os acidentes espécie e figura.

Quadro 1: Acidentes dos verbos no Português, segundo João de Barros

ACIDENTES		EXEMPLOS
Gênero	ativo	<i>Eu amo a verdade</i>
	neutro	<i>Os homens, que vão a Paris, e estão no estudo pouco tempo, e folgam de levar boa vida, não ficam com muita doutrina. (grifo nosso)</i>
Tempos	presente	<i>Eu amo</i>
	passado por acabar	<i>Eu amava</i>
	passado acabado	<i>Eu amei</i>
	passado mais que acabado	<i>Eu amara/tinha amado</i>
	vindouro	<i>Eu amarei</i>
Modos	indicativo	<i>Eu leio</i>
	imperativo	<i>António, lê.</i>
	outativo	<i>provesse a Deus que lesses</i>
	subjuntivo	<i>Eu leria bem, se o continuasse</i>
	infinitivo	<i>Conceder-vos isto, que pedis</i>
Pessoas e números	Primeira (singular e plural)	<i>eu leio/nós lemos</i>
	Segunda (singular e plural)	<i>tu ouves/vós ouvis</i>
	Terceira (singular e plural)	<i>aquele ama/aqueles amam</i>
Conjugação	primeira	<i>amar</i>
	segunda	<i>ler</i>
	terceira	<i>ouvir</i>

João de Barros reserva um espaço especial em sua obra, para tratar dos circunlóquios, em “D’alguns suprimentos que temos dos tempos por maneira de rodeio”. Segundo ele, é necessário haver tempos por rodeio em Português, já que não temos suas formas simples como no Latim, “principalmente no modo optativo e subjuntivo”. Tempo por rodeio é formado pelo verbo *ter* como auxiliar e um verbo principal, conforme denominação da gramática tradicional atual: “tomamos este verbo *tenho*, naquele tempo que é mais conforme ao verbo que queremos conjugar e, com seu particípio passado, dizemos *tivera amado*, como se pode ver no tempo passado e mais que acabado no modo para desejar”.

É relevante notar que o autor registra a existência de perífrase no tempo mais que acabado do modo para demonstrar, mesmo havendo a forma simples: *tinha amado* por *amara* — apesar de não empregar o termo “aspecto”, afirma que esse tipo de rodeio dá “à obra alguma mais perfeição em tempo”.

Segue tabela elaborada a partir dos exemplos de perífrases que João de Barros cita em sua gramática.

Quadro 2: Algumas perífrases verbais do Português segundo João de Barros

Tempo e modo	Forma simples	Forma composta
Passado mais que acabado no modo para desejar	Não existe	<i>tivera amado</i>
Passado no modo infinitivo não acabado	Não existe	<i>ter amado, lido, ouvido, sido</i>
Vindiro no modo infinitivo não acabado	Não existe	<i>haver de amar, ler, ouvir, ser</i>
Passado mais que acabado do modo para demonstrar	<i>amara</i>	<i>tinha amado</i>
Passado não acabado no modo para desejar	<i>amara</i>	<i>Ó se tivera amado, lido, ouvido, sido</i>
Passado não acabado no modo para ajuntar	<i>amaria</i>	<i>como eu teria amado, lido, ouvido, sido</i>

3.2.2.1 Contribuições de João de Barros ao estudo do verbo

João de Barros, com preocupação pedagógica, faz uma descrição sincrônica do verbo em Português, comparando-o com o Latim. Apesar de a língua portuguesa originar-se da Latina, o autor não mostra a evolução ao longo do tempo; assim, a comparação histórica entre ambas não caracteriza um estudo diacrônico do Português.

Em relação a Fernão de Oliveira, amplia sobremaneira o estudo do verbo. Define-o do ponto de vista morfosintático e semântico, como uma das nove partes da linguagem e coloca-o em mesmo nível de importância do nome, já que os dois governam a linguagem como os reis no jogo de xadrez. Além disso, divide os verbos em substantivos, adjetivos, pessoais e impessoais, e os define. Também apresenta uma classificação dos verbos quanto aos seus acidentes, que incluem tempos e modos verbais.

Merece destaque o fato de o autor assumir que o verbo *haver* pode associar-se a um nome ou a outro verbo, funcionando como verbo nocional ou auxiliar na nomenclatura da gramatical tradicional. Ademais, a definição e os exemplos de circunlóquio são de extrema importância para este trabalho, porque mostram o emprego dos verbos *ter* e *haver* como auxiliares, caracterizando, na nomenclatura funcionalista, a trajetória de gramaticalização verbo pleno → verbo auxiliar: *ter amado*, *haver de amar*, *tivera amado*.

É pertinente ressaltar que, embora João de Barros não apresente a noção de aspecto, ela subjaz às denominações do autor para os tempos verbais *passado por acabar*, *passado acabado* e *passado mais que acabado* e à definição do modo infinitivo, “que quer dizer não acabado (...)” (BARROS, 1540, p. 29). Vale destacar que o modo infinitivo inclui os tempos *presente (amar)*, *passado por rodeio (ter amado)*, *vindoiro por rodeio (haver de amar)*, *gerúndio (amando)* e *particípio do tempo passado (amado)*, todos sem marca de aspecto perfectivo, conforme nomenclatura da gramática tradicional atual.

3.3 Método Gramatical para Todas as Línguas, de Amaro de Roboredo

3.3.1 Considerações sobre o autor e sua obra

Amaro de Roboredo nasceu, para alguns, em Viseu, para outros, em Algos. Desconhecem-se suas datas de nascimento e morte, bem como o local de seu falecimento. Sabe-se, contudo, que “florescia no primeiro quartel do século XVII” (BASTOS & PALMA, 2004, p. 56). Foi padre em Viseu e secretário do Arcebispo de Évora, além de atuar como preceptor de filhos de nobres espanhóis e portugueses, o que demonstra sua formação primorosa, como ocorre com Fernão de Oliveira e João de Barros.

Viveu em um século em que Portugal não acompanhava o pensamento moderno do resto da Europa, onde eram vigentes duas correntes, que tinham, em comum, o fato de centralizarem-se no homem, valorizando o conhecimento das coisas por meio das impressões que elas exerciam sobre ele, mais especificamente sobre seu intelecto, no caso do racionalismo, e sobre seus sentidos, para o empirismo (Cf. BASTOS & PALMA, 2004).

Portugal ficou alheio a essas correntes no século XVII, pois predominava, entre eles, a filosofia escolástica⁴⁰, cujos maiores representantes eram os jesuítas. Além disso, é importantíssimo lembrar que, em 1580, iniciou-se o domínio espanhol sobre Portugal. Como consequência, no século XVII, esse reino sofreu grave crise econômica e perda de homens, concernentes às guerras da Restauração, ocorridas entre 1640 e 1668. Esse contexto levou ao enfraquecimento da atividade cultural em Portugal, embotando a criação de trabalhos científicos e literários (Cf. BASTOS & PALMA, 2004).

Das gramáticas desse século, a considerada mais relevante é o *Método Gramatical para Todas as Línguas*, de Amaro de Roboredo, publicada em 1619, por ser detalhada e ter proposta criativa. Como homem de seu século, em que borbulhava a ideia de gramática universal, influenciou o desenvolvimento da teoria linguística, norteando obras importantes do século XVIII, como a *Arte da Gramática Portuguesa*, de Reis Lobato (Cf. BASTOS & PALMA, 2004; LEITE, 2011).

Tratando da universalidade das regras da gramática, tendência consolidada pela *Gramática de Port-Royal* (1660), propôs a tradução Latim-Português e Português-Latim para se chegar ao domínio do Latim, que era estudado na escola pela gramática do padre jesuíta Manuel Álvares⁴¹. Tinha, pois, como objetivo, o ensino do Latim como língua estrangeira, por meio da língua materna — vale ressaltar que os vernáculos entraram na escola apenas no final do século XVII. Favoreceu, portanto, o aprendizado da língua portuguesa, questionando o método tradicional para o ensino do Latim pelos jesuítas, que proibiam o uso da língua vulgar, salvo para os que não conheciam o Latim (Cf. FÁVERO, 1996; BASTOS & PALMA, 2004; LEITE, 2011).

O *Método Gramatical para Todas as Línguas* caracteriza-se por ser uma gramática comparada entre Latim e Português, apresentando caráter normativo.

⁴⁰ Escolástica consiste no pensamento filosófico vigente do IX ao XVII, em busca de uma teologia cristã. Tem seu ápice com Tomás de Aquino, sendo por isso dividida em Escolástica pré-tomista (séculos IX a XIII) e pós-tomista (século XIII ao final do XVII). Merece destaque o fato de ela ter influenciado a educação em Portugal e, posteriormente, no Brasil. Durante o período pré-tomista, o clero responsabilizou-se pela instrução escolar, “cuja obrigação primeira era a de formar a classe dirigente (...)” (CASAGRANDE, 2004, p. 30).

⁴¹ *De Institutione Grammatica Libri Tres*, do padre Manuel Álvares (1526-1583), publicada em 1572, foi usada para o ensino do Latim pelos jesuítas em seus colégios de todo o mundo, chegando a 600 edições. Em Portugal, encerrou-se sua utilização com a interdição dos jesuítas, com o Alvará Régio de 1759 (Cf. FÁVERO, 1996; FERNANDES, 2007; LEITE, 2011).

3.3.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos

A obra é dividida em índice (*mostrador da matéria*), prólogo e três partes. Após o fim da terceira parte, há listas de adjetivos e de verbos.

A primeira parte (*Exemplo Português e Latino da Gramática*), que engloba a morfologia⁴² e a sintaxe, é composta por três livros, cada um contendo de quatro a cinco capítulos. A segunda (*Exemplo Latino da Cópia de Palavras*) apresenta 1200 sentenças⁴³ na língua latina, para serem usadas como exercícios. Por fim, a terceira (*Exemplo Latino da Frase*) apresenta 187 sentenças em Latim, copiadas de autores clássicos e acompanhadas da tradução em Português.

Logo no início da Parte I (Livro I, capítulo I), Roboredo considera cinco partes da oração — notemos que ele não emprega a denominação “partes do discurso” —, a saber: nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção, quatro a menos que João de Barros, que, como vimos, incluía pronome, particípio, artigo e interjeição. Vale notar que, no *Método Gramatical para Todas as Línguas*, como na obra de Barros, o nome contempla substantivos e adjetivos, que, por sua vez, são divididos em pronomes de vários tipos, numerais e particípio. Assim, apesar de não nomeá-los como partes do discurso, o particípio e o pronome são também contemplados. É interessante apontar que as partes da oração da língua portuguesa descritas por Roboredo são as mesmas que o autor elenca para o Latim — lembremos que o *Método Gramatical para Todas as Línguas* foi produzido para o aprendizado desta língua, como estrangeira.

Das 241 páginas do livro, aproximadamente 37 são reservadas ao estudo do verbo, todas da Parte I: capítulos III e IV⁴⁴ e parte do V do Livro I; IV do Livro II e partes dos capítulos II, III, IV e V do Livro III⁴⁵.

Amaro de Roboredo define verbo a partir de características morfossintáticas, mas não semânticas, o que o diferencia de João de Barros, que contemplava ambas.

⁴² Cabe ressaltar que o termo “morfologia” não é empregado na obra de Amaro de Roboredo.

⁴³ Das 1200 sentenças do *Método Gramatical para todas as Línguas*, 1141 são copiadas da *Ianua linguarum* e 59 são criados pelo autor (Cf. LEITE, 2011). A *Ianua linguarum* foi publicada em 1611 pelos padres ibêrnios do Seminário de Salamanca. Constitui-se de “dez capítulos, que mostram a entrada das línguas por cópia, & logo 1141 sentenças, & no fim um vocabulário das palavras delas apontadas” (ROBOREDO, 1619, p. 79).

⁴⁴ Grafado “Capítulo IIII” na obra.

⁴⁵ Não consideramos, neste trabalho, os capítulos IV e V do Livro III por tratarem respectivamente de figura de linguagem (*Da composição figurada*) e de concordância (*Das regras que o principiante deve guardar, para compor sem solecismo*).

Além disso, não considera a existência de modo:

Verbo é palavra, que tem números e pessoas com tempo. Pessoa, ou rosto do verbo, é especial diferença do verbo. São as pessoas três em cada número: como, *amo*, *amas*, *amat*. Pl. *amamus*, *amatis*, *amant*. Da diferença de números e pessoas com tempo nasce a conjugação de verbos, a qual não é mais que um ajuntamento ou adequação do verbo com seus rostos (...) (ROBOREDO, 1619, p. 68, grifo nosso).

Divide o verbo em ativo e passivo, definindo o primeiro como o que transpassa sua atividade para algum acusativo e o segundo, o que não tem atividade. Os verbos passivos latinos são supridos por perífrases (“rodeios”) na língua portuguesa. Cabe lembrar que João de Barros apresenta que o Português supre os tempos passivos do Latim com perífrases verbais. Roboredo não apresenta, portanto, novidades quanto a isso.

Entretanto, inova, em relação a Barros, citando, também como “rodeios”, exemplos de verbos na voz ativa associados a “acusativos”⁴⁶, caracterizando, embora não com esta denominação, a voz reflexiva:

Nas línguas vulgares, de que temos notícia, não há verbos passivos, mas há participios passivos, com os quais e com o verbo substantivo *sum* se suprem as vozes passivas, como em Português. *Amado* junta-se ao verbo *sou*, *assim*: *sou amado*; *fui amado*; *serei amado* etc. Semelhantes rodeios se fazem com estes acusativos *me*, *te*, *se*, *nos*, *vos*, *se*, juntos às vozes ativas, como *movome*, *moveste*, *move-se*, *movemonos*, *moveisvos*, *movem-se*. E assim nos mais tempos, mas nas terceiras pessoas, mais propriamente (ROBOREDO, 1619, p. 69).

Divide, ainda, os verbos ativos em incertos ou vários (os que transpassam atividade em vários acusativos) e certos (os que só têm um acusativo, tornando-se desnecessário que ele seja declarado). Esses verbos correspondem respectivamente aos verbos transitivos diretos⁴⁷ e intransitivos na gramática tradicional atual. Os verbos “certos”, segundo Roboredo, são chamados por muitos de “neutros”, como faz João de Barros.

⁴⁶ O acusativo é o caso latino cuja função sintática corresponde ao nosso objeto direto.

⁴⁷ Merece destaque o fato de Roboredo não considerar a existência de verbos que regem objetos indiretos (caso dativo em Latim). Os exemplos de verbos “incertos ou vários”, apresentados pelo autor, são de verbos transitivos diretos na classificação atual: *amo*, *movo* e *defendo*. A eles “importa acrescentar a coisa que amo, a coisa que movo, a que defendo” (ROBOREDO, 1619, p. 69).

Aponta o verbo *ser* como verbo que não é ativo, nem passivo. Considera-o verbo substantivo, como João de Barros, e irregular, servindo como fundamento para todos os outros verbos. Sem usar o nome “auxiliar”, apresenta esse conceito, quando afirma que, com o verbo *ser*, suprimos as vozes passivas dos verbos na língua portuguesa.

Assunção & Fernandes (2007, p. LXVI) esquematizaram a classificação do verbo em Roboredo, em quadro que adaptamos a seguir.

Quadro 3: Classificação dos verbos em Português, segundo o *Método Gramatical para Todas as Línguas*

Espécie	Divisão	Variedades
Ativo	Pessoal	- incerto ou vário - certo
	Impessoal	- incerto ou vário - certo
Passivo (verbo <i>ser</i> + particípio passivo)	Pessoal	
	Impessoal	
Substantivo		

(Adaptado de ASSUNÇÃO & FERNANDES, 2007, p. LXVI)

Não inova quanto à existência das três conjugações na língua portuguesa, mas sim quanto ao fato de apresentar essas conjugações lado a lado às correspondentes no Latim.

Em relação aos tempos verbais, divide-os em três cabeças, das quais derivam todos os tempos. A primeira é o presente; a segunda, o pretérito; e a terceira, o supino, da qual não tratamos neste trabalho por só existir na língua latina. Os tempos aparecem numerados a partir de cada cabeça. Assim, diferentemente de Fernão de Oliveira e João de Barros, Roboredo não considera a existência de modo, como observamos em sua própria definição de verbo.

Em Português, a primeira cabeça tem sete tempos. O autor apresenta as formas *amando* e *amado* como correspondentes aos particípios ativo e passivo e aos três gerúndios do Latim; no entanto, não as denomina em Português. A segunda cabeça contém cinco tempos. Apresenta as conjugações do Português e as correspondentes do Latim nas três pessoas do singular e do plural. Como exemplos,

seguem os tempos da primeira, segunda e terceira cabeça, da língua portuguesa, mantendo-se a numeração de Roboredo. Notemos que os tempos compostos são formados pelo verbo *ter*, como auxiliar.

Primeira cabeça (*presente*)

1. Tempo presente (*amo*⁴⁸)
 2. Tempo presente (*ame*)
 1. Imperfeito (*amava*)
 2. Imperfeito (*amaria, amara e amasse*)
 1. Futuro (*amarei*)
- mandativo (*ama tu*)
 infinitivo (*amar*)
 particípio ativo (*amando*)
 particípio passivo (*amado*)

Segunda cabeça (*que é o primeiro pretérito perfeito*)

1. Pretérito (*amei, tenho e tive amado*)
2. Pretérito (*tenha amado*)
 1. Mais-que-perfeito⁴⁹ (*amara e tinha amado*)
 2. Mais-que-perfeito (*amasse, teria, tivera e tivesse amado*)
2. Infinitivo (*ter amado*)

Vale destacar que o autor apresenta, na primeira cabeça, três exemplos para o segundo imperfeito (*amaria, amara e amasse*) e, na segunda, três para o primeiro pretérito (*amei, tenho e tive amado*), dois para o primeiro mais-que-perfeito (*amara e tinha amado*) e quatro para o segundo mais-que-perfeito (*amasse, teria, tivera e tivesse amado*). Contempla, desse modo, apesar de sua classificação mais sucinta, um número grande de tempos verbais simples e compostos.

⁴⁸ Transcrevemos apenas a 1ª pessoa do singular como exemplo.

⁴⁹ Roboredo emprega a abreviação *plusq.*, que corresponde a “plusquam” (“mais-que”).

3.3.2.1 Contribuições de Amaro de Roboredo ao estudo do verbo

Roboredo define verbo a partir de características morfossintáticas, ou seja, pessoa, número e tempo — lembremos que, ao contrário de João de Barros, ele não apresenta critérios semânticos em sua definição, nem considera a existência de modo verbal. Tem uma divisão peculiar quanto aos tempos verbais: separa-os em três cabeças, das quais derivam todos os tempos. Portanto, já traz o conceito de tempo primitivo e tempos derivados. Insere o verbo nas cinco partes da oração (nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção⁵⁰), sem compará-lo ao nome, como faz João de Barros, ou às outras partes da oração. Divide-o em verbo substantivo, verbos ativos e verbos passivos, sendo cada um desses dois últimos classificado em pessoal e impessoal. Além disso, separa os ativos pessoais e os impessoais em incertos ou certos, de acordo com sua transitividade, na nomenclatura da gramática tradicional atual.

Cabe ressaltar que esse autor acrescenta à *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, o verbo *ser* como auxiliar, embora também não empregue esse termo. Semelhantemente a João de Barros, não apresenta a noção de aspecto, mas a contempla nos nomes dos tempos *imperfecto* da primeira cabeça, *pretérito perfeito* e *mais-que-perfeito*, ambos da segunda cabeça. Além dessas denominações que indicam ação perfectiva ou imperfectiva, Roboredo não fornece nenhuma informação que nos permita afirmar que haja ideia subliminar de aspecto relacionada aos tempos infinitivo, particípio ativo e particípio passivo da primeira cabeça e infinitivo da segunda.

3.4 *Arte da Gramática da Língua Portuguesa*, de Reis Lobato

3.4.1 Considerações sobre o autor e sua obra

Pouco se sabe sobre Antônio José dos Reis Lobato. Suspeita-se que ele seja o Padre Antônio Pereira de Figueiredo, membro da Real Mesa Censória desde 1768. Sua *Arte da Gramática da Língua Portuguesa*, de 1770, foi adotada em Portugal e nas colônias, visando ao ensino da língua portuguesa, obrigatório após a expulsão dos jesuítas, Missionários da Companhia de Jesus, em 1759. Foi elaborada no contexto

⁵⁰ Assim como em João de Barros, mantivemos a ordem em que Roboredo elenca as cinco partes da oração.

histórico do Iluminismo⁵¹, cujas críticas aos jesuítas caminhavam no sentido de desvincular a educação da religião e dos interesses da aristocracia. Aparecem, pois, sugestões para a modificação do ensino, que deveria ser de responsabilidade do Estado e ter ênfase nas línguas vernáculas (Cf. ZANON & FACCINA, 2004, p. 76).

A primeira metade do século XVIII corresponde ao reinado de D. João V (1707-1750), caracterizado pelo “crescimento do absolutismo monárquico e pela hegemonia eclesiástica sobre a sociedade civil” (FÁVERO, 1996, p. 55), o que levou ao enfraquecimento da autoridade do rei e ao aumento do poder político e financeiro da Igreja, em grande parte devido ao ouro do Brasil. A ausência do Estado nas colônias contribuía para que os rendimentos da coroa diminuíssem, já que surgiam ações como o contrabando (Cf. FALCON, 1982 *apud* FÁVERO, 1996⁵²; FÁVERO, 1996).

Para reagir a essa situação e ciente das ideias iluministas, ao iniciar seu reinado em 1750, D. José I nomeia, como primeiro-ministro, o diplomata Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que passa a exercer funções políticas, representando o apogeu do absolutismo. De suas medidas, interessam-nos duas publicações: a da sentença de expulsão dos jesuítas de todo o território português, em janeiro de 1759, sob a acusação de terem eles agredido o rei D. José em atentado de 1758⁵³, e a do Alvará Régio de junho de 1759, com o qual se extinguiram, em Portugal e em suas colônias, todas as escolas dirigidas pelos jesuítas, e encerrava-se o uso de seu método de ensino e, conseqüentemente, de seus livros. Nesse contexto, foi elaborada a gramática de Reis Lobato, cuja proposta era atender às novas exigências educacionais da época, dando continuidade ao trabalho pedagógico da Companhia. Serviu para o ensino do Português de 1770 a 1869, tendo sido publicada em 40 edições (Cf. FÁVERO, 1996; ZANON & FACCINA, 2004).

⁵¹ (...) movimento cultural-filosófico-ideológico que critica a sociedade, o governo, a educação e a religião. O mercantilismo, os monopólios, a desigualdade social, o absolutismo e a proibição do livre pensamento são duramente combatidos pelos iluministas. São considerados os modelos mais explícitos do novo tipo de intelectual. Usam a pena como arma, para atacar preconceitos e privilégios, para denunciar intolerâncias e injustiças, mas, ao mesmo tempo, delineiam um novo panorama do saber reformulado sobre bases empíricas e científicas e que se torna fundamental para a sociedade da época (ZANON & FACCINA, 2004, p. 76). Desenvolve-se, em especial, na França, Alemanha e Inglaterra, no século XVIII, segundo excerto que Cano e Palma (2012, p. 21) transcrevem de JAPIASSÚ, H., & MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 137.

⁵² FALCON, F. J. C. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1982.

⁵³ Cabe ressaltar que, segundo Fávero (1996, p. 63), os “jesuítas eram considerados os principais responsáveis pela não-introdução das ideias novas em Portugal”.

Para Fávero (1996), Reis Lobato pode ser considerado um gramático de transição entre o período da gramática latina e o de renovação filosófica, tendo este último, como principal representante, Jerônimo Soares Barbosa, de quem e de cuja obra tratamos no próximo tópico.

A *Arte da Gramática da Língua Portuguesa* caracteriza-se por ser normativa e tem, por escopo, ensinar a língua materna para seu falar sem erros e para ajudar no aprendizado de qualquer outra língua, como o Latim:

(...) todo aquele que dela tiver perfeita ciência, quando passar para o estudo de qualquer língua, assim como a latina, levará um grande adiantamento por saber já o que é nome, o que é verbo, e a natureza e a propriedade de todas as partes do discurso, e o modo, com que se unem estas na oração (LOBATO, 1770, p. XI).

3.4.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos

A gramática tem introdução e prefácio (*Proemio*) e é dividida em duas partes — Etimologia⁵⁴, dentro da qual reserva espaço para prosódia, e Sintaxe. Não trata de ortografia, o que justifica afirmando, na introdução, que essa parte merece um tratado separado (Cf. LOBATO, 1770).

Para a etimologia, destina aproximadamente 180 páginas (incluindo as 25 páginas de prosódia), na qual se distribuem seis livros, cada qual dividido em lições. Trata do verbo nos livros III (*Do verbo e suas conjugações*) e IV (*Dos pretéritos e participios do pretérito dos verbos*), destinando por volta de 100 páginas para essa parte da oração. Para sintaxe, reserva aproximadamente 60 páginas, em que se inserem quatro livros, divididos também em lições. É relevante observar que, em relação aos gramáticos estudados até aqui, neste capítulo, Reis Lobato reserva maior espaço à morfologia, sob a denominação “etimologia”, e particularmente ao verbo, cujo espaço ocupado na obra corresponde a mais de um terço (100 de 243 páginas).

Na introdução, afirma que todas as nações cultas têm-se ocupado de gramáticas em sua língua, citando exemplos de autores franceses, ingleses, italianos e espanhóis. Entre os portugueses, cita Fernão de Oliveira, João de Barros, Roboredo⁵⁵, o Padre Bento Pereira e Jerônimo Contador de Argote. Critica a

⁵⁴ O termo “etimologia” é empregado por Reis Lobato com mesmo sentido de João de Barros.

⁵⁵ Dos gramáticos estudados neste capítulo, o único que é criticado, quanto ao tratamento dado ao verbo, é Roboredo. Segundo Reis Lobato, sua gramática **não “dá a necessária notícia das diversas declinações dos nomes e conjugações dos verbos, assim regulares, como irregulares (...)”** (LOBATO, 1770, p. XXIV, grifo nosso).

gramática de todos esses seus compatriotas brevemente, demorando-se mais na obra do padre jesuíta Bento Pereira, que, segundo Reis Lobato, tem as mesmas doutrinas do Padre Manuel Álvares na sua “Gramática Latina, de que Sua Majestade Fidelíssima proibiu o uso nas escolas” (LOBATO, 1770, p. XXV), corroborando, assim, a postura ideológica imposta por Pombal.

No prefácio, divide as “espécies de palavras” em nove, como João de Barros: artigo, nome, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição⁵⁶, porém acrescenta sua divisão em declináveis e indeclináveis. Como João de Barros e Roboredo, divide o nome em substantivo e adjetivo.

Define verbo sob o ponto de vista semântico, como palavra que “na oração afirma alguma coisa, como v. gr.⁵⁷ nesta oração: *Pedro ama as virtudes*, onde a palavra *ama* é verbo, porque afirma a ação, que Pedro faz de amar as virtudes” (LOBATO, 1770, p. 62). Também como João de Barros e Roboredo, divide os verbos em ativos e passivos, conjugados por tempos, pessoas e modos — exceto para Roboredo, como vimos.

Para Reis Lobato, modos são definidos sob a perspectiva morfossintática e semântica, como “diversas inflexões, que o verbo tem, para exprimir as maneiras de significar em várias diferenças no tempo” (LOBATO, 1770, p. 63). Acrescenta, portanto, característica morfossintática inexistente na definição de Barros, para quem o modo “no verbo não é mais que uma denotação da vontade em falando” (BARROS, 1540, p. 29). Também difere em relação a esse autor em considerar apenas quatro modos: indicativo ou demonstrativo; imperativo ou mandativo; subjuntivo ou conjuntivo; e infinito ou infinitivo. João de Barros inclui o outativo. Na definição do modo subjuntivo ou conjuntivo, introduz, sem esta denominação, as conjunções subordinativas, afirmando que nesse modo se faz algo sob uma condição, como, por exemplo, se *eu escrevesse*. Para o autor, o nome “juntivo” vem do fato de conjunções/locuções conjuntivas⁵⁸ — denominação da gramática tradicional atual —, como *se, que, posto que, ainda que e como*, unirem-se a esses verbos.

Define verbos auxiliares como aqueles que socorrem outros, que não têm alguns tempos, não trazendo novidades quanto ao fato de a falta da voz passiva em

⁵⁶ Como temos feito até aqui, mantemos a ordem do autor na relação dessas palavras.

⁵⁷ *Verbi gratia* (também abreviada *v.g.*): expressão latina, que significa “por exemplo” (Cf. GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS BETA DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 06 abr. 2015.).

⁵⁸ Reis Lobato emprega o termo “partículas”.

Português ser suprida por circunlóquios, formados com o verbo *ser*. No entanto, explicita a importância desses verbos, conjugando os auxiliares *ser*, *ter* e *haver* antes dos verbos regulares das três conjugações:

Porém antes que tratemos das sobreditas três conjugações regulares, havemos de conjugar em primeiro lugar os verbos *Ser*, *Ter*, *Haver*, sem embargo de serem anômalos, ou irregulares, porque se faz muito necessária a sua notícia por se suprirem, e formarem suas vozes alguns tempos, que faltam aos outros verbos. E desse socorro, que dão aos demais verbos, provém o serem chamados comumente verbos Auxiliares (LOBATO, 1770, p. 69).

Para Reis Lobato, há oito tempos do modo indicativo, um do imperativo, oito do conjuntivo e dez do infinitivo, conforme discriminado a seguir:

- Indicativo: presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito perfeito composto, pretérito mais-que-perfeito, pretérito mais-que-perfeito composto, futuro perfeito e futuro perfeito composto⁵⁹.
- Imperativo: futuro.
- Conjuntivo: presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito composto, pretérito mais-que-perfeito, pretérito mais-que-perfeito composto, futuro, futuro composto e futuro perfeito composto.
- Infinitivo: presente impessoal, presente pessoal, pretérito perfeito composto impessoal, pretérito perfeito composto pessoal, futuro composto impessoal, futuro composto pessoal, particípio do presente indeclinável, particípio do pretérito indeclinável, particípio passivo do pretérito e circunlóquios do particípio do pretérito.

3.4.2.1 Contribuições de Reis Lobato ao estudo do verbo

Reis Lobato faz um estudo sincrônico do verbo. Define-o apenas do ponto de vista semântico, ao contrário de Roboredo, que considera características morfossintáticas em sua definição, e de João de Barros, que se baseia em critérios morfossintáticos e semânticos. Como este último autor, inclui o verbo nas nove partes

⁵⁹ Nos paradigmas de conjugação dos verbos regulares, Reis Lobato nomeia as formas *amarei*, *defenderei* e *aplaudirei* respectivamente *futuro perfeito*, *futuro imperfeito* e *futuro imperfeito*, fazendo o mesmo com as formas compostas correspondentes (*futuro perfeito composto*, *futuro imperfeito composto* e *futuro imperfeito composto*). Consideramos a denominação *futuro perfeito*.

da oração (artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição); inovando, porém, na divisão dessas palavras em declináveis e indeclináveis. Como Roboredo, não compara, quanto à importância, o verbo com outras espécies de palavras.

Não inova na divisão dos verbos em ativos e passivos e, em sua conjugação, volta a considerar a existência de modo, como faz João de Barros. Entretanto, difere em relação a esse autor por não considerar o modo outativo.

Em relação aos verbos auxiliares, não traz novidades em relação à existência dos verbos *ser*, *ter* e *haver*, mas sim no fato de empregar o termo “verbo auxiliar” e descrever os três verbos como tal — lembramos que Barros considera *ter* e *haver*, e Roboredo, *ter* e *ser* na formação de circunlóquios. Reis Lobato divide o auxiliar *ser* para a formação de circunlóquios de voz passiva, e *ter* e *haver* na formação dos denominados tempos compostos.

No que tange ao aspecto, contempla-o, sem novidades, nas denominações *pretérito imperfeito*, *pretérito perfeito* e *pretérito mais-que-perfeito*.

3.5 Gramática filosófica da Língua Portuguesa, de Jerônimo Soares Barbosa

3.5.1 Considerações sobre o autor e sua obra

O padre Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816) foi filólogo português e bacharel em Direito Canônico. Viveu a maior parte de sua vida no século XVIII, fazendo parte do contexto setecentista. Como Reis Lobato, presenciou o apogeu do absolutismo em seu país e defendeu as reformas pombalinas na educação, posicionando-se, pois, contra a pedagogia dos jesuítas: propôs que primeiro fosse ensinado o Português e depois o Latim⁶⁰ (Cf. RANAURO, s.d.). No entanto, também considerava o aprendizado da língua portuguesa um veículo para se chegar ao conhecimento da latina (Cf. COUTO, 2004).

Sob influência do culto à razão concernente ao Iluminismo, sob o ponto de vista filosófico, inspira-se na *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal*, de 1660 (Cf. LOPES, 1986/87; FÁVERO, 1996). A *Gramática de Port-Royal* aproxima a gramática descritiva da lógica analítica, sendo considerada a “maior expressão do racionalismo

⁶⁰ Merece destaque o fato de João de Barros e Roboredo já terem defendido o método de se ensinar primeiro a língua materna. *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746), do iluminista Luís Antônio Verney, também defende essa ideia. No entanto, este último, diferentemente dos dois primeiros, tem a intenção de criticar negativamente o método do jesuíta Manuel Ávares (Cf. FÁVERO, 1996).

do século XVII” (FÁVERO, 1996, p. 106). Seus autores, Antoine Arnauld e Claude Lancelot, estavam ligados à confraria dos Solitários de Port-Royal de Champs, influente abadia em Paris. A obra caracteriza-se por ensinar a expressão a partir de regras do funcionamento da língua, apresentando regras comuns a todas as línguas — está ligada a teoria universalista, portanto — contrapostas às particulares de cada uma delas. A obra está intimamente ligada à lógica: considera a língua como expressão do pensamento, aceitando a relação língua-pensamento como axioma (Cf. FÁVERO, 1996).

Sua *Gramática filosófica da Língua Portuguesa* foi publicada postumamente, em 1862, mas foi concluída provavelmente em 1803 (no final da Introdução, consta a data 24/06/1803). A obra marca uma revolução cultural, em um contexto em que os iluministas portugueses propugnavam reformas.

Caracterizada por uma pedagogia pautada na lógica e na razão, a obra tem como cerne a ideologia de que o ensino da língua corresponde ao do pensamento⁶¹. Segundo Barbosa, na introdução da obra, esse ensino baseia-se na gramática geral ou sistema metódico de regras de todas as línguas, de acordo com o qual todas as línguas seguem leis para a expressão do pensamento, e na particular, no caso a da língua portuguesa, fundamentada na primeira. Por inserir qualidade filosófica à gramática, o autor traça uma ruptura com a tradição gramatical portuguesa, caminhando em conformidade com os ideais de reforma na metodologia de ensino jesuítica (Cf. COUTO, 2004).

3.5.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos

A *Gramática filosófica da Língua Portuguesa* compõe-se de introdução, quatro livros, divididos em capítulos, e índice. Cada livro corresponde às seguintes partes: *Ortoepia*, *Ortografia*, *Etimologia* e *Sintaxe*. Segundo Mattos e Silva (2015), as duas primeiras partes correspondem à parte mecânica da gramática, enquanto as últimas, à lógica⁶². Aproximadamente metade da obra (176 de 347 páginas) destina-se à

⁶¹ Importa apontar que o logicismo tem origem no pensamento filosófico greco-romano (Cf. COUTO, 2004).

⁶² Segundo Barbosa, a gramática tem naturalmente duas partes principais: uma mecânica, que considera as palavras como meros vocábulos e sons articulados, já pronunciados, já escritos, e como tais sujeitos às leis físicas dos corpos sonoros e do movimento; outra lógica, que considera as palavras, não já como vocábulos, mas como sinais artificiais das ideias e suas relações, e como tais sujeitos às leis psicológicas, que nossa alma segue no exercício das suas operações e formação de seus pensamentos (...) (BARBOSA, 1862, p. X-XI).

etimologia, e nesta também por volta de metade do espaço (80 páginas) é reservado ao estudo do verbo. Assim, merece destaque a importância dada à etimologia e ao verbo em especial.

Em etimologia, ou morfologia nas gramáticas tradicionais atuais, o autor divide as palavras em duas classes, as interjectivas ou exclamativas e as discursivas ou analíticas, dependendo do modo com o qual os nossos pensamentos são conhecidos pela linguagem, corroborando o tratamento filosófico dado à obra. As interjectivas representam “percepções e sentimentos” juntos, exprimindo, por exemplo, admiração (*ah!*) ou desprazer (*hai!*) (BARBOSA, 1862, p. 67). As discursivas, por sua vez, são partes de um todo, ou seja, elementos de uma proposição ou oração — definida como “enunciação de um juízo ou percepção de conveniência e identidade entre duas ideias” (BARBOSA, 1862, p. 86).

Merece destaque o fato de Barbosa não diferenciar oração de proposição, o que se justifica pelo fato de ele entender a língua como instrumento do pensamento. Na *Gramática de Port-Royal*, a proposição é o elemento base da reflexão gramatical, equivalendo à “expressão mínima do juízo e do raciocínio” (MATTOS e SILVA, 2015, p. 27). Vale apontarmos que *Port-Royal* resgata a proposição de Platão (o *lógos*), que é a expressão de algo sobre algo, sendo formada pela combinação básica de um verbo e um nome, ou seja, um agente e uma ação (Cf. NEVES, 2005).

É relevante notar que, na definição dos elementos da oração, Soares Barbosa emprega a palavra “ideia”, o que confirma a ideologia da língua como expressão do pensamento: “Estes elementos da oração, como são sinais das ideias, não podem ser, nem mais, nem menos em número, nem de outra espécie, que não sejam os elementos do pensamento, que os mesmos exprimem (BARBOSA, 1862, p. 76).

As “espécies de palavras” ou “partes elementares do discurso” são cinco: nome substantivo, nome adjetivo, verbo substantivo, preposição e conjunção. Juntamente com a interjeição, formam as partes elementares da oração, podendo ser variáveis ou invariáveis. Diferentemente dos gramáticos estudados até agora, neste capítulo, considera o nome substantivo e o nome adjetivo partes distintas do discurso — lembremos que João de Barros, Roboredo e Reis Lobato tratam-nos como divisão do nome. Além disso, inova alocando o artigo e o pronome em “adjetivos determinativos”. João de Barros e Reis Lobato elencam-nos entre as partes da linguagem ou partes da oração ou discurso, conforme nomeiam respectivamente esses dois autores.

Roboredo, por seu turno, desconsidera a existência do artigo e insere o pronome como divisão do nome adjetivo.

Hierarquizando as partes do discurso, Soares Barbosa trata, como partes essenciais da oração ou proposição, o substantivo, o adjetivo e o verbo substantivo e, como acidentais, as outras. Segundo o autor, essas palavras são essenciais ou não a qualquer oração ou proposição. Para ele, só pode existir comparação quando há duas ideias e um termo que as compare. As duas ideias seriam expressas pelo substantivo e pelo adjetivo, e o termo que estabelece a comparação seria o verbo *ser*, *haver* ou *estar*, todos com sentido de existir:

A razão é, porque sem duas ideias não pode haver comparação, e esta também não, sem um termo que as compare. A primeira ideia é principal, que faz o sujeito da proposição, necessariamente há de ser um substantivo ou nome substantivado. A segunda, que faz o atributo da preposição, necessariamente há de ser também, ou um adjetivo, ou nome adjetivado. O terceiro termo, que serve de cópula às duas ideias, é o verbo substantivo *ser*, ou o impessoal *haver* ou o o auxiliar *estar*, todos na significação de existir (BARBOSA, 1862, p. 85).

Define verbo sob a perspectiva morfosintática e semântica, introduzindo, em relação a Reis Lobato, o termo "sujeito" e "proposição" — lembremos que a proposição envolve dois elementos básicos, o nome (agente ou sujeito da ação) e o verbo (ação). Assim, podemos entender o porquê da introdução desses termos:

O verbo é uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito debaixo de todas suas relações pessoais e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade de um com outro por ordem aos diferentes tempos e maneiras de existir (BARBOSA, 1862, p. 145).

Divide essa parte do discurso em três classes: verbo substantivo, auxiliar e adjetivo. Como podemos observar a partir dessa classificação, Soares Barbosa apresenta como novidade, tanto em relação aos gramáticos estudados até agora neste capítulo, como à gramática de Port-Royal, o fato de separar uma classe para os verbos auxiliares (Cf. FÁVERO, 1996).

Inova, em não considerar o verbo *ser* como auxiliar e em introduzir a ideia de aspecto, sem empregar esse termo, na definição dos verbos auxiliares *haver*, *estar* e *ter*:

Tais são os três verbos *haver*, *estar* e *ter*, combinados com o infinito impessoal, e particípios do verbo *ser*, deste modo: *haver de ser*, *estar sendo*, *ter sido*. O primeiro acrescenta à ideia da existência simples a ideia acessória de um princípio, dado a ela na resolução e projeto, que toma o agente, e a da sua futuridade na execução; *hei*, ou *tenho de ser* não é o mesmo que *sou*, ou *serei*. O segundo acrescenta à mesma ideia geral de existência a ideia particular de estado, persistência, e continuação da mesma existência começada; *Estou amando* não é o mesmo que *sou amante*. O terceiro finalmente acrescenta à mesma ideia principal de existência a acessória do seu termo e cessação; *tenho sido* não é o mesmo que *fui*. Esta linguagem pode-se dizer que ainda é, a primeira não.⁶³ **Estes três auxiliares pois, juntos com o verbo substantivo, fazem com ele três linguagens compostas, que se podem chamar, a primeira incoativa, a segunda continuativa e a terceira completiva da existência do atributo no sujeito, significadas pelas formas infinitas do verbo *ser*** (BARBOSA, 1862, p. 148, grifo nosso).

Merece destaque o fato de Soares Barbosa afirmar que os verbos *haver*, *estar* e *ter* diferem de sentido quando são empregados como auxiliares e quando têm significado primitivo. Além disso, esses verbos auxiliares preservam características semânticas de seu uso como verbo primitivo:

Estes verbos considerados com (sic) auxiliares, não têm a mesma acepção que têm quando se tomam em sua significação primitiva, como verbos ativos, transitivos ou intransitivos, dizendo v. gr. *Eu haverei de ti esta dívida*, *Eu estou em pé*, *Eu tenho dinheiro*. Mas juntos aos nomes verbais *ser*, *sendo* e *sido*, perdem então a sua significação própria e natural para exprimirem os vários estados de existência ou começada, ou continuada ou acabada, debaixo dos quais se pode considerar um objeto em qualquer época ou tempo. Isto não obstante, é contudo verdade, que apartando-se estes verbos do seu destino primitivo e tomando o serviço de auxiliares, ainda assim conservam alguns resquícios da sua natureza primitiva, exprimindo uma espécie de posse virtual, e de situação metafórica, em que se considera o sujeito da proposição por ordem à qualidade, que se lhe atribui. O verbo *haver*, como impessoal, significa também a existência, como quando digo: *Há muitos homens*, *Havia muita gente* (...) (BARBOSA, 1862, p. 149).

⁶³ Acreditamos que se trata do contrário: “tenho sido” “ainda é”, “fui”, não.

O fato de haver dois empregos para cada um desses verbos — como verbos plenos, na nomenclatura da gramática funcional (*Eu haverei de ti esta dívida, Eu estou em pé, Eu tenho dinheiro.*), e verbos auxiliares (acompanhados dos *nomes verbais*⁶⁴ *ser, sendo e sido*), indicando tempo e existência começada, continuada ou acabada — relaciona-se ao princípio da estratificação. Ademais, considerando a permanência de traços semânticos do verbo em seu sentido primitivo no auxiliar, o autor evidencia outro princípio, o da persistência. Ambos são propostos por Hopper (1991)⁶⁵ e abordados no primeiro capítulo desta dissertação: a estratificação é caracterizada pelo fato de novas formas estarem sempre emergindo, sem que necessariamente as velhas desapareçam, podendo as duas coexistir; a persistência, por sua vez, consiste na manutenção de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma gramaticalizada.

Além dos três verbos auxiliares *haver, estar e ter*, o autor considera *andar, vir e ir*, que, associados a outros verbos no infinito e particípio, exprimem duração da ação ou sua proximidade no tempo anterior ou posterior: *ando ou vou escrevendo, venho de escrever, vou escrever*.

Em relação ao verbo adjetivo, classifica-o quanto à significação e quanto à forma. No que tange ao significado, pode ser absoluto (verbo intransitivo) ou relativo (verbo transitivo). O verbo transitivo é dividido em “ativo só” (*amo*), “relativo só” (*dependo*) ou “ativo e relativo” (*dou*), que correspondem aos verbos transitivos diretos, transitivos indiretos e transitivos diretos e indiretos na denominação da gramática tradicional atual. Como não considera a existência de verbos passivos ou neutros em Português, dá “três vozes, ou maneiras pelas quais a ação do verbo pode ser exercitada” (BARBOSA, 1862, p. 184): voz ativa (*Amo a Deus*⁶⁶), voz passiva (*Deus é amado por mim*) e voz média ou reflexa (*Eu me amo*).

É relevante notar que, quanto à voz passiva, apesar de não alocar as perífrases com os tempos verbais, de que tratamos mais adiante, explica e exemplifica a conjugação do verbo adjetivo nessa voz, ampliando, assim, o leque de circunlóquios.

⁶⁴ Notemos que Soares Barbosa trata os atuais infinitivo, gerúndio e particípio como formas nominais (*nomes verbais*), embora todas façam parte do *modo infinito*.

⁶⁵ Cabe lembrar que os cinco princípios de Hopper (1991) — estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização — identificam os primeiros estágios de gramaticalização e acentuam seu caráter gradual, conferindo aos elementos analisados o grau de “mais” ou “menos” gramaticalizados.

⁶⁶ É curioso que, como exemplo de verbo transitivo direto, o autor emprega uma oração com objeto direto preposicionado.

Afirma que “para conjugar qualquer verbo adjetivo em sua voz passiva, não é preciso mais do que ajuntar estes participípios [participípios passivos] no gênero e número competente a todos os modos, tempos, números e pessoas do verbo substantivo e seus auxiliares” (BARBOSA, 1862, p. 194): *ser, haver de ser, ter sido, sendo, havendo de ser, tendo sido* associados ao participípio passado *amado/estendidolaplaudido*, etc.

Separa, ainda sob o critério de significação, os verbos transitivos e intransitivos em frequentativos e não frequentativos, de acordo com a frequência e duração da ação (*choramingar, choviscar*). Merece destaque o fato de Soares Barbosa afirmar que são poucos os verbos frequentativos na língua, o que suprimos com verbos auxiliares associados aos participípios imperfeitos dos verbos adjetivos: *ando cuidando, ando lendo*. Acrescenta que, para fazer verbos incoativos, servimo-nos do verbo *ir*, como auxiliar: *vou aquecendo, vou aproveitando*.

Considerando a forma verbal, por sua vez, divide o verbo em pessoais, impessoais, simples ou compostos⁶⁷. Segue quadro com a classificação dos verbos adjetivos, quanto à significação, na *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*.

Quadro 4: Classificação dos verbos adjetivos, quanto à significação, na *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*

VERBO				
Substantivo	Adjetivo			Auxiliar
	Significação absoluta ou relativa		Vozes	Aspecto ⁶⁸
	Intransitivo	Transitivo	Ativa	Frequentativo
		Ativo só	Passiva	Não frequentativo
		Relativo só	Média/reflexa	
		Ativo e relativo		

⁶⁷ Não nos interessam, neste trabalho, os verbos simples e compostos por relacionarem-se à formação da palavra.

⁶⁸ Reiteramos que Jerônimo Soares Barbosa não emprega o termo “aspecto”.

Assim como faz na definição de verbo, Soares Barbosa também envolve o sujeito da proposição quando trata de conjugação, definindo-a morfossintática e semanticamente:

Conjugação é o sistema total das diferentes terminações, que a forma primitiva de qualquer verbo toma para indicar os diferentes modos de enunciar a coexistência do atributo no sujeito; os diferentes tempos desta coexistência; e as diferentes personagens, que o sujeito do verbo faz no ato do discurso; e conjugar é recitar todas estas formas e variações segundo a ordem dos modos, dos tempos, do número e da qualidade das pessoas (BARBOSA, 1862, p. 151).

Quanto ao modo, também emprega um critério morfossintático e semântico na definição, caracterizando-o como “as diferentes maneiras de enunciar a coexistência do atributo no sujeito da proposição.” (BARBOSA, 1862, p. 152). Descreve três modos verbais — infinito; indicativo, que inclui o imperativo e o supositivo ou condicional; e o subjuntivo —, vinculando-os sintaticamente às três espécies de orações ou proposições existentes. O modo infinitivo corresponde às orações regidas, pois servem como complementos de verbos ou proposições; o indicativo, às principais, já que a ele se referem os outros verbos do período; e o subjuntivo, às subordinadas porque dependem de outro verbo.

Considera os tempos presente, pretérito e futuro de acordo com seu aspecto, sem empregar esse nome: continuado e não acabado ou não continuado e acabado. Assim, divide os tempos respectivamente em imperfeitos ou periódicos e perfeitos ou momentâneos, a partir dos três modos:

- Modo infinito: impessoal, pessoal, particípio imperfeito e particípio perfeito.
- Modo indicativo: presente imperfeito absoluto, presente imperfeito imperativo, presente perfeito, pretérito imperfeito absoluto, pretérito imperfeito condicional, pretérito perfeito absoluto, pretérito perfeito relativo, pretérito perfeito condicional, futuro imperfeito, futuro perfeito.
- Modo subjuntivo: presente imperfeito, presente perfeito, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, futuro imperfeito, futuro perfeito.

3.5.2.1 Contribuições de Soares Barbosa ao estudo do verbo

Jerônimo Soares Barbosa estuda o verbo sincronicamente. Por considerar a língua expressão do pensamento, difere muito dos gramáticos estudados até o momento. Amplia a definição de verbo, conjugação e modo por introduzir, nos critérios morfossintáticos e semânticos já abordados, os termos “sujeito” e “oração ou proposição”, unidade mínima do raciocínio. Como João de Barros, Robredo e Reis Lobato, insere o verbo nas partes do discurso, que, para esse autor são nome substantivo, nome adjetivo, verbo substantivo, preposição e conjunção. Porém, coloca-o como um dos três elementos essenciais da oração, juntamente com o substantivo e adjetivo, que, como vimos, consistem em partes distintas da proposição.

Na classificação dos verbos, apresenta uma classe para os auxiliares e introduz, em sua definição, a noção de aspecto verbal, sem o emprego do nome. Simplifica a classificação de modos (infinito, indicativo e subjuntivo) e de tempos verbais, dividindo-os em três (presente, pretérito e futuro) de acordo com o aspecto continuado/não acabado ou não continuado/acabado.

Quanto aos auxiliares *haver*, *estar* e *ter*, explica, valendo-se de exemplos, as linguagens incoativa, continuativa e completiva. Em relação a *andar*, *vir* e *ir*, apresenta a ideia de duração da ação (*andou escrevendo*) e proximidade no tempo anterior (*venho de escrever*) e posterior (*vou escrever*). Acrescenta que, como há poucos verbos frequentativos (*choramingar*) em Português, suprimos essa carência com o emprego de *participios imperfeitos*: *ando lendo/vou aproveitando*. Também considera o emprego do verbo *ir* para fazer verbos incoativos (*vou aproveitando*) — notemos o não emprego do termo locução verbal.

Não considera o verbo substantivo *ser* um auxiliar. Entretanto, expande o leque desses verbos, apresentando, além de *haver* e *ter*, *estar*, *andar*, *vir* e *ir*. Ademais, cria uma espécie de fórmula para a elaboração de qualquer perífrase: *ser*, *haver de ser*, *ter sido*, *sendo*, *havendo de ser*, *tendo sido* associados ao particípio passado *amado/estendido/aplaudido*, etc.

Por fim, merecem destaque suas evidências de gramaticalização, por meio dos princípios da estratificação e da persistência de Hopper (1991), relacionados aos auxiliares *haver*, *estar* e *ter*, *ir* e *andar*.

3.6 *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, de Said Ali

3.6.1 Considerações sobre o autor e sua obra

Manuel Said Ali nasceu em Petrópolis, no ano de 1861, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1953. Estudou em sua cidade natal e mudou-se para o Rio de Janeiro, com 14 anos (Cf. HACKEROTT, 2008). Tendo vivido praticamente na segunda metade do século XIX e primeira do XX, testemunhou a passagem da Monarquia para a República, presenciando a formação da Nação Brasileira. Participou do momento de estudos linguísticos no Brasil em que se considerava a existência do Português do Brasil, a partir das características próprias que nossa língua foi assumindo devido aos vários falares autóctones associados a outros que chegaram após a colonização (Cf. FÁVERO & MOLINA, 2006). Percorreu também a transição entre as gramáticas de orientação geral e filosófica — anteriores à *Gramática de Língua Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881 — e as histórico-comparativas, sob orientação das correntes científicas (Cf. FÁVERO & MOLINA, 2006)⁶⁹.

É importante observar que as gramáticas de orientação das correntes científicas são consequência do contexto do Iluminismo, em que viveu Reis Lobato e Soares Barbosa e cujas contribuições perpetuam nos séculos XIX e XX, onde viveu Said Ali. Cabe, então, retomar esse

movimento filosófico, também conhecido como Esclarecimento, Ilustração ou Século das Luzes, que se desenvolve particularmente na França, Alemanha e Inglaterra no século XVIII, caracterizado pela defesa da ciência e da racionalidade crítica, contra a fé, a superstição e o dogma religioso (...) (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p. 137 *apud* CANO & PALMA, 2012, p. 21)⁷⁰.

Segundo Evanildo Bechara (Cf. SAID ALI, 1975), foi professor de Geografia, Francês, Inglês e Alemão e lecionou esta última na Escola Militar e no Ginásio Nacional, atual Colégio Pedro II. Na língua portuguesa, apesar de ser considerado filólogo, publicou artigos não apenas ligados à filologia, mas também a princípios linguísticos modernos. Em contato com a dicotomia saussuriana (linguística diacrônica

⁶⁹ Fávero e Molina (2006) explicitam cinco propostas de divisão dos estudos linguísticos no Brasil, quanto à gramatização. Segundo as autoras, todas têm em comum o fato de apresentarem a *Gramática de Língua Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, como um marco divisor entre as gramáticas de orientação geral e filosófica e as histórico-comparativas.

⁷⁰ JAPIASSÚ, H., & MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 137.

versus linguística sincrônica), trabalhou o Português, em sua *Gramática Secundária*, sob o ponto de vista sincrônico, usando a perspectiva histórica para guiar o ensino da língua:

A *Gramática Secundária* é a obra didática mais dentro da perspectiva sincrônica que apareceu no Brasil, e quiçá em língua portuguesa, de quantos compêndios no gênero até agora foram escritos. As poucas concessões feitas através de suas páginas procuram atender apenas à orientação histórica que norteava o ensino do idioma (...) (SAID ALI, 1975, p. 12-13).

A *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* apresenta registro do Português escrito e falado pelas pessoas cultas da época, sem preocupações normativas, segundo Bechara (Cf. SAID ALI, 1975), o que antecipa a linguística descritiva.

3.6.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos

A *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* está dividida em cinco partes: *Fonética*, *Ortografia*, *Lexeologia*, *Formação de palavras* e *Sintaxe e Estilística*, precedidas de *Índice* e textos introdutórios: *Advertência sobre esta edição*, *M. Said Ali*, *Prólogo* e *Gramática e sua divisão*. Em *Lexeologia*, trata das palavras, divididas em dez "categorias", propondo um capítulo para cada uma delas: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

Das aproximadamente 235 páginas da obra, dedica por volta de 50 ao estudo do verbo (28 em *Lexeologia* e 22 em *Sintaxe e Estilística*). Define verbo sob a perspectiva morfossintática e semântica, como "palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número", tempo e modo (SAID ALI, 1965, p. 68). Divide-o em duas formas: as finitas e as infinitas, cujas definições baseiam-se em critério morfossintático: as finitas "vêm sempre referidas a alguma das três pessoas do discurso", enquanto as infinitas (infinitivo, gerúndio e particípio) "não definem a pessoa do discurso em quem a ação ou estado se passa" (SAID ALI, 1965, p. 68).

Também em *Lexeologia*, separa os verbos, quanto à "significação e papel que exercem na oração", em nocionais e relacionais. Os primeiros são aqueles empregados com função predicativa (*A criança chora*). Os últimos combinam-se com um adjetivo ou uma forma infinita de verbo nocional, que seria forma nominal do verbo,

segundo a gramática tradicional hoje (*As flores são cheirosas/Vou abrir esta gaveta/A escuridão ia aumentando/Tenho de sair daqui a pouco*). Os verbos nocionais são divididos em intransitivos e transitivos, estes assumindo voz ativa, passiva ou média.

Vejamos, em quadro, como a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* classifica os verbos.

Quadro 5: Classificação dos verbos na *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*

Verbos				
Divisão quanto à forma		Divisão quanto à significação e papel na oração		
Formas finitas	Formas infinitas	Nocionais		Relacionais
		Transitivos	Intransitivos	
		Voz ativa		
		Voz passiva		
		Voz média		

Considera três tempos verbais, presente, pretérito (imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito) e futuro (do presente e do pretérito) e define-os semanticamente pela ocorrência da ação em relação ao momento da fala. Por seus exemplos de tempos verbais (*estudava, estudei e estudara*), notamos o critério morfossintático na sua caracterização, já que percebemos claramente que a alteração de um tempo para outro se configura pela terminação verbal.

Apresenta três modos "em que se dizem as diversas formas finitas" (SAID ALI, 1965, p. 68): indicativo, conjuntivo e imperativo, para exprimir respectivamente ação real, fato duvidoso/provável/potencial e ordem/convite/pedido. Vale ressaltar que a obra de Said Ali, em relação às estudadas anteriormente, retira o infinitivo dos modos do verbo. Separa desses três modos o infinitivo (impessoal e pessoal), o gerúndio e o particípio do pretérito.

Seguem os modos e seus respectivos tempos simples descritos na *Gramática Secundária*: indicativo (presente, imperfeito, perfeito, mais-que-perfeito, futuro do presente e futuro do pretérito), conjuntivo (presente, imperfeito e futuro) e imperativo.

Em relação aos verbos auxiliares *ter*, *haver*, *ser* e *estar*, não apresenta novidades quanto à sua definição. No entanto, merece destaque o fato de ele, sem usar o termo, referir-se à gramaticalização dos verbos auxiliares: *ter*, *haver*, *ser* e *estar*, como faz Soares Barbosa com esses mesmos verbos, exceto *ser*, que não considera auxiliar:

Os verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar* denotaram a princípio ação ou estado, como outros verbos. Ainda hoje se podem usar com o sentido próprio. São porém classificados em gramática como verbos auxiliares por se combinarem frequentemente com as formas infinitas de outros verbos, servindo-lhes de elementos subsidiários. Essas combinações de auxiliares com verbos principais constituem conjugações compostas, as quais têm, com poucas exceções, todas as formas finitas e infinitas da conjugação simples. Falta-lhes o particípio do pretérito e o imperativo (ALI, 1965, p. 73, grifo nosso).

Notemos que, ao afirmar a existência dos verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar*, entre outros, que denotaram e denotam ação ou estado e são classificados como auxiliares, o autor evidencia o princípio da estratificação de Hopper (1991), também presente em Soares Barbosa. Após tratar do verbo *ser* como auxiliar — formador de voz passiva (*O menino **foi castigado** pelo pai.*) ou com o particípio de verbos que não têm voz passiva, equivalendo a *ter* + *particípio* (***Eram passadas** duas horas.**!É** **chegado** o grande dia.*) —, em *Lexeologia*, Said Ali fornece um exemplo do verbo *ser* com sentido pleno, conforme denominação da gramática funcionalista: quando trata do emprego do imperfeito, em *Sintaxe e Estilística*, apresenta o sentido existencial do verbo *ser*, em construções como *Era uma vez um rei que possuía um palácio ornado de pedrarias*.

Também evidencia a gramaticalização ao tratar do emprego do infinitivo, em *Sintaxe e Estilística*. Afirma que a construção *vir a* + infinitivo não tem o sentido de locomoção, caracterizando esse verbo como auxiliar e que *vir* + infinitivo denotam locomoção e intenção. Logo, ratifica o emprego de *vir* como verbo funcional, na deno-

minação da gramática funcionalista:

A combinação *vir a* + infinitivo denota o resultado a que se chega, e não o mover-se de um lugar com algum intento:
 Afinal *vim* a saber [isto é, soube finalmente] o que acontecera.
 Por ser perdulário, *veio a empobrecer*.

Para denotar a locomoção e o intento, costuma-se empregar *vir* + infinitivo sem a preposição *a*:
Vim saber se me acompanhavas.
Veio trazer a agradável notícia. (SAID ALI, 1965, p. 173-174)

Também mostra o verbo *ir* com sentidos diferentes, indicando locomoção e intenção ou futuro próximo. Said Ali não determina qual exemplo relaciona-se a que valor. Consideramos que ***Vou tomar o trem***, ***Vou escrever a carta aqui mesmo*** e ***Foste ver se ele estava em casa*** mostram movimento, futuridade e intenção nos dois primeiros casos e movimento e intenção ao mesmo tempo, no terceiro, corroborando o princípio da persistência de Hopper (1991). O exemplo ***Vai chover daqui a pouco***, por sua vez, apresenta ideia de futuro próximo. Vale observar que o aspecto iminente (*fato que não tardará a realizar-se*) é fornecido pela expressão *daqui a pouco*. Nas palavras do autor, comprovamos o princípio da persistência de Hopper (1991), também ratificado em Soares Barbosa:

combinação de *ir* + infinitivo pode designar locomoção ou também simples intento de pôr alguma coisa em efeito, ou ainda, um fato que não tardará a realizar-se:
Vou tomar o trem.
Vou escrever a carta aqui mesmo.
Foste ver se ele estava em casa.
Vai chover daqui a pouco. (SAID ALI, 1965, p. 174)

Ao discorrer sobre os diferentes sentidos dos verbos auxiliares *ter* e *haver*, dependendo da perífrase que formam, Said Ali apresenta uma análise dos verbos auxiliares que contempla a intenção comunicativa e o aspecto verbal, embora não empregue esses termos: com a preposição *de* seguida de verbo no infinitivo, exprimem obrigação (*tenho de partir*) ou volição (*hei de partir*).

Nos casos em que esses verbos combinam-se diretamente com o particípio do pretérito (*ter cantado*, *haver cantado*), atribui ao presente, pretérito e futuro — *tenho cantado*, *tinha cantado* e *terei cantado* —, aspecto perfectivo, ou *realização perfeita*, nas palavras do linguista. Vale explicar que, segundo o autor, o tempo composto *tinha cantado* tem o auxiliar conjugado no imperfeito quanto à forma, mas significa “ato

perfeitamente realizado” (SAID ALI, 1965, p. 73), equivalendo ao mais-que-perfeito simples *cantara*. O autor observa que a forma *tive cantado* caiu em desuso, o que interpretamos como a consideração de que a língua muda, conforme o funcionalismo linguístico. Além do aspecto perfectivo, o autor trata do imperfectivo como ato durativo ou iterativo, relacionado à perífrase *tenho cantado*, que frequentemente abrange o momento da fala e até perdura ou recomeça depois dele.

O autor apresenta conjugação de *ter* e *haver* com o particípio do pretérito, demonstrando a importância que atribui aos tempos compostos e, portanto, aos verbos auxiliares:

- indicativo: pretérito perfeito composto⁷¹ (*tenho/hei cantado*), pretérito mais-que-perfeito composto (*tinha/havia cantado*), futuro do presente composto (*terei/haverei cantado*), futuro do pretérito composto (*teria/haveria cantado*);
- conjuntivo: pretérito perfeito (*tenha/haja cantado*), pretérito mais-que-perfeito (*tivesse/houvesse cantado*), futuro composto (*tiver/houver cantado*);
- infinitivo pessoal (*ter/haver cantado*); e
- gerúndio (*tendo/havendo cantado*).

É curiosa a observação de Said Ali a respeito do futuro do presente composto (*terei cantado*): afirma que ele difere do futuro simples (*cantarei*) em denotar uma ação que se deve realizar anteriormente a outra ação no futuro. Deveria, logo, ter o nome de *futuro prévio*.

Versa, ainda, sobre o auxiliar *estar*, relacionando-o a noções aspectuais: considera três tipos de perífrases formadas com esse verbo associado

- ao verbo principal no gerúndio, indicando ato durativo que abrange, excede ou deve exceder o momento da fala: *estou lendo, estava lendo, estará lendo*;
- ao infinitivo, por meio da preposição *a*, denotando ação iminente (*a fruta está a cair*.) ou o mesmo que *estar* combinado com verbo principal no gerúndio (*eles estão a gritar ou estão gritando*);
- ao infinitivo mediado pela preposição *por*, mostrando ato que deve ou devia efetuar-se: *os campos estão por lavrar*; e
- ao particípio do pretérito, expressando estado: *a obra está acabada*.

⁷¹ Na edição analisada da obra, foram colocados os nomes dos tempos verbais compostos a partir da *Gramática Elementar* de Said Ali, segundo Evanildo Bechara. Conferimos outra edição da *Gramática Secundária* (SAID ALI, s/d, p. 108-110), e verificamos que realmente não aparecem os nomes desses tempos.

Em *Sintaxe e Estilística*, quando trata de emprego dos tempos verbais, Said Ali retoma a noção de aspecto, novamente sem o emprego do termo, afirmando que o presente é frequentativo se “exprime costume ou uma ação intermitente” (SAID ALI, 1965, p. 161); que o pretérito imperfeito denota, no passado, ação durativa ou ação frequentativa; e o pretérito perfeito refere-se a ação ocorrida durante um período definido. Seguem alguns de seus exemplos:

- Os árabes **escrevem** da direita para a esquerda., em que o presente denota aspecto frequentativo);

- **Íamos** de vento em popa. e **Repetia** todos os dias a mesma lição., em que o pretérito imperfeito evidencia ação durativa e frequentativa respectivamente; e

- Ao descer do carro, **escorreguei** e **caí**., em que o pretérito perfeito mostra ação ocorrida em período definido no passado.

3.6.2.1 Contribuições de Said Ali ao estudo do verbo

Said Ali trata o verbo do ponto de vista sincrônico na obra analisada. Difere dos gramáticos estudados anteriormente por apresentar uma postura de linguista frente ao estudo da língua, já que não mostra preocupação normativa.

Define verbo sob a perspectiva morfossintática e semântica, como Soares Barbosa. Entretanto, diferentemente desse autor, não inclui os termos “sujeito” e “oração ou proposição” na definição de verbo, embora empregue “sujeito” e “oração” em *Sintaxe e Estilística*, para estudar a oração e seus termos primários do ponto de vista sintático, delimitação do assunto verbo cuja abordagem não é nosso objetivo.

Retoma os aspectos de *realização perfeita*, *durativo* e *iterativo* (denominações de Said Ali), mas não os que indicam proximidade no tempo anterior ou posterior, abordados em Soares Barbosa. No entanto, acrescenta, em relação a esse autor, aspecto que expressa estado (*a obra está acabada.*), ação prestes a acontecer (*a fruta está a cair.*) e ato que deve ou devia efetuar-se (*os campos estão por lavrar.*).

Volta a considerar o verbo *ser* como auxiliar, como faziam Roboredo e Reis Lobato. Vale pontuar que, além de mostrar o princípio da estratificação de Hopper (1991) quando trata dos verbos auxiliares *ter*, *haver* e *estar* — como Soares Barbosa — acrescenta, em relação a esse autor, a estratificação do verbo *ser*, por meio de exemplos que chamamos de verbo pleno na nomenclatura da gramática funcional (*Era uma vez um rei que possuía um palácio ornado de pedrarias.*) e de verbo auxiliar,

formador de voz passiva (*O menino **foi castigado** pelo pai.*) ou equivalente a *ter* + participio (***É chegado** o grande dia.*).

Ademais, traz ocorrências dos verbos *vir* e *ir* como auxiliares, permitindo-nos a identificação de sentidos concomitantes, o de movimento, característico dos verbos *vir* e *ir* plenos, e de intenção, em ***Vim saber** se me acompanhavas*, e de intenção e futuridade em ***Vou tomar** o trem*. Assim, corrobora o princípio da persistência de Hopper (1991). Além disso, temos esses verbos como auxiliares, indicando resultado a que se chega ou futuro, respectivamente *Por ser perdulário, **veio a empobrecer*** e ***Vai chover** daqui a pouco*.

A *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* amplia os exemplos de Soares Barbosa pertinentes aos princípios da estratificação e da persistência de Hopper (1991).

3.7 Nova Análise Semântica, de Madre Olívia

3.7.1 Considerações sobre a autora e sua obra

Cília Coelho Pereira Leite, Madre Olívia, nasceu em Jaú, em 1913, e faleceu em São Paulo, em 1994. Mudou-se criança, para São Paulo, devido à preocupação dos pais em propiciar aos nove filhos uma educação de qualidade. Entrou para a vida clerical aos 22 anos, quando partiu do Brasil para convento em Liège, Bélgica — sede da ordem agostiniana mundial. Lá realizou seu postulado e noviciado. Na década de 1940, tornou-se Irmã Olívia e Madre Olívia, em São Paulo (Cf. RITONDALE, 2009).

Foi cônica de Santo Agostinho e catedrática de *Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. Segundo Santana (2012), fundou o *Instituto de Pesquisa Linguísticas “Sedes Sapientiae” para Estudo de Português*, da PUC/SP, espaço de pesquisas pioneiras, no Brasil, sobre a língua portuguesa e seu ensino (Cf. SANTANA, 2012).

A *Nova Análise Semântica* foi elaborada a partir da tese apresentada ao concurso de provimento efetivo da Cátedra já mencionada. Foi publicada em 1970, sendo expressamente fruto de uma pesquisa sincrônica, a partir de textos variados de épocas distintas. Sua análise tem a preocupação de mostrar o funcionamento da língua, por meio do que Madre Olívia denomina “análise de valores, isto é, das ideias que resultam das relações, no contexto” (MADRE OLÍVIA, 1970, p. 39).

A autora desprende-se da gramática tradicional, aproximando-se dela apenas para fazer um paralelo que permita “uma compreensão mais rápida dos valores funcionais” (MADRE OLÍVIA, 1970, p. 17). Trabalha, assim, no campo da Linguística, em especial da linguística funcional, a que a autora prefere o termo relacional, mostrando-se “uma linguista à frente do seu tempo”, conforme título de livro produzido em sua homenagem (Cf. BASTOS & PALMA, 2012).

Segundo Soares (1998 *apud* Santana, 2012, p. 49⁷²), até a década de 1950, apenas as camadas privilegiadas tinham acesso à escolarização. Vale notar que esses alunos já dominavam razoavelmente a variação⁷³ de prestígio, e a função do ensino era, portanto, aprofundar esse conhecimento e propiciar contato com textos literários. Com a democratização do acesso à educação formal, alterou-se o tipo de aluno no início das décadas de 1950 e 1960, e conseqüentemente seu ensino. Os resultados da presença desse novo aluno é o contexto histórico em que se insere a *Nova análise semântica*, de 1970 (Cf. SANTANA, 2012).

Assim, a proposta de análise de Madre Olívia nessa obra acompanhava

uma necessidade social de modificação dos modos de ensino de língua — até então inseridos em uma concepção formal —, a proposta de análise aqui em exame se fixava no nível sintático-semântico, explorando exercícios de compreensão de frases e suas construções, inseridas em textos dos mais diferentes tipos e caracterizações, em uma perspectiva que procurava aliar forma e função (SANTANA, 2012, p. 49).

A *Nova Análise Semântica*, por ser de base linguística, não tem preocupações normativas, e sim visa a observar o funcionamento da língua por meio de análises de textos variados. Tem o objetivo de complementar a análise sintática tradicional com a pesquisa dos valores linguísticos, partindo de quadros analíticos, que mostram exemplos retirados de textos, os valores neles encontrados e a análise tradicional. Interessam-nos as conclusões a que a autora chega sobre os verbos, a partir dos textos analisados e de outros, que, segundo ela, “foram objeto de pesquisa e contribuíram para as conclusões” (MADRE OLÍVIA, 1970, p. 335).

⁷² SOARES, M. Concepções de linguagem e o ensino da Língua Portuguesa. In: BASTOS, N.B. (org.). *Língua Portuguesa: história, perspectivas, ensino*. São Paulo: Educ, 1998, p. 54-60.

⁷³ Magda Soares emprega o termo “dialecto”, com o qual não concordamos.

3.7.2 Organização da obra e o tratamento dado aos verbos

A *Nova Análise Semântica* compõe-se de duas apresentações, dois prefácios, *Parte Teórica*, *Análises*, *Considerações diante das análises*, índice e conjunto de *análises da tese e da fase posterior* e bibliografia.

Trata do estudo do verbo em dois itens das *Considerações diante das análises* — *A respeito de verbos* e *Tentativa de síntese dos valores linguísticos* —, dedicando-lhe 21 páginas das aproximadamente 335 da obra. Não define verbo, abordando diretamente sua análise, dividida em quatro partes, logo após o título *A respeito de verbos: Expressão de voz, Aspecto verbal, Nomes-verbos* e *O verbo não é a alma do valor funcional*⁷⁴. Delas, não tratamos de *Nomes-verbos* por serem concernentes à formação de palavras, cujo estudo não é o objetivo deste trabalho.

Em relação à **expressão de voz verbal**, é bastante interessante a primeira afirmação que a autora apresenta: “Apontam as análises que o critério gramatical a respeito das vozes do verbo nem sempre coincide com o do ouvinte e falante.” (MADRE OLÍVIA, 1970, p. 233). Essa conclusão sobre as análises feitas é seguida dos exemplos que a comprovam e evidencia a percepção de que a classificação de voz baseia-se em critério formal, não semântico: merece destaque o fato de Madre Olívia empregar o termo “formas” passivas, ativas e reflexivas em seus exemplos, em vez de voz passiva, ativa e reflexiva.

Segundo a linguista, há formas passivas com valor ativo, destituídas de voz e com valor reflexivo; formas ativas com valor reflexivo, valor semântico passivo e valor semântico reflexivo; formas reflexivas com valor ativo, destituídas de voz, com valor passivo e com valor de voz psiquicamente ativa. Elaboramos um quadro a partir dos comentários e de alguns exemplos da autora:

⁷⁴ Essa parte também recebe outra denominação na obra: *Será mesmo o verbo a alma da oração?*

Quadro 6: Expressão de voz - formas passivas, ativas e reflexivas com valores respectivamente não passivos, não ativos e não reflexivos na *Nova Análise Semântica*

FORMAS	CARACTERÍSTICAS SEMÂNTICAS	EXEMPLOS ⁷⁵ e COMENTÁRIOS
PASSIVAS	Valor ativo	- <i>Menino muito mexido (que mexe muito).</i> - <i>Maria José é jovem muito lida.</i> - <i>Homem viajado.</i> Nesses exemplos, prevalece a ideia de atividade, dependendo do contexto.
	Destituídas de voz	“... sobre um riacho quebrado por pedregulho...” ⁷⁶ A destituição de voz é determinada pelo contexto. Nesse exemplo, trata-se de uma maneira literária de dizer que havia pedregulho no rio.
	Valor reflexivo	“A primeira vez me ri porque vós outros temeis a morte; a segunda, porque, temendo-a, não estais aparelhados...” ⁷⁷ No trecho, <i>estar aparelhado</i> significa “ter-se aparelhado”.
ATIVAS	Valor reflexivo	“... precipitai no inferno a satanás e a todos os espíritos malignos que andam pelo mundo para perder as almas” ⁷⁸ O trecho <i>para perder</i> equivale a “fazer com que elas se percam”.
	Valor semântico passivo	Os verbos <i>morrer</i> , <i>dormir</i> , <i>sofrer</i> expressam ideia de passividade do sujeito.
	Valor semântico reflexivo	O sujeito dos verbos <i>comer</i> , <i>beber</i> , <i>almoçar</i> pratica e recebe a ação.
REFLEXIVAS	Valor ativo	Em <i>Deram-se as mãos</i> , há atividade recíproca.
	Destituída de voz	<i>Passava-se esta cena há quinze dias.</i> O verbo <i>passar</i> tem sentido de “acontecer”. A cena não exerce ou sofre a ação de <i>passar</i> . Assim, não há sujeito agente ou paciente nesse exemplo.
	Valor passivo	<i>O cinema encheu-se rapidamente.</i> A forma <i>encheu-se</i> equivale a <i>foi enchido</i> .
	Valor de voz psiquicamente ativa	Os verbos <i>lembrar-se</i> e <i>decidir-se</i> expressam atividade psíquica.

Quanto ao **aspecto**, vale observar que a autora considera a existência de outros recursos linguísticos, além do verbo, para expressá-lo. Em relação ao aspecto verbal, define-o como “maneira de ser do desenvolvimento do processo verbal” (MADRE OLÍVIA, 1970, p. 241). Critica o fato de a categoria do aspecto não ter encontrado um espaço no sistema das conjugações: “O sujeito que fala está sempre

⁷⁵ Todos os exemplos foram retirados das páginas 234-238 da obra.

⁷⁶ QUEIROZ, E. *A cidade e as serras*. Porto: Livraria Lello, 1937, p. 198.

⁷⁷ BERNARDES, M. *Obras completas*. São Paulo: Anchieta, 1945, v. 1, tomo I, p. 43.

⁷⁸ Oração a São Miguel.

comunicando o Aspecto; o que ouve sempre o apreende, ainda que nossas gramáticas não lhe reservem o devido capítulo e que o eixo das conjugações se encontre agora na categoria Tempo” (MADRE OLÍVIA, 1970, p. 241). Para ela, há dois aspectos, conclusivo ou perfeito e inconclusivo, relativos à ação completada (“*Amanhã à noite terei escrito a carta.*”) e processo em curso (“*Chovia, chovia sempre.*”), respectivamente. Partindo dessas duas divisões gerais, determina oito tipos de aspecto, também deixando, ao final — como faz com os valores das formas verbais —, a possibilidade de ampliação dessa classificação, por meio da palavra “etc.”. Seguem as denominações da *Nova Análise Semântica*, acompanhadas de alguns dos vários exemplos elencados na obra⁷⁹:

1. *Pontual, ou instantâneo (que dura um instante e acaba).*
A hélice do avião caiu.
2. *Durativo ou cursivo (considerado em seu curso, ainda não concluído).*
Luís Álvaro está trabalhando bem./Vamos vivendo por aqui, com saúde e alegria.
3. *Incoativo ou inceptivo (considerado no começo)*
Deitou a correr/Entrava a discutir/Pôs-se a pensar.../Pega a escrever...
4. *Cessativo ou terminativo (considerado no fim)*
Cessou o trabalho./Acaba de contar.
5. *Permansivo (isto é, conclusivo com duração permanente)*
Ficou completamente curado.
6. *Transitório ou passageiro (de duração passageira)*
Vou a Londres./Lúcia anda resfriada.
7. *Progressivo (de duração crescente)*
O menino crescia em sabedoria e idade.
8. *Iterativo ou frequentativo (que consiste numa série de processos repetidos)*
Tem vindo ver a mãe./Anda a fazer ronda noturna a fim de ajudar aos desabrigados./Ando refletindo no seu problema.

Desses aspectos, não foi contemplado por Soares Barbosa, o permansivo; por Said Ali, o incoativo ou inceptivo e o transitório ou passageiro; e, por ambos, o

⁷⁹ Os exemplos foram retirados das páginas 242-244.

cessativo ou terminativo e o progressivo. Os três autores, tratam do pontual ou instantâneo, durativo ou cursivo e iterativo ou frequentativo, embora as denominações variem.

No espaço reservado ao questionamento do **verbo como alma da oração**, Madre Olívia retoma o jogo de xadrez, já usado por João de Barros, para quem, como vimos, o nome e o verbo são dois reis poderosos que dominam a linguagem, e por Saussure, que o compara com a língua (SAUSSURE, 1955 *apud* MADRE OLÍVIA, 1970)⁸⁰. Para a autora, o grau de importância do valor linguístico é visto sob duas abordagens:

a) *em si mesmo*: — o rei no jogo de xadrez é a peça de maior importância, considerado em si mesmo, enquanto “rei”.

O verbo será o rei do xadrez linguístico?

b) *no entrelaçado das relações*:

O jogo não se faria só com “reis” (MADRE OLÍVIA, 1970, p. 249).

A partir desses dois enfoques, a linguista não aceita a teoria de que o verbo é a parte central da oração, já que não se pode aceitar que, do ponto de vista funcional, os outros valores sejam subalternos. Argumenta que, para o homem, ouvinte e falante, todos os valores linguísticos são relevantes, assim como todas as peças no xadrez, embora umas valham mais do que as outras:

Apesar de empregar o termo “alma da oração”, a autora não o considera adequado e o parafraseia como “motor da oração” ou “seu eixo constitutivo”, definindo-o como “todo valor funcional que nela se encontrar, seja verbo, substantivo, adjetivo, etc. Porque é do entrelaçamento de valores que resulta a linguagem, e todos eles são igualmente importantes: cada um é apenas uma peça do xadrez da língua, ainda que, em si, cada qual tenha seu papel. O verbo pode, se assim quiserem os convencioneiros, guardar o privilégio de “alma da proposição”, porém, não do valor funcional (MADRE OLÍVIA, 1970, p. 249).

Cita, entre outros casos, o das orações integrantes, em “que o verbo não constitui elemento essencial” pelo fato de elas funcionarem com valor de substantivos, e o de palavras que apresentam valores de frases completas, como “protocolares” ou “trêmulas”, equivalentes a “pedidas pelo protocolo” e “que tremem” respectivamente.

⁸⁰ SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. 5. ed. Paris: Payot, 1955.

Acreditamos que, no primeiro exemplo, haja uma confusão entre as perspectivas semântica e sintática. A ideia de todos os valores deverem ser considerados sem subalternidade de uns em relação aos outros pertence ao ponto de vista semântico. A contradição que percebemos com a ressalva “ainda que, em si mesmas, umas [peças de xadrez] valham mais que as outras” (MADRE OLÍVIA, 1970, p. 249) torna-se aparente se pensarmos na importância sintática entre os termos ou na relação de subordinação, no exemplo das orações integrantes.

Na parte em que faz uma síntese dos valores linguísticos, apresenta uma classificação dos tipos de verbo. Diferencia quatro áreas ou *domínios*: da ação, do acontecimento, do estado e da situação e, por fim, da conexão. Elenca uma série de 23 valores distribuídos nessas áreas e seguidos de seus respectivos exemplos. Merece destaque o fato de Madre Olívia abrir espaço para outros tipos de verbos não identificados em suas análises, por meio da abreviação *Etc.* ao final de cada domínio. Isso evidencia uma postura não rígida no que tange aos valores semânticos existentes, o que é fácil de se compreender pela importância dada ao contexto na produção do sentido.

Também vale observar que a autora coloca a expressão “tipos de verbo” entre aspas, bem como as espécies de domínio (“ação”, “acontecimento”, “estado”, “situação” e “conexão”). Acreditamos que isso denote uma consciência sobre a subjetividade na escolha dos termos, abrindo possibilidades para o encontro de novos valores e conseqüentemente outras denominações. Não é de se estranhar que uma linguista que trabalhe com o funcionamento da língua não feche classificações, já que as ocorrências da língua e seus contextos são ilimitados. Comprova essa análise o fato de a autora observar, *nos domínios do “acontecimento”*, que os exemplos *O cavalo sentiu a picada./Ele precisou viajar às pressas./Fui forçado a voltar para casa* “poderiam indicar estado, ou situação, conforme o contexto” (MADRE OLÍVIA, 1970, p. 289).

Segue quadro elaborado a partir da síntese dos valores linguísticos do verbo.

Quadro 7: Os tipos de verbo na *Nova Análise Semântica*

Domínios	Valores-exemplos
da ação	1. Valor de ação - <i>Anchieta escreveu na areia.</i> 2. ação psicológica - <i>Ela guardava segredo.</i> 3. Conhecimento ou ação intelectual - <i>João sabe matemática.</i> 4. Volição - <i>Quer ser motorista.</i> 5. Desiderativo - <i>Deseja visitar o Papa.</i> 6. Decisão - <i>Resolveram viajar.</i> 7. Apelação - <i>Chamamos você de malandrinho.</i> 8. Apreciação ou estimativa - <i>Um amigo vale cem tesouros.</i> 9. Impressão - <i>Acho que virá uma chuva.</i> 10. Percepção - <i>Lúcia vê o barco.</i> Etc.
do acontecimento	11. Valor de acontecimento - <i>Fernando caiu.</i> 12. Acontecimento psicológico - <i>Caindo em si desculpou-se.</i> 13. Sentimento - <i>O pequeno sentia medo.</i> 14. Sensação - <i>O cavalo sentiu a picada.</i> 15. Necessidade - <i>Ele precisou viajar às pressas.</i> 16. Obrigatoriedade - <i>Fui forçado a voltar para casa.</i> Etc.
do estado e da situação	17. Valor de estado - <i>As crianças estavam maltrapilhas.</i> 18. Situação - <i>A escola fica no Município de Brotas.</i> 19. Existência - <i>Há flores na sala.</i> 20. Posse - <i>Pedro tem um guarda-chuva.</i> 21. Estado psicológico - <i>Você tem razão.</i> 22. Possibilidade - <i>Podemos vencer na vida.</i> Etc.
da conexão	23. Valor de conexão por inerência - <i>A alma humana é imortal.</i> Etc.

Vale notar que no exemplo 12 (*Caindo em si desculpou-se.*), a autora frisou a construção toda (*Caindo em si*), e não apenas o verbo; no 19 (*Há flores na sala.*), não destacou o verbo, e sim o ser que existe (*flores*), e nos 11, 17 e 23 nenhum termo foi marcado. Não discutiremos os casos em que não houve destaque do verbo, por acreditarmos que possa ter ocorrido erro de revisão. No entanto, acreditamos que Madre Olívia tenha considerado a construção *caindo em si* toda, pelo fato de o verbo sozinho não denotar acontecimento psicológico. Nesse exemplo, fica clara a ideia de que há casos em que o verbo não denota sozinho o sentido, valendo toda a construção.

3.7.2.1 Contribuições de Madre Olívia ao estudo do verbo

A *Nova Análise Semântica* trata da análise do verbo baseada em critérios sintático-semânticos, diferentemente das obras estudadas até então neste trabalho. Em relação à expressão da voz, a autora mostra exemplos de formas passivas, ativas e reflexivas que não têm valor semântico correspondente a essas denominações. Quanto ao aspecto verbal, diferencia-se por dar-lhe especial importância, colocando-o entre as quatro características tratadas, nas partes intituladas *Expressão de voz*, *Nomes-verbos* (assunto referente à formação de palavras, não estudado neste trabalho, como já apontado) e *O verbo não é a alma do valor funcional*. Além disso, acrescenta, em relação a Soares Barbosa, o aspecto permansivo; a Said Ali, o incoativo ou inceptivo e o transitório ou passageiro; e a ambos, o cessativo ou terminativo e o progressivo. Logo, retoma e amplia os aspectos estudados por esses dois autores.

Chega a 23 tipos de verbos, discriminando um valor diferente para cada um. É pertinente lembrar que ela considera a possibilidade de outros valores, além dos elencados, ratificando a importância do contexto na análise linguística.

Por determinar os valores do verbo, tanto relativos ao aspecto quanto às formas passivas e ativas, e por considerar o contexto, falante e ouvinte, Madre Olívia trabalha no âmbito da linguística funcionalista, o que pode ser corroborado pela definição que apresentamos do funcionalismo no primeiro capítulo desta dissertação, reproduzida a seguir: O funcionalismo é, em linhas gerais, uma corrente linguística que busca estudar as estruturas gramaticais nas situações de comunicação em que elas são usadas, envolvendo, pois, os interlocutores, suas intenções e o contexto do discurso (Cf. CUNHA, 2013). A abordagem funcionalista relaciona sintaxe, semântica e pragmática, considerando que as estruturas linguísticas dependem do significado e que os fatores discursivos contribuem para a organização sintática (Cf. CASTILHO, 2012a; CUNHA, 2013).

3.8 *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves

3.8.1 Considerações sobre a autora e sua obra

Segundo a própria autora, em currículo Lattes atualizado em 11/07/2015⁸¹, Maria Helena de Moura Neves é licenciada em Letras, em Português-Grego e Alemão pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, doutora em Letras Clássicas-Grego pela Universidade de São Paulo e livre-docente em Língua Portuguesa pela mesma Universidade em que se licenciou. É professora emérita da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e coordenou a equipe Sintaxe I do projeto Gramática do Português Falado, dirigido por Ataliba Teixeira de Castilho e o volume II da série Gramática do Português culto falado no Brasil, juntamente com Rodolfo Ilari.

Atualmente é professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Araraquara, coordena o Grupo de Pesquisa Gramática de Usos do Português do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e é membro do corpo editorial de 14 revistas especializadas — *Delta* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), *Revista da ABRALIN* (Associação Brasileira de Linguística, da Universidade Federal do Pará) e *Revista Linguística e Filologia Portuguesa* (Universidade de São Paulo), entre outras. Ademais, é consultora de seis Fundações de Apoio à Pesquisa e, além de ser coautora de dicionários do Português, tem várias obras publicadas no âmbito da teoria funcionalista da linguagem, das relações entre texto e gramática e da história da gramática.

Publicou sua *Gramática de Usos do Português* em 2000, último ano do século XX (a 2ª edição, de 2011, está atualizada quanto à ortografia). Essa obra, portanto, está inserida no final desse século e o início do XXI. Nesse contexto, temos um mundo globalizado, em que se integram internacionalmente vários setores da economia, devido ao processo econômico, tecnológico e científico. Há um avanço fenomenal na tecnologia relativa à informática e à telecomunicação, caracterizadas respectivamente pelo computador e pela Internet, aos quais segue, ainda, a convergência digital, que condensou, no mesmo aparelho, funções antes relativamente individualizadas no telefone, computador, TV e aparelhos de som (Cf. PALMA & MENDES, 2008; CANO & PALMA, 2012).

⁸¹ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7763723797874715>. Acesso em 06 jul. 2015.

Em um mundo integrado e dinâmico, o objetivo do ensino do Português para falantes nativos passou a ser o de desenvolver sua competência no uso da língua, tornando-os aptos a se comunicar nas diversas situações. Cabe destacar que o desenvolvimento da competência comunicativa foi apontado por estudiosos da língua que defendem o investimento da educação linguística dos falantes: Bechara e Travaglia (1985; 2003 *apud* CANO & PALMA, 2012, p. 33)⁸², para quem o falante, respectivamente, deve ser um poliglota em sua própria língua e estar apto a usá-la, lançando mão de seus diversos recursos. Em relação aos estudos da língua em uso, é importante apontar que, a partir da década de 1980, destaca-se a Linguística do Discurso, que considera aspectos como interação, contexto e heterogeneidade linguística. É dentro da Linguística do Discurso que se desenvolvem correntes teóricas, como as Linguísticas Textual, Funcional e Cognitiva (Cf. CANO & PALMA, 2012).

Nesse contexto, a *Gramática de Usos do Português* é uma gramática funcional e descritiva do Português Brasileiro, cujo *corpus* diversificado contempla textos escritos de “literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática” (NEVES, 2000, p. 14) e corresponde à base de dados de 70 milhões de ocorrências do Centro de Estudos Lexicográficos da Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara.

3.8.2 Organização da gramática e o tratamento dado aos verbos

A obra está dividida em sumário; apresentação; quatro partes em que a autora distribui as nove classes de palavras (verbo, substantivo, adjetivo, advérbio, conjunção, pronome, artigo, numeral, preposição); apêndice com indicações ortográficas; relação dos textos examinados; bibliografia; e índices (remissivo e geral).

Interessa-nos especificamente a parte 1 (*A formação básica das predicções: o predicado, os argumentos e os satélites*), cuja introdução esclarece as noções dos elementos da análise funcionalista da linguagem essenciais ao entendimento do verbo.

Segundo Moura Neves, na **predicação**, todas as palavras da língua podem ser analisadas. Trata-se de um “conteúdo proposicional, isto é, um *fato*, que pode ser conhecido ou pensado, pode ser a causa de surpresa ou de dúvida, pode ser

⁸² BECHARA, E. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1985.
TRAVAGLIA, L.C. *Gramática – ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

mencionado, negado, rejeitado ou lembrado” (NEVES, 2000, p. 23). Nas palavras da linguista, a predicação é

resultado da aplicação de um certo número de **termos** (que designam entidades) a um **predicado** (que designa propriedades ou relações). A construção de uma **oração**⁸³ requer, portanto, antes de mais nada, um **predicado**, representado basicamente pela categoria **verbo**, ou, ainda, pela categoria **adjetivo** (construído com um **verbo de ligação**) (NEVES, 2000, p. 25).

Desse modo, a predicação, em sua formação básica, constitui-se de predicado (verbo ou adjetivo, no caso dos verbos de ligação) e os termos relacionados a ele (argumentos e satélites).

O **predicado** é interpretado semanticamente como *que designa propriedades ou relações*. Além das características semânticas, existem as morfossintáticas⁸⁴, como a categoria (verbo ou adjetivo) e o número. Os **argumentos**, por sua vez, são termos exigidos pela *semântica do predicado* e, portanto, desempenham um papel semântico. Já os **satélites** trazem-lhe *informação suplementar*. É importante notar que os argumentos e os satélites desempenham papel semântico e sintático na predicação.

⁸³ É importante esclarecer que a oração equivale a uma proposição formada por um verbo ou locução verbal, conforme a define também a gramática tradicional atual.

⁸⁴ A autora emprega apenas o termo “sintáticas”.

Para exemplificar esses constituintes da predicação, a autora discorre sobre o enunciado⁸⁵ *Em julho de 1991, o Poder Executivo remeteu ao Congresso Nacional o texto da Convenção 169*⁸⁶:

Um exemplo é a predicação com o predicado *remeter* e os termos *Poder Executivo* e *Congresso Nacional*, configurando-se um estado de coisas em que entram em relação esse predicado escolhido e as três entidades, que desempenham, cada uma, um papel semântico (agente, objeto, receptor, respectivamente). Um estado de coisas é concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental), e, assim, está sujeito a determinadas operações, isto é: pode ser localizado no espaço e no tempo; pode ter uma certa duração; pode ser visto, ouvido ou, de algum modo, percebido. Constituintes como *Poder Executivo*, *texto* e *Congresso Nacional*, que são exigidos pela semântica do predicado, são argumentos, enquanto outros possíveis constituintes como *no Brasil*, ou *neste mês*, que apenas trazem informação suplementar, são denominados *satélites* (NEVES, 2000, p. 23).

Assim, no exemplo dado, a predicação⁸⁷ é analisada a partir do predicado *remeter* e de sua relação com seus três argumentos e seu satélite. Os primeiros são *o Poder Executivo*, que tem função semântica de agente e sintática de sujeito; *ao Congresso Nacional*, que desempenha papel semântico de receptor e sintático de objeto indireto; e *o texto da Convenção*, semanticamente o objeto da predicação e sintaticamente o objeto direto. O último, o termo satélite, é *em julho de 1991*, que localiza a predicação sob a perspectiva semântica e classifica-se sintaticamente como adjunto adverbial de lugar.

⁸⁵ Segundo Neves, na obra analisada, o enunciado consiste na proposição acrescida de operadores ilocucionários, caracterizando um ato de fala, no caso, declarativo.

⁸⁶ SILVA, A.L. *A temática indígena na escola*. Brasília: Grupioni, LDB. Mec/Mari/UNESCO, 1965.

⁸⁷ Vale esclarecer que, no exemplo dado, a predicação corresponde a uma oração. Corrobora essa afirmação o fato de que, segundo a autora, orações introduzidas por conjunções integrantes e por pronomes podem transformar-se respectivamente em termos ou partes de termos da predicação matriz, assim formando enunciados complexos. A partir dessa afirmação, percebemos que a proposição pode ser composta por uma ou mais orações, correspondendo, ao período simples ou composto, na nomenclatura da gramática tradicional atual.

Moura Neves inicia a primeira parte pelo estudo do verbo. É importante ressaltar que, na apresentação, a linguista esclarece que, em sua gramática, agrupa as classes gramaticais pelas quatro grandes partes da obra, que correspondem aos processos “que dirigem a organização dos enunciados para a obtenção do sentido do texto: a predicação, a referenciação, a quantificação e a indefinição, a junção” (NEVES, 2000, p.13). Como o verbo é o elemento central do enunciado, inicia-se a gramática pelo estudo do verbo.

Define-o sintática e funcionalmente, conforme o seguinte excerto:

Os **verbos**, em geral, constituem os **predicados** das **orações**. Os **predicados** designam as propriedades ou relações que estão na base das **predicações** que se formam quando eles se constroem com os seus **argumentos** (os **participantes** da relação predicativa) e com os demais elementos do enunciado (NEVES, 2000, p. 25).

Divide-os em duas grandes classificações: os que constituem e os que não constituem predicados. No que tange aos primeiros, apresenta três subclassificações: *semântica*, *com integração de componentes* e *segundo a transitividade*. Vale esclarecer que a primeira e a terceira focam-se nos predicados verbais e a segunda, nas predicações. Quanto aos últimos, divide-os em verbos que indicam modalidade, aspecto, tempo e voz.

Interessam-nos as predicações *com integração de componentes* e os predicados verbais classificados *segundo a transitividade*, bem como três dos quatro tipos de verbos que não formam predicado: os que indicam aspecto, tempo e voz.

Verbos que constituem predicados

As predicações com integração de componentes podem ser dinâmicas ou não-dinâmicas. As primeiras são divididas *com controle*, que correspondem às ações, e *sem controle*, que são os processos. As últimas, *com controle* e *sem controle*, correspondem aos estados. Merece destaque o fato de as predicações dinâmicas, tanto com controle, como sem controle, separarem-se em télicas (acabadas) e não

télicas (não acabadas), evidenciando aspecto verbal:

Predicações dinâmicas

- com controle (ações)
 - ações télicas: *Ramiro esfregou os braços*.⁸⁸
 - ações não télicas: *Ramiro fitava a porta, trêmulo*.
- sem controle (processos)
 - processos télicos: *Altos muros ruíram em silêncio*.
 - processos não télicos: *Nós vimos, na escuridão, uma noiva*.

Quanto à transitividade, considera-se a propriedade denominada “valência verbal”, segundo a qual os predicados verbais têm a capacidade de “abrir casas para preenchimento por termos (sujeito e complemento), compondo-se a **estrutura argumental**” (NEVES, 2000, p. 28). Considera verbos transitivos prototípicos aqueles cujo complemento, ou objeto, é *paciente de mudança*, ou seja, é um termo *afetado*. Como exemplo, temos *Minha mãe FEZ-me um bolo*.⁸⁹, em que o objeto “um bolo” é criado e passa a existir. Divide os verbos segundo a transitividade em cinco classes, cada uma com suas subdivisões. Neste trabalho, ater-nos-emos à classe dos verbos-suporte.

Os verbos-suporte denominam-se também verbos funcionais, verbos gerais, verbóides e verbalizadores. Cabe lembrarmos a trajetória de gramaticalização verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar, cuja etapa intermediária (verbo funcional) foi apresentada por Castilho (1997) e tratada no segundo capítulo desta dissertação. Para esse autor, os verbos funcionais transferem o papel de núcleo do predicado, assumido pelos verbos plenos ao(s) constituinte(s) à sua direita, “tornando-se portadores de pessoa, número, tempo e modo” (CASTILHO, 1997, p. 33).

Segundo a *Gramática de Usos do Português*, os verbos-suporte têm seu significado esvaziado e “formam, com seu **complemento (objeto direto)**, um significado global, geralmente correspondente ao que tem um outro **verbo** na língua” (NEVES, 2000, p. 53). São exemplos dessa classe de verbos: *Odete DEU UM GRITO* (=

⁸⁸ Os quatro exemplos foram retirados de Neves (2000, p. 27), extraídos os três primeiros de [CALLADO, A.] *Quarup*. [2. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1974] e o último, de JARDIM, L. *Ajudante de mentiroso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

⁸⁹ CONY, C.H. *Balé Branco*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1966.

gritou), *alguém acendeu a luz.* e *A Nana me DEU UM BEIJINHO (= beijou) e ficamos imaginando.*⁹⁰

As construções com verbo-suporte têm a estrutura *verbo + sintagma nominal complemento*. O verbo tem uma “determinada natureza semântica básica, que funciona como instrumento morfológico e sintático na construção do predicado” (NEVES, 2000, p. 54). O sintagma nominal forma com o verbo um sentido global, além de determinar os papéis semânticos da predicação. Essa composição possibilita a formulação de várias construções. Nelas, os verbos-suporte têm como complemento um sintagma nominal não referencial, sem determinante (*O patrão mais a patroa TOMAM BANHO de banheira*⁹¹), ou o objeto é um sintagma nominal referencial e os verbos funcionam como plenos, que são carregados de significação (*A molecada DAVA O GRITO de alerta: “Lá vem seu Geraldo!”*.⁹²).

Merece destaque o fato de a autora afirmar que os mesmos verbos-suporte funcionam como verbos plenos, evidenciando o princípio da estratificação (Hopper, 1991), já que a mesma forma verbal funciona como verbo-suporte, mais gramaticalizado pelo esvaziamento semântico, e verbo pleno, não gramaticalizado.

Cabe ressaltar que as construções com verbo-suporte, quando correspondem a um verbo com o mesmo significado (*tomar banho* equivale a “banhar-se”), não causam o mesmo efeito de sentido. O uso da construção permite que se configure um aspecto particular, entre outros efeitos. Observemos as predicações *Eu DEI UMA OLHADA no carro. Não aguentei e DEI UMA RISADA*⁹³. Em ambas, as construções com verbo-suporte implicam diferença aspectual, visto que dão a ideia de uma duração, embora rápida, enquanto *olhei* e *ri* expressam ações pontuais.

Verbos que não constituem predicados

Os verbos que não constituem predicados são denominados *operadores gramaticais*, por indicarem modalidade, aspecto, tempo e voz. Os verbos modalizadores (*poder, dever, precisar*, etc.) contemplados na obra não serão

⁹⁰ Nessa ordem, TREVISAN, D. *Cemitério dos elefantes*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975. e PAIVA, M.R. *Feliz Ano Velho*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁹¹ MACHADO, J. *O que é alquimia*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

⁹² HOMEM, H. *Cabra das rocas*. São Paulo: Ática, 1973.

⁹³ Nessa ordem, GARCIA, A. *Nos bastidores da notícia*. São Paulo: Globo, 1991. e *Revista Veja*. [São Paulo: Abril, 1979, 1994.].

analisados neste trabalho. Tratamos dos verbos aspectuais, auxiliares de tempo e auxiliares de voz, na denominação de Moura Neves.

Os verbos aspectuais formam perífrases ou locuções e são classificados conforme o que indicam. Na *Gramática de Usos do Português*, são discriminados nove aspectos. Cabe ressaltar que o cursivo contempla três tipos e o de repetição do evento é dividido em dois, o que aumenta o número de aspectos encontrados para doze. Segue um quadro elaborado a partir de exemplos expostos na obra.

Quadro 8: Aspectos e exemplos na *Gramática de Usos do Português*

ASPECTOS	EXEMPLOS
pontual	<i>Olhei/Ri</i> (Neves, 2000, p. 59)
inceptivo	<i>PASSOU Camilo A GUARDAR a desforra do Major.</i> ⁹⁴
cursivo Quanto ao curso do evento:	<i>Laio e Creonte CONTINUAM LUTANDO.</i> ⁹⁵
habitual	<i>E ele VIVE A LESEIRAR por aí.</i> ⁹⁶
progressivo	<i>A intenção no começo era de aprimorar o inglês que VEM APRENDENDO há 7 anos.</i> ⁹⁷
terminativo ou cessativo	<i>PAROU Domício DE FALAR.</i> ⁹⁸
resultativo	<i>O problema dos homens ESTÁ RESOLVIDO.</i> ⁹⁹
Quanto à repetição do evento - iterativo ou frequentativo (com ideia de frequência) - sem ideia de frequência	<i>TEM COMPRADO muitos diamantes?</i> ¹⁰⁰ <i>TORNEI A ENTRAR.</i> ¹⁰¹
Indicador de consecução	<i>Tomavam a mãozinha rechonchuda, beijavam-na, CHEGAVAM A TIRÁ-lo do carro.</i> ¹⁰²
Indicador de intensificação	<i>CANSEI-ME DE AVISÁ-la, agora se aguente.</i> ¹⁰³
Indicador de aquisição de estado	<i>Bem queria que Aparício nunca VIESSE A SABER deste desespero da nossa mãe.</i> ¹⁰⁴

⁹⁴ LEMOS, G. *Emissários do diabo*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1968.

⁹⁵ GOMES, D. *Mandala*. Novela Rede Globo.

⁹⁶ REGO, J.L. *Cangaceiros*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

⁹⁷ *Folha de S. Paulo*. [São Paulo, 1979, 1993; CD-ROM 1994/1995].

⁹⁸ REGO, J.L. *Cangaceiros*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

⁹⁹ QUEIROZ, R. *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano, 1992.

¹⁰⁰ VASCONCELOS, A. *A vida em flor de Dona Beija*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

¹⁰¹ PEREIRA, A.O. *Marcoré*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ REGO, J.L. *Cangaceiros*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

Em relação aos auxiliares de tempo, Moura Neves não mostra novidades quanto aos verbos *ter* e *haver*. Quando trata da construção *ir* + infinitivo, não traz novidades na sua indicação de futuro (*VAMOS ARRANJAR uma tábua para sentar.*)¹⁰⁵. Porém, acrescenta a ideia de futuridade no passado, com o verbo *ir* no pretérito, como observamos nos exemplos que seguem: *O grande golpe IA SER VIBRADO e com o máximo de violência e rapidez./Em seguida, deteve-se como se ainda FOSSE VOLTAR.*¹⁰⁶. A autora não traz novidades aos auxiliares de voz, quanto ao verbo *ser*, mas acrescenta que é possível a formação de voz passiva com *estar* (*O Pacaembu ESTÁ INTERDITADO*)¹⁰⁷.

3.8.2.1 Contribuições de Moura Neves ao estudo do verbo

Moura Neves faz uma descrição sincrônica do verbo, não normativa. Apresenta definição de verbo baseada em critérios funcionais, morfossintáticos e semânticos, inovando em relação aos autores estudados anteriormente. Lembremos que Madre Olívia, que já apresenta descrição com base no funcionalismo linguístico, não define verbo.

Apesar de a linguista reservar relativamente pouco espaço para o estudo do verbo (aproximadamente 40 das 905 que destina ao estudo das nove classes de palavras), atribui-lhe grande importância, por iniciar o estudo das classes gramaticais por ele e por defini-lo como elemento central da predicação, semântica e sintaticamente, já que consiste no predicado verbal, com o qual se relacionam argumento(s) e satélites(s) — diferentemente de Madre Olívia, que não considera o verbo o cerne da oração do ponto de vista semântico.

A obra, vinculada à corrente funcionalista da linguagem, estuda detalhadamente os verbos-suporte, ou verbos funcionais, corroborando a etapa intermediária da trajetória verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar (Cf. Castilho, 1997), evidenciando, pois, a gramaticalização do verbo pleno em funcional.

Contempla sete dos oito aspectos abordados por Madre Olívia, não apresentando o transitório ou passageiro (*Vou a Londres.*). Ademais, acrescenta o habitual, como um dos dois tipos de cursivo; o que indica a repetição do evento sem ideia de frequência; e os que dão, ao evento, ideia de consecução, intensificação e

¹⁰⁵ MENDES, S. *Chagas, o cabra*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1965.

¹⁰⁶ FARIA, O. *Angela ou as areias do mundo*. Rio de Janeiro: José Olímpio, [1963].

¹⁰⁷ *Folha de S. Paulo*.

aquisição de estado. Assim, amplia, em relação a Madre Olívia, os tipos de aspecto verbal, o que contribui para a constatação de que verbos, como *passar*, *continuar*, *viver*, *vir*, *parar*, *tornar* e *cansar*, são usados como auxiliares de aspecto, além de tempo, modo e voz. Desse modo, ratifica o processo de gramaticalização de verbos plenos a auxiliares.

3.9 Síntese sobre o tratamento do verbo nas obras analisadas

Interessa-nos sintetizar o tratamento que os autores das obras analisadas dão ao verbo quanto à alocação nas classes de palavras; à definição de verbo e seu tratamento na perspectiva morfossintática, semântica e/ou funcional; à sincronia ou diacronia dos estudos; a auxiliaridade verbal e ao aspecto do verbo. Merece destaque o fato de esses dois últimos assuntos evidenciarem gramaticalização.

3.9.1 O verbo e as classes de palavras

Na maioria das obras analisadas, o verbo é considerado uma das classes de palavras, conforme sintetizamos no quadro que segue. Não constam do quadro Fernão de Oliveira e Madre Olívia, que não abordam esse aspecto.

Quadro 9: As classes de palavras e o verbo em seis obras do século XVI ao XXI

	Barros	Roboredo	Lobato	Barbosa	Said Ali	Neves
Denominação do autor (número de classes)	Partes da linguagem (9)	Partes da oração (5)	Espécies de palavras/partes da oração/partes do discurso (9)	Espécies de palavras ou partes elementares da oração (6)	Categorias de palavras (10)	Classes de palavras (9)
Classes de palavras ¹⁰⁸	Nome	Nome	Nome	Nome subst..	Subst.	Subst.
				Nome adj.	Adjetivo Numeral	Adjetivo Numeral
	VERBO	VERBO	VERBO	VERBO SUBST.	VERBO	VERBO
	Pronome		Pronome		Pronome	Pronome
	Advérbio	Advérbio	Advérbio		Advérbio	Advérbio
	Particípio		Particípio			
	Artigo		Artigo		Artigo	Artigo
	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.
	Interjeição		Interjeição	Interjeição	Interjeição	
	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.

¹⁰⁸ Abreviações: adj. (adjetivo), conj. (conjunção), prep. (preposição) e subst. (substantivo).

Roboredo, Reis Lobato e Said Ali não apresentam hierarquia entre o verbo e as demais partes do discurso. Para João de Barros, o verbo tem a mesma importância que o nome, sendo ambos os reis da linguagem, e, portanto, mais relevantes que as outras classes. Segundo Soares Barbosa, o verbo é uma das três partes essenciais da oração, assumindo, juntamente com o substantivo e o adjetivo, papel de destaque em relação às outras três partes elementares da oração — lembramos que esse autor elenca cinco partes elementares do discurso e seis partes elementares da oração, incluindo a interjeição. Madre Olívia não aborda classes de palavras. Porém reserva espaço em sua obra para a análise dos valores do verbo, mostrando sua relevância. O verbo é a alma da proposição, mas não do valor funcional. Por fim, Neves não discorre sobre as classes gramaticais juntas, distribui-as individualmente nas partes da obra, segundo a autora, “porque o leitor ou consulente comum, sem ser conhecedor do assunto, vai poder situar-se na sua busca, para chegar ao que quer saber” (NEVES, 2000, p. 13). Atribui grande importância ao verbo por afirmar que ele constitui o predicado verbal e suas exigências semânticas determinam seus argumentos e satélites. Assim, ele é a parte central da predicação.

3.9.2 Definições de verbo e sua perspectiva de tratamento

É bastante interessante a definição de verbo e seu tratamento do ponto de vista morfossintático, semântico e funcional nas obras. Embora Fernão de Oliveira não o defina, estuda-o de forma sintética do ponto de vista morfossintático. Barros já aponta critérios morfossintáticos e semânticos em sua definição. Roboredo e Reis Lobato, por sua vez, mostram respectivamente abordagem morfossintática e semântica, enquanto Soares Barbosa e Said Ali retomam a definição morfossintática e semântica dessa classe de palavras. Madre Olívia, apesar de não o definir, aborda-o também do ponto de vista morfossintático e semântico. Moura Neves diferencia-se dos anteriores, por apresentar uma definição sintática e funcional do verbo. No quadro que segue, sintetizamos as definições e a abordagem de tratamento que cada autor destina ao verbo.

Quadro 10: Definição de verbo e a perspectiva de tratamento segundo os autores estudados

AUTORES	DEFINIÇÃO DE VERBO	PERSPECTIVA DE TRATAMENTO DADO AO VERBO
Oliveira	Não há definição para verbo.	morfossintática
Barros	“uma voz ou palavra que demonstra obrar alguma cousa, o qual não se declina como o nome e pronome por casos, mas conjuga-se por modos e tempos” (BARROS, 1540, p. 25).	morfossintática e semântica
Roboredo	“palavra, que tem números e pessoas com tempo” (ROBOREDO, 1619, p. 68)	morfossintática
Reis Lobato	palavra que "na oração afirma alguma cousa, como v. gr. nesta oração: Pedro ama as virtudes, onde a palavra ama é verbo, porque afirma a ação, que Pedro faz de amar as virtudes" (LOBATO, 1770, p. 62).	semântica
Soares Barbosa	“uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito debaixo de todas suas relações pessoais e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade de um com outro por ordem aos diferentes tempos e maneiras de existir” (BARBOSA, 1862, p. 145).	morfossintática e semântica
Said Ali	"palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número", tempo e modo (SAID ALI, 1965, p. 68).	morfossintática e semântica
Madre Olívia	Não define verbo.	morfossintática e semântica
Moura Neves	“Os verbos, em geral, constituem os predicados das orações. Os predicados designam as propriedades ou relações que estão na base das predicacões que se formam quando eles se constroem com os seus argumentos (os participantes da relação predicativa) e com os demais elementos do enunciado” (NEVES, 2000, p. 25).	sintática e funcional

3.9.3 Sincronia ou diacronia

Todas as obras analisadas estudam sincronicamente o verbo, embora as de João de Barros e Roboredo comparem a língua portuguesa com a latina.

3.9.4 Auxiliaridade verbal

Os verbos *ter* e *haver* são os primeiros que aparecem como auxiliares, relação que cresce com as outras obras analisadas — exceto por Roboredo, que descreve apenas *ter* e *ser*. O aumento da lista desses verbos é de grande importância para esse trabalho, na medida em que a passagem de verbos plenos a auxiliares caracteriza a gramaticalização, mesmo que o termo e a consciência do processo não estejam envolvidos.

Segue um quadro com os verbos encontrados como auxiliares nas obras analisadas.

Quadro 11: Os verbos auxiliares nas obras analisadas

Verbos auxiliares apresentados na nossa análise das obras	Barros	Roboredo	Reis Lobato	Soares Barbosa	Said Ali	Madre Olívia ¹⁰⁹	Neves ¹¹⁰
TER	X	X	X	X	X	X	X
HAVER	X		X	X	X		X
SER		X	X		X	X	X
ESTAR				X	X	X	X
VIR				X	X		X
IR				X	X	X	X
ANDAR				X		X	
DEVER					X		
PODER					X		
COSTUMAR					X		
OUSAR					X		
QUERER					X		
DEITAR						X	
ENTRAR						X	
PÔR-SE						X	
PEGAR						X	
ACABAR						X	
FICAR						X	
PARAR							X
PASSAR							X
CONTINUAR							X
VIVER							X
PARAR							X
TORNAR							X

¹⁰⁹ Vale lembrar que Madre Olívia não trata especificamente de verbos auxiliares em sua obra. Retiramos os verbos auxiliares que constam dos exemplos da autora de voz passiva (*ser*) e de aspecto verbal (demais verbos).

¹¹⁰ Lembremos que Moura Neves apresenta como auxiliares de tempo *ter*, *haver* e *ir* e como auxiliares de voz *ser* e *estar*. O restante dos verbos da tabela foram retirados de seus exemplos de aspecto verbal.

3.9.5 Aspecto verbal

João de Barros, Roboredo e Reis Lobato evidenciam a noção de aspecto nas denominações de alguns tempos verbais — o primeiro também a contempla na definição do modo infinitivo. Soares Barbosa, Said Ali, Madre Olívia e Moura Neves tratam-no de forma complementar, empregando nomes variados. Vale lembrar que apenas Madre Olívia e Moura Neves empregam o termo “aspecto”.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DA GRAMATICALIZAÇÃO DE VERBOS NA *NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO*

Este capítulo visa a responder às perguntas de pesquisa propostas nas *Considerações Iniciais* desta dissertação: se há processos de gramaticalização de verbos no Português Brasileiro na *Nova Gramática do Português Brasileiro* e quais são as trajetórias de gramaticalização, caso esses processos existam. Para verificar isso, analisamos na obra todas as ocorrências do termo “gramaticalização” identificadas no *Sumário* e no *Índice de matéria*. Além disso, investigamos como o autor trata o assunto nos capítulos teóricos e nos relacionados, direta ou indiretamente, ao verbo. O *corpus* selecionado origina-se, pois, de vários capítulos, o que se notará pela variação nos números das páginas do livro, identificados nas citações no corpo do texto.

Esta parte do trabalho consiste na contextualização da *Nova gramática do Português Brasileiro* e na análise do *corpus* propriamente dita, com base na fundamentação teórica exposta nos capítulos 1, 2 e 3 desta dissertação. Apesar de o autor apresentar exemplos de Português anteriores ao Português Brasileiro, analisamos apenas os relativos à nossa língua, conforme explicitado no tema “gramaticalização de verbos na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho”, constante das *Considerações Iniciais*.

4.1 O autor

Segundo Rodolfo Ilari, no prefácio da *Nova gramática do Português Brasileiro*, Ataliba Teixeira de Castilho contrariou a tendência vigente no meio universitário quando de sua formação superior, de 1956 a 1960: enquanto “o estudo da língua vernácula era entendido como estudo da língua em suas fases passadas e a prática mais cultivada era a explicação dos escritos medievais” (CASTILHO, 2012b, p. 25), Castilho escolheu, como tema de sua primeira pesquisa, o aspecto verbal, que é uma questão linguística do Português contemporâneo. Essa escolha, ainda de acordo com Ilari, marcou a adesão de Castilho à disciplina de vanguarda na época: a Linguística.

Desenvolveu pesquisas nas universidades paulistanas UNESP- Marília, UNICAMP e USP, por meio de vários projetos, como a proposta de fundação do Grupo

de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, a proposta de fundação da Associação Brasileira de Linguística, ambas em 1959, bem como coordenando o Projeto de Estudo Coordenado da Norma Urbana Linguística Culta, juntamente com Nicolau Salum, de 1969 a 1980, e com Dino Preti, de 1981 a 1988. Da documentação desse último projeto resultou o Projeto de Gramática do Português Falado (1988-2010), a partir do qual se produziram oito volumes de ensaios. Esse projeto se desenvolveu em Projeto de História do Português de São Paulo a partir de 1997 e Projeto para a História do Português Brasileiro, desde 1998, e hoje tem aproximadamente 200 pesquisadores, que o desenvolvem em dez estados brasileiros.

Castilho realizou estágios de pós-doutorado em Portugal, Estados Unidos da América, França e Itália, nas seguintes universidades: Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, University of Texas at Austin, Cornell University, University of California – San Diego, Georgetown University, Université d’Aix-Marseille e Università degli Studi di Padova (Cf. CASTILHO, 2012b).

Possui uma vasta contribuição no campo da linguística — segundo o próprio autor, até 2010, Castilho havia escrito quatro livros, organizado 15, publicado 60 capítulos de livros, 60 artigos em revistas especializadas, 14 prefácios e 47 resenhas bibliográficas. No universo acadêmico, orientou 11 doutorados, dez mestrados, integrou 63 bancas de doutoramento, 29 de professor titular e sete de livre-docência (Cf. CASTILHO, 2012b).

4.2 Visão geral da gramática

A *Nova gramática do Português Brasileiro* (doravante NGPB) teve sua primeira publicação e reimpressão em 2010, momento de pleno vigor da Linguística Funcionalista. Insere-se, segundo o autor, na linguística funcionalista-cognitivista (Cf. CASTILHO, 2012b), cujos princípios resultam da associação do funcionalismo linguístico e da linguística cognitiva¹¹¹, abordados respectivamente nos primeiro e segundo capítulos deste trabalho. Baseia-se nos resultados do Projeto de Gramática

¹¹¹ Lembremos que a linguística cognitiva considera que a linguagem implica relação entre pensamento e experiência, fazendo parte de um “conjunto de sistemas conectados”, correspondentes à “nossa percepção do mundo que nos cerca, nossa capacidade de armazenar as informações na memória, nossos sentimentos, as informações do contexto sociocultural em que nos inserimos” (MARTELOTTA & ALONSO, 2012, p. 95).

do Português Falado, apresentando, assim, *corpus* adequado à importância que a linguística funcionalista dá à conversação.

O linguista justifica a elaboração da NGPB como “um certificado a mais” (CASTILHO, 2012b, p. 31) à identidade do brasileiro. De acordo com ele, os distanciamentos que ocorreram entre o Português Brasileiro e o Português Europeu foram marcados pela mudança no nome da nossa língua: de “Português no Brasil” do século XVI ao XVIII, a “Português do Brasil” a partir do século XIX e “Português Brasileiro” da década de 1980 até hoje.

Essa última expressão exprimiu a identidade linguística do brasileiro, mas ainda faltava “clarificar a gramática do português brasileiro, para dar status científico à sua percepção” (CASTILHO, 2012b, p. 31). O linguista, pois, lançou mão dos resultados de 50 anos de pesquisa sobre o uso comum dessa língua e produziu a NGPB. O público-alvo são especialistas e pessoas interessadas na língua: professores do ensino-médio e de cursos superiores de linguística, universitários e “as pessoas que se sintam atraídas pelo mistério das línguas naturais” (CASTILHO, 2012b, p. 33).

Assim como a *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves, entre outras, faz parte de uma tendência de elaboração de gramáticas por linguistas. Vale destacar que essas obras não visam a determinar como a língua deve funcionar, com base nas ocorrências linguísticas da norma culta escrita, objetivo das gramáticas tradicionais¹¹². Elas têm como escopo descrever o funcionamento da língua, partindo da fala, sem preocupações classificatórias. Trata-se, pois, de um novo paradigma de produção, baseado na teoria funcionalista. Castilho se posiciona sobre a visão de gramáticos e linguistas na autoria das gramáticas, defendendo a boa

¹¹² É pertinente esclarecer que a gramática tradicional ou normativa tem sofrido uma renovação principalmente a partir do século XIX, momento em que começou “a operacionalizar novos conceitos e distinções que a ciência ia pondo em prática, e mais de perto diziam respeito às suas atividades. Hoje, com seus novos modelos que muitos dos seus fervorosos inimigos ou delatores ainda chamam de “gramática tradicional”, esta disciplina está longe de lembrar as feições que apresentava no passado (BECHARA, 2014, p. 24). Essa renovação deve-se, em parte, ao fato de linguistas, aplicando sua postura científica em relação à língua, terem elaborado gramáticas, valorizando as qualidades da gramática tradicional (Cf. BECHARA, 2014).

convivência e valorizando ambos:

Por fim, pretendo com esta gramática acrescentar um elo a mais na longa tradição das gramáticas de referência, mesmo quando delas me afasto. Esta é uma atividade duas vezes milenar na civilização ocidental, velha de quase meio milênio no domínio da língua portuguesa, quando Fernão de Oliveira publicou, em 1536, nossa primeira gramática. **Deixando de lado uma bisonha repulsa aos achados da Gramática tradicional, este livro mostra como as pesquisas linguísticas, na verdade, aprofundaram e enriqueceram esses achados, operando a partir de princípios e aplicando uma metodologia segura. Ou seja, a oposição “linguista *versus* gramático”, bastante cultivada nas décadas de 1960 e 1970, fase em que a Linguística moderna se implantou no Brasil, foi superada pela pesquisa científica. Gramáticos aprimoraram sua formação. Linguistas passaram a ocupar-se com a redação de gramáticas. E todos viveram felizes para sempre** (CASTILHO, 2012b, p. 33, grifo nosso).

O autor define sua gramática a partir de algumas características da gramática tradicional, muitas vezes negando-as como base de sua obra: a NGPB não é classificatória, não é fruto de trabalho individual, não se fundamenta na linguagem literária e não é expositiva. Ele apresenta várias correntes teóricas tanto em capítulos específicos de apresentação dessas vertentes, como inseridas em várias seções da obra em que descreve a língua, corroborando sua consideração de que a pesquisa linguística é embasada teoricamente.

Em relação a uma teoria que sustente toda a análise da língua, afirma que “faz falta uma teoria que postule a língua em seu dinamismo, como um conjunto articulado de processos” (CASTILHO, 2012b, p. 31). Considera, como fundamentação da NGPB, a teoria multissistêmica, de base funcionalista-cognitivista, criada por ele mesmo e cuja semente está na teoria modular da língua, constituída pelos módulos linguísticos discurso, gramática e semântica, concernentes aos respectivos processos de discursivização, gramaticalização e semanticização.

A teoria modular da língua é ampliada pela multissistêmica, que, por seu turno, envolve a articulação de quatro sistemas linguísticos — cada um formado por quatro categorias (léxico, semântica, discurso e gramática) —, que se articulam “pelos princípios sociocognitivos que regem a conversação, a mais básica das atividades linguísticas” (CASTILHO, 2012b, p. 32). Percebe-se que o autor avança em relação à teoria modular da língua, em que se descrevem apenas três elementos constituintes

da língua: discurso, gramática e semântica. Tanto a teoria modular da língua, como a multissistêmica serão retomadas mais adiante, nesta dissertação.

Quanto à propriedade da NGPB de não ser expositiva, o autor assevera que lhe deu um “estilo revelação”, usando a estratégia de, após sua exposição interpretativa da linguística atual, apresentar indagações ao interlocutor, travando com ele diálogos imaginários. Procurou, assim, transformar o leitor em coautor, por meio de uma obra dialogada. Vale ressaltar que Castilho trata o leitor por “você” e emprega linguagem informal nesses colóquios, mesclados à descrição da língua, como se pode observar em — *E aí, valeu a pena voar pelo espaço da imaginação?* (CASTILHO, 2012b, p. 419). Ainda se permite fazer brincadeiras: *Consta de velhos documentos da língua que ser trazia o churrasco, e o particípio, a caipirinha. Ou seja, um casal feliz.* (CASTILHO, 2012b, p. 400). O autor procura, na própria obra, dar o tom de conversação que tanto valoriza como atividade linguística.

4.3 Organização da gramática

A NGPB está dividida em *Sumário*, prefácio elaborado por Rodolfo Ilari (*Nova Gramática do Português Brasileiro: tradição e ruptura*), *Introdução*, *Como consultar esta gramática*, 15 capítulos, *Glossário*, *Índice de matéria*, *Bibliografia*, e *O autor*.

Na *Introdução*, Castilho apresenta os objetivos da elaboração da NGPB, suas características e a corrente linguística subjacente, a teoria multissistêmica, de base funcionalista-cognitivista. Em *Como consultar esta gramática*, é interessante mostrar a orientação que o leitor recebe quanto à postura de linguista-gramático de si mesmo, apresentada na *Introdução*: “Você não encontrará aqui respostas taxativas para as suas perguntas, por uma razão muito simples: não confie a outros a obtenção de respostas às suas perguntas. Uma vez mais, *procure ser o gramático de você mesmo*” (CASTILHO, 2012b, p. 35).

Os quinze capítulos são extremamente pormenorizados, incluindo introdução, seções — divididas em até quatro níveis — e, às vezes, *Considerações finais*,

existente nos capítulos 6, 8 e 9. Seguem os títulos dos quinze capítulos e de sua introdução:

1. *O que se entende por língua e por gramática*
Teorias sobre a língua e a gramática
2. *Os sistemas linguísticos*
A língua como um multissistema
3. *História do Português Brasileiro*
História social, mudança gramatical
4. *Diversidade do Português Brasileiro*
A heterogeneidade do Português Brasileiro
5. *A conversação e o texto*
Estudando a conversação e o texto
6. *Primeira abordagem da sentença*
O problema da predicação
7. *Estrutura funcional da sentença*
Retomando o princípio de projeção
8. *Minissentença e sentenças simples: tipologias*
Ainda o princípio de projeção
9. *A sentença complexa e sua tipologia*
Combinação de sentenças e gramaticalização de conjunções
10. *O sintagma verbal*
Estrutura do sintagma verbal
11. *O sintagma nominal*
Estrutura do sintagma nominal
12. *O sintagma adjetival*
Estrutura do sintagma adjetival
13. *O sintagma adverbial*
Estrutura do sintagma adverbial
14. *O sintagma preposicional*
Estrutura do sintagma preposicional
15. *Algumas generalizações sobre a gramática do Português Brasileiro. A reflexão gramatical*
A pesquisa continua

No primeiro capítulo, o autor apresenta as concepções de língua e gramática segundo as Gramáticas Descritiva, Formalista, Funcionalista, Histórica e Prescritiva, além de relacionar sua teoria multissistêmica com outros autores, como Humboldt¹¹³ e Halliday, de quem tratamos no primeiro capítulo deste trabalho. Trata dos quatro sistemas linguísticos (léxico, semântica, discurso e gramática) no segundo capítulo; e das alterações que o Português Brasileiro teve histórica, espacial e socialmente, bem como sua heterogeneidade — neste caso apresentando fundamentos da Sociolinguística —, respectivamente no terceiro e quarto capítulos. Mostra como os brasileiros constroem texto a partir da conversação no quinto. Expõe, analisa e discute a sentença e os sintagmas verbal, nominal, adjetival, adverbial e preposicional do sexto ao 14º para, por fim, lançar reflexões que levem a generalizações sobre a gramática do Português Brasileiro no 15º. Ainda neste último capítulo, Castilho propõe projetos para várias pesquisas.

4.3.1 Organização do conteúdo “gramaticalização”

Castilho (2012b) destina amplo espaço para o conceito e exemplos de gramaticalização em sua obra. Assim, reitera na prática a visão de Hopper (1987) de que não há gramática, e sim gramaticalização, apresentada no tópico 1.5 do primeiro capítulo deste trabalho. Seguem, em forma de quadro, os capítulos e as seções destinadas ao assunto “gramaticalização” na NGPB.

¹¹³ Segundo Weedwood (2009), durante todo o século XIX até meados do XX, a comunidade linguística sofreu influência da concepção estrutural elaborada por Wilhelm von Humboldt (1767-1835), segundo a qual a língua tem uma forma interna e uma externa. Desta última seriam parte integrante os sons, que moldam as diferentes línguas, enquanto a primeira abarcaria o padrão de gramática e o significado imposto sobre os sons, o que diferenciaria uma língua da outra. Outra ideia desse autor é a de que a língua é uma atividade dinâmica em si mesma, e não o produto de uma atividade. Para ele, a língua são princípios e regras que possibilitam ao falante produzir um número infinito de enunciados, ideia que influenciou as teorias psicológicas do fim do século XIX e início do XX. Para Castilho (2012b), a contribuição maior de Humboldt está em “pôr em segundo plano a função comunicativa como uma consideração central para a compreensão da linguagem (...) a importância maior da língua está em permitir a construção de uma visão de mundo, em constituir nossas experiências para que, secundariamente, possamos compartilhá-las com o outro (...)” (CASTILHO, 2012b, p. 60).

Quadro 1: Capítulos e seções destinadas ao assunto “gramaticalização” na NGPB

Capítulo	Seção
1. O que se entende por língua e por gramática	1.2.1. Formalismo e funcionalismo na reflexão gramatical 1.2.2.3. Postulado 3: as estruturas linguísticas não são objetos autônomos 1.2.2.4. Postulado 4: as estruturas linguísticas são multissistêmicas
2. Os sistemas linguísticos	2.3.5. Discursivização: a ação do DSC no sistema do discurso 2.4.1 O que é gramática, o que é gramaticalização? 2.4.3 Processos de gramaticalização 2.4.4. Repetição e constituição do sintagma nominal 2.4.5 Gramaticalização: a ação do DSC no sistema da gramática
3. História do Português Brasileiro	3.2. Mudança gramatical do Português Brasileiro
5. A conversação e o texto	5.2.5. Conexão textual
8. Minissentença e sentença simples	8.2.1.2. Asseverativas negativas 8.3.2. Sentenças monoargumentais
9. A sentença complexa e sua tipologia	Combinação de sentenças e gramaticalização de conjunções 9.1.1. Estatuto da coordenação 9.1.3. Coordenadas adversativas 9.1.3.2. Propriedades semântico-sintáticas de <i>mas</i> 9.2.1. Estatuto da subordinação 9.2.2 Gramaticalização das conjunções integrantes 9.2.2.3.4 Gramaticalização do verbo na sentença matriz 9.2.4. Subordinadas adverbiais 9.2.4.4 Concessivas 9.3.1. Estatuto da correlação Considerações finais
10. O sintagma verbal	10.2.1.2 Gramaticalização do verbo 10.2.1.3. Tipologia do sintagma verbal 10.2.1.4. Concordância verbal 10.2.2.2.1. Aspecto verbal 10.2.2.2.1. Aspecto verbal - 1. Aspecto imperfeito 10.2.2.2.4. Modo 10.2.2.2.4. Modo - 2. O subjuntivo 10.3.1. O problema da auxiliaridade 10.3.2. O estatuto das perífrases
11. O sintagma nominal	11.5.3.1 Propriedades gramaticais dos possessivos
12. O sintagma adjetival	12.1.2. Diferenças sintáticas entre adjetivo e substantivo 12.2.3.2 Adjetivo e status informacional
13. O sintagma adverbial	13.1. Estatuto categorial do advérbio 13.2.3.2. Advérbios e conectivos textuais
14. O sintagma preposicional	14.1.1. Preposições simples 14.1.3 Gramaticalização das preposições 14.1.3.3. Desaparecimento de preposições
Glossário	- Gramaticalização - Linguística Cognitiva - Modo, modalidade, modalização - Verbo

4.4 Pressupostos teóricos para o entendimento da gramaticalização na NGPB

Antes de apresentarmos o tratamento teórico que Castilho dá à gramaticalização, é essencial esclarecermos os pressupostos teóricos relacionados a esse processo.

4.4.1 Objeções de Castilho aos funcionalistas quanto à gramaticalização

O linguista apresenta ressalvas relativas aos estudos funcionalistas sobre gramaticalização:

a) “As línguas naturais são conjuntos de signos lineares e suas modificações ocorrem unidirecionalmente” (CASTILHO, 2012b, p. 139).

Segundo Castilho, pesquisadores funcionalistas que estudam gramaticalização apresentam um paradoxo na medida em que consideram a língua uma entidade dinâmica e, ao mesmo tempo, assumem-na como estática quando fazem representação linear das categorias, dispondo-as umas após as outras e estabelecendo entre elas derivações.

Pensamos que esse questionamento de Castilho não está claro, na medida em que os funcionalistas, quando estabelecem percursos de gramaticalização, não defendem a obrigatoriedade de o item passar por todas as categorias. A esse respeito, cabe retomar a afirmação feita no segundo capítulo desta dissertação de que a trajetória da gramaticalização é apontada na literatura como possível, não obrigatória (Cf. HOPPER, 1991; MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996; LEHMANN, 2002; HEINE, 2003; HOPPER & TRAUGOTT, 2009). Além disso, quando analisa a gramaticalização dos verbos, admite o percurso verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar, chegando a propor uma etapa intermediária entre os dois últimos, o que levaria à trajetória, também linear, verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliante > verbo auxiliar.

b) “Os produtos linguísticos avançam do léxico para a gramática, de tal sorte que categorias lexicais dão origem a categorias gramaticais” (CASTILHO, 2012b, p. 139).

Defende que léxico e gramática “integram sistemas diferentes, organizados cada um deles com categorias próprias (de outro modo, esses domínios convergiriam para um só)” (*op. cit.*). Logo, questiona que categorias gramaticais derivem de lexicais e sugere a assumpção de que cada um desses domínios tem seu ritmo próprio e,

portanto, funciona sem determinação de outro. A partir dessa consideração, a mesma expressão faria parte de categorias distintas ao mesmo tempo, e a distribuição pelos sistemas resultaria de “conveniência analítica” (CASTILHO, 2012b, p. 139).

Nesse campo, Castilho argumenta ainda que o

entendimento da língua como uma entidade linear produziu aqui alguns subprodutos inesperados: (i) a aceitação tácita de que categorias são atribuídas aos itens lexicais numa base exclusiva, o que significa que cada palavra pertence a uma e uma só categoria (os pesquisadores do Projeto de Gramática do Português Falado comprovam abundantemente o polifuncionalismo inerente às palavras, contrariando esse pressuposto); (ii) configurou-se a escala léxico > gramática, considerando-se que o léxico é uma espécie de domínio primitivo, sendo a gramática um domínio dele derivado (CASTILHO, 2012b, p. 139).

O autor assume que essas categorias originam-se de campos diversos — léxico, semântica, discurso e gramática — e propõe a teoria multissistêmica da língua, de que tratamos adiante. No entanto, o linguista fundamenta-se no percurso linear, que questiona, na caracterização da gramaticalização do verbo (verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar).

c) “A fonética, a sintaxe, a semântica e o discurso são domínios linguísticos conectados por derivações” (CASTILHO, 2012b, p. 140).

Para o linguista, as teorias funcionalistas assumem que léxico, discurso, gramática e semântica estão dispostos em uma escala, havendo uma hierarquia entre eles. Essa ideia permite que um sistema derive do outro, o que é questionado por Castilho, que defende que só deve haver derivações dentro do mesmo sistema e não entre sistemas. Porém, ele não apresenta exemplos de como essas derivações funcionam dentro de um mesmo sistema.

Castilho apresenta razões para sua rejeição, na NGPB, às três posições descritas anteriormente:

(i) não se aceita aqui que as línguas sejam conjuntos de signos lineares — e, portanto, as modificações tampouco serão lineares; (ii) os produtos linguísticos não avançam do léxico para a gramática — visto que esses sistemas são autônomos; (iii) não há derivações entre léxico, gramática, semântica e discurso (CASTILHO, 2012b, p. 140).

Esses motivos são baseados nos postulados da teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista, intimamente ligada à teoria das ciências dos sistemas complexos, adotada por Castilho, e à teoria modular da língua, proposta por ele, das quais tratamos a seguir.

4.4.2 A linguística como “ciência dos domínios complexos”

A partir das objeções que faz aos estudos funcionalistas da língua, Castilho apresenta, como proposta alternativa, a visão da Linguística como “ciência dos domínios complexos”. Segundo ele, essa teoria, também chamada “teoria do caos”, tem como objetivo contemplar fenômenos dinâmicos, dos quais as ciências clássicas não deram conta, e se aplica a “domínios tão variados como a Meteorologia, a Economia, a Biologia, a Física, a Antropologia, com forte apoio na Matemática e nas Ciências da Computação” (CASTILHO, 2012b, p. 61).

De acordo com o autor, os sistemas complexos, cujas características foram apreendidas de Gleick (1988), Waldrop (1993) e Cilliers (2000)¹¹⁴, além de apresentar uma ordem sem periodicidade, são dinâmicos (mudam), instáveis (nunca atingem um equilíbrio), não lineares, imprevisíveis, caóticos, adaptáveis e auto-organizados. Na linguística, a falta de estabilidade pode ser exemplificada pelo fato de os neogramáticos terem identificado casos simultâneos de nasalação e de desnasalação. Essa ideia corrobora o raciocínio de que a mudança gramatical é imprevisível e caótica, não apresentando direcionalidade.

Nos sistemas complexos, os agentes interagem de forma bastante variada, atuando simultânea, e não paralelamente. Assim, o processo e os produtos das línguas naturais carecem de análise diferente da gramática descritiva, que foca nos produtos. Deve-se considerar que separar os componentes é destruir o próprio material de análise.

Devido às características inerentes aos sistemas complexos, eles não podem ser vistos sob apenas um modelo teórico, ou seja, deve-se considerar a natureza do objeto de análise. Assim, estruturas cristalizadas na língua são passíveis de análise

¹¹⁴ GLEICK, J. *Chaos: making a new Science*. New York: Penguin Books, 1988.

CILLIERS, P. *Complexity & postmodernism: understanding complex system*. London/New York: Routledge, 2000.

WALDROP, M.M. *Complexity: the emerging science at the edge of order and chaos*. New York: Touchstone Press, 1993.

por teorias linguísticas clássicas e do formalismo, enquanto as estruturas “em andamento” são mais adequadamente analisadas sob o âmbito do funcionalismo-cognitivismo.

4.4.3 A teoria modular da língua

Castilho (1997) afirma que não há consenso entre os linguistas sobre uma teoria que dê conta de todos os fenômenos de gramaticalização. Segundo o autor, referindo-se aos autores da bibliografia consultada para a elaboração do artigo (*op. cit.*), eles não se situavam em uma perspectiva teórica clara, provavelmente pela dificuldade “em escolher uma única orientação, se o objetivo é dar conta da impressionante multiplicidade dos ‘casos de gramaticalização’” (CASTILHO, 1997, p. 25).

Partindo da ideia de que postulações prévias são essenciais para o desenvolvimento de indagações linguísticas, o autor propõe a teoria modular da língua, que descrevemos a seguir.

De acordo com Castilho (1997), nessa teoria consideram-se três elementos constituintes da língua: discurso, gramática e semântica, relativos respectivamente aos processos discursivização, gramaticalização e semanticização. O autor afirma que qualquer “item lexical contextualizado nos usos da língua preserva, ao mesmo tempo, suas propriedades sintáticas, discursivas e semânticas, sem que precisemos estabelecer correlações de precedência genética entre eles” (CASTILHO, 1997, p. 58).

Como a maioria dos autores define gramaticalização como um processo segundo o qual um item lexical passa a gramatical, é essencial compreendermos quais elementos constituem o léxico. O quadro que segue, proposto por Castilho (CASTILHO, 1997, p. 59), retiradas as abreviações, distribui esses elementos,

dividindo-os em hierarquias: as categorias maior, mediana e menor de Hopper & Traugott (2009 [1993]).

Quadro 2: Os elementos que constituem o léxico

LÉXICO		
Palavras principais	Palavras acessórias	Palavras gramaticais
Palavras lexicais		
Formas livres		
Palavras plenas ou auto-semânticas		
Categoria maior (nome, pronome, verbo)	Categoria mediana (adjetivo, advérbio)	Categoria menor (preposição, conjunção)
Verbo pleno	Verbo funcional	Verbo auxiliar

Segundo a teoria modular da língua, o léxico, módulo central, contempla os itens que já apresentam marcas gramaticais, discursivas e semânticas. A partir disso, discurso, gramática e semântica são módulos com suas respectivas regras, sendo que a seleção do módulo como desencadeador do processo de criação linguística depende da corrente teórica — os formalistas escolhem a gramática, privilegiando, assim, o enunciado; os funcionalistas, o discurso, priorizando, pois, a enunciação. É importante ressaltar que Castilho aponta um dispositivo pré-verbal, cognitivo, como ativador, no momento da enunciação, da “exploração das potencialidades dos itens lexicais” (CASTILHO, 1997, p. 59).

4.4.4 A língua como um multissistema

Para Castilho, a gramática multissistêmica funcionalista-cognitivista contempla quatro sistemas linguísticos coordenados sociocognitivamente — léxico, semântica, discurso e gramática —, aos quais se relacionam quatro processos respectivamente: lexicalização, semantização, discursivização e gramaticalização. Tratamos brevemente dos primeiros três sistemas e processos para detalhar, a seguir, a gramática e a gramaticalização de acordo com a teoria multissistêmica.

Conceito de léxico e lexicalização

Castilho diferencia léxico, lexicalização, vocabulário e Lexicografia. Para ele, léxico é um inventário pré-verbal de categorias e subcategorias cognitivas, que possui traços semânticos inerentes e que armazenamos no cérebro desde a aquisição da linguagem. A partir desse inventário, criamos as palavras, processo denominado

lexicalização. O vocabulário, por sua vez, consiste em um conjunto de produtos concretos, que são as palavras (inventário pós-verbal). Conectamos o léxico com o vocabulário via lexicalização. Já a Lexicografia é a área que redige dicionários.

Conceito de semântica e semanticização

A semântica é o sistema por meio do qual criamos significados, amparados pelo processo de semanticização. Na criação dos sentidos, lançamos mão de estratégias, em relação a participantes e eventos, com as quais, entre outras operações,

- organizamos o campo visual, por meio do estabelecimento de participantes e de eventos, que emolduramos por meio da criação de *frames*, *scripts* e cenários;
- hierarquizamos os participantes e os eventos fixando perspectivas, escopos, figura/fundo;
- incluímos, excluímos e focalizamos participantes e eventos;
- agregamos outros participantes e eventos por meio de inferência, pressuposição e comparação;
- movimentamos os participantes e os eventos de modo real ou fictício;
- alteramos *nossa perspectiva sobre os participantes e os eventos, via metáfora, metonímia, especialização e generalização* (CASTILHO, 2012b, p. 122).

Os campos de estudo que organizam as reflexões sobre a semântica são a Semântica Léxica, a Semântica Gramatical e a Semântica Pragmática, que tratam respectivamente dos sentidos das palavras, das construções e do intervalo entre locutor e o signo linguístico, em que “surgem significados não contidos nas palavras nem nas construções gramaticais” (CASTILHO, 2012b, p. 122). O autor caracteriza essas áreas empregando os termos “sentido”, “significado” e “significação” para

especificar respectivamente os objetos empíricos da semântica léxica, gramatical e pragmática:

Tomando a palavra *balde* como exemplo,

- o **sentido lexical** de *balde* é algo como “objeto usualmente de metal, cilíndrico, dotado de alça, que serve para carregar líquidos ou sólidos”; o sentido de palavras como *balde* configura o campo da Semântica Lexical;
- o **significado** de *chutar o balde*, “desinteressar-se, desistir de uma ação”, nada tem a ver com os sentidos de *chutar* e de *balde*; podemos reconhecer que expressões idiomáticas como essa são um problema da Semântica Gramatical ou Composicional;
- a **significação** pragmática de *Não consigo carregar este balde de areia* pode ser um pedido indireto de ajuda ao meu interlocutor, além dos sentidos lexicais de cada item e do significado proposicional dessa sentença. (CASTILHO, 2012b, p. 122, grifo nosso)

Conceito de discurso e discursivização

Castilho define discurso como um conjunto de negociações entre o locutor e o interlocutor, e a discursivização como o processo de criação de textos. Por meio das negociações do discurso,

(i) se instanciam as pessoas de uma interação e se constroem suas imagens; (ii) se organiza a conversação através da elaboração do tópico discursivo, dos procedimentos de ação sobre o outro ou de exteriorização dos sentimentos; (iii) se reorganiza essa interação através do subsistema de correção sociopragmática; ou (iv) se abandona o ritmo em curso através de digressões e parênteses, que passam a gerar outros centros de interesse (CASTILHO, 2012b, p. 133).

Conceito de gramática e gramaticalização

Castilho trata a gramática sob o âmbito funcionalista de gramática emergente. Ele a define como sistema linguístico constituído por estruturas cristalizadas ou em processo de cristalização, dispostas em três subsistemas: fonologia, morfologia e sintaxe. Os aspectos da língua de que cada um deles trata está discriminado no quadro que segue.

Quadro 3: Os subsistemas da gramática

Subsistema	Aspectos linguísticos tratados
Fonologia	- quadro de vogais e consoantes - distribuição de vogais e consoantes na estrutura silábica - prosódia
Morfologia	- estrutura da palavra
Sintaxe	- estrutura sintagmática da sentença - estrutura funcional da sentença

De acordo com o linguista,

para ordenar as reflexões sobre a gramática, têm sido consideradas as diferentes classes que a compõem, as relações estabelecidas entre essas classes e as funções que elas desempenham no enunciado. Os produtos da gramática são o fonema, o morfema, o sintagma e a sentença [...] (CASTILHO, 2012b, p. 138).

A gramaticalização, por sua vez, consiste no processo sincrônico e diacrônico de constituição da gramática. Nas definições mais habituais, a GR consiste na passagem de uma palavra por vários outros processos em que adquire “novas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas”, torna-se uma “forma presa” e pode desaparecer como consequência de uma “cristalização extrema” (CASTILHO, 2012b, p. 138), definição já presente em Castilho (1997). Como exemplo clássico, o autor cita a gramaticalização do verbo *haver*, de que tratamos mais adiante.

4.4.5 Postulados da teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista

Castilho apresenta seis postulados do funcionalismo-cognitivismo, ao qual ele associa a teoria multissistêmica da língua, para analisar o Português Brasileiro na NGPB.

4.4.5.1 Postulado 1: A língua se fundamenta num aparato cognitivo

Esse postulado relaciona-se à linguística cognitiva, que, conforme tratamos no capítulo 2, desta dissertação, considera que a linguagem vincula-se ao pensamento e à experiência do indivíduo (Cf. MARTELOTTA & ALONSO, 2012). Vale ressaltar que, conforme Castilho, as categorias cognitivas existem em todas as línguas naturais, já

que são pertinentes ao ser humano. Essas categorias de pessoa, coisa, espaço, tempo, movimento, visão, qualidade e quantidade, entre outras, são representadas pela estrutura da língua, sendo que essa representação varia historicamente em uma mesma língua e sincronicamente de uma língua para outra. Também é interessante apontar que o autor trata das categorias gramaticais sob a visão da teoria dos protótipos (Cf. LAKOFF, 1975; 1982 *apud* CASTILHO, 2012b)¹¹⁵.

4.4.5.2 Postulado 2: A língua é uma competência comunicativa

O postulado 2 é contemplado no primeiro capítulo deste trabalho, em que se definem as funções da língua de acordo com a corrente funcionalista.

4.4.5.3 Postulado 3: As estruturas linguísticas não são objetos autônomos

O postulado 3 está intimamente relacionado à gramática emergente e à gramaticalização. O autor posiciona a gramaticalização como teoria que explora a não autonomia das estruturas e apresenta conceitos tratados no primeiro capítulo desta dissertação, em que caracterizamos a língua de acordo com a corrente funcionalista:

As estruturas linguísticas não são objetos autônomos, podendo ser descritas e interpretadas a partir das seguintes propriedades: (1) as estruturas são flexíveis e permeáveis às pressões de uso, combinando-se a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados com as estruturas emergentes; (2) as estruturas não são totalmente arbitrárias; (3) as estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes, através do processo da gramaticalização (CASTILHO, 2012b, p. 73)

4.4.5.4 Postulado 4: As estruturas linguísticas são multissistêmicas

Esse postulado está intimamente ligado à já abordada teoria multissistêmica da língua. No que concerne à gramaticalização, representa, segundo o linguista, uma reação às afirmações encontradas na literatura sobre esse processo. A língua, para ser analisada segundo as ciências dos domínios complexos, é considerada um

¹¹⁵ LAKOFF, G. (1982). Categories: an essay in cognitive linguistics. *Linguistics in the morning calm. Selected Papers from SICOL-1981*. Seoul: Hanshin Publishing Co., p. 139-209.

conjunto de processos e um conjunto de produtos:

Do ângulo dos processos, as línguas serão definíveis como um conjunto de atividades mentais, pré-verbais, organizáveis num multissistema operacional. [...] Do ângulo dos produtos, as línguas serão apresentadas como um conjunto de categorias igualmente organizadas num multissistema. (CASTILHO, 2012b, p. 77)

Como sistema complexo, a língua enquanto processo é articulada em quatro domínios —“lexicalização”, “discursivização”, “semanticização” e “gramaticalização”, que operam simultânea, dinâmica e multilinearmente, ou seja, de modo não linear — e do ângulo dos produtos, ela é um conjunto de categorias, organizadas em um multissistema, do qual fazem parte léxico, discurso, semântica e gramática. Castilho considera que qualquer “expressão linguística exibe ao mesmo tempo características lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais” (CASTILHO, 2012b, p. 77), o que explica o nome desse quarto postulado.

Na NGPB, o autor afirma que considera esses quatro sistemas autônomos (nenhum deriva do outro), não havendo hierarquia entre eles.

4.4.5.5 Postulado 5: A língua é pancrônica — a explicação linguística

Segundo o autor, como os usos que os falantes fazem da língua ligam-se a práticas sociais e antropológicas, envolvem a pancronia. Assim, a explicação linguística deve considerar os usos “socialmente configurados” (CASTILHO, 2012b, p. 78). O linguista concorda com a abordagem funcionalista que postula que a estrutura da língua existe graças à necessidade de se cumprirem determinadas funções, ou seja, graças ao uso. No entanto, discorda da Gramática Funcional em sua postura de linearizar os sistemas linguísticos e de hierarquizá-los, aproximando-se, com isso, à visão formalista da linguagem, como já apresentado anteriormente. Castilho deixa claro que não assume essa posição na NGPB.

4.4.5.6 Postulado 6: Um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos

O dispositivo sociocognitivo ordena a articulação dos processos e produtos linguísticos captados pelos quatro sistemas linguísticos: léxico, discurso, semântica e gramática. A explicitação desse dispositivo ocorre por meio de três princípios de dimensão cognitiva e social: o da ativação, o da desativação e o da reativação de

propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais. A ativação, desativação e reativação dessas propriedades ocorrem durante a criação dos enunciados.

A ativação corresponde à projeção pragmática, em que o falante antecipa a atuação verbal do interlocutor e assegura a manutenção da conversação. A desativação, por sua vez, consiste no abandono de uma propriedade em ativação, resultando na ativação de outra estratégia. A reativação, por fim, implica a correção que o locutor faz de sua própria fala e da intervenção do interlocutor. Os três princípios têm, como fundamento, categorias e subcategorias cognitivas, algumas das quais Castilho explicita:

Quadro 4: Exemplos de categorias e subcategorias cognitivas

Categorias cognitivas	Subcategorias cognitivas
PESSOA	- dêiticas ou mostrativas - fóricas
ESPAÇO	- espaço referencial/mental - posição no espaço (verticalidade/horizontalidade/transversalidade) - distância/proximidade no espaço (distal/proximal) - disposição espacial num recipiente real ou fictício (continente/conteúdo)
TEMPO	- posição no tempo (passado/presente/futuro) - distância/proximidade no tempo (remoto/próximo)
OBJETO	- contável (descontínuo/limitável)/não contável (massa/ilimitado) - definido/indefinido etc
VISÃO	- aspecto perfectivo/imperfectivo - fundo/figura - perspectiva estática/dinâmica etc
MOVIMENTO	- movimento factual/fictício ¹¹⁶ - movimento de traços fonéticos e semânticos - movimento de constituintes no interior da palavra, do sintagma, da sentença etc
EVENTO	- telicidade/atelicidade - semelfactividade/iteratividade - causatividade/resultatividade - evento-moldura/evento-cenário etc

¹¹⁶ TALMY, L. *Toward a cognitive semantics*. Cambridge: MIT Press, 2000.

4.5 Regramaticalização e desgramaticalização

A regramaticalização e a desgramaticalização são tratadas por Castilho na seção 2.4.5 “Gramaticalização: a ação do DSC no sistema da gramática”. Segundo o autor, esses processos são essenciais por estarem diretamente relacionados ao conceito de unidirecionalidade da gramaticalização. No entanto, em relação a Castilho (1997), em que trata esses processos como raros, na NGPB, o referido autor traz poucas inovações sobre esses conceitos, corroborando nossa posição de não considerar, neste trabalho, a regramaticalização e a desgramaticalização no Português Brasileiro.

Regramaticalização

Quando trata da gramaticalização como ação do discurso no sistema da gramática (seção 2.4.5), o autor define esse processo como “ativação das propriedades gramaticais”, segundo o qual se constroem os sintagmas e as sentenças, se ordenam os constituintes, se estabelece a concordância e se organiza a estrutura argumental, entre outras consequências da gramaticalização. Nessa linha de pensamento, a regramaticalização — apresentada na literatura como poligramaticalização e reanálise — seria a “reativação das propriedades gramaticais” das construções.

Como exemplo, Castilho cita a regramaticalização do substantivo *tipo*, que

deixa de ser interpretado como o núcleo de um sintagma nominal (como em [[[um] [tipo] [de saia]]]), passando a ser considerado como o especificador desse sintagma (como em [[um tipo de] [saia]]), o que abre caminho à sua discursivização como marcador discursivo (cf. “*tipo assim, vamos tomar um café?*”) (CASTILHO, 2012b, p. 163).

Na seção “14.1.3.2. Regramaticalização de preposições”, o autor afirma que as “preposições simples se regramaticalizam combinando-se com outra preposição, aparentemente porque elas vão se tornando opacas quanto à representação do ESPAÇO.” (CASTILHO, 2012b, p. 590). Cita exemplos no Português Arcaico e no Francês. No entanto, quanto ao Português Brasileiro, repete o mesmo exemplo dado em Castilho (1997) sobre a palavra *comigo*, em que a preposição *com* aparece duas vezes, já que faz parte de *migo*.

Desgramaticalização

Castilho não apresenta entrada, no “Índice de matéria” para esse termo, tampouco fornece exemplos que corroborem sua definição de que a desgramaticalização corresponde à desativação das propriedades gramaticais, resultando, por exemplo, na perda da categoria vazia na sintaxe e a do morfema-zero na morfologia.

4.6 Gramaticalização do verbo

Castilho destina grande espaço para a gramaticalização do verbo na NGPB, conforme se pode observar na organização do conteúdo “gramaticalização” na obra. Corroborando a importância que a gramaticalização do verbo tem nessa gramática, Castilho, no Glossário, aponta a formação do futuro no Português como exemplo desse fenômeno:

Gramaticalização

Alterações provocadas nas palavras, levando-as a mudar de estatuto, caminhando de um uso mais lexical para um uso mais gramatical, indo daí para sua transformação num afixo, até seu desaparecimento. Atingido esse estágio, outra palavra é acionada, reiniciando-se o mesmo ciclo. A formação do futuro no português é um exemplo de gramaticalização sempre lembrado. Perdido o morfema modo-temporal latino {-bo}, presente em *amabo*, cria-se a perífrase de infinitivo + *habeo*, como em *amare habeo*, via atribuição de novas funções ao verbo *habere*, que deixa de organizar uma sentença, transformando-se em auxiliar de um verbo no infinitivo (*amare*, neste exemplo). O conjunto *amare habeo* passa por várias transformações fonológicas (*amare habeo* > *amaráveo* > **amaráeo*¹¹⁷ > *amarei*, surgindo {-re-} como um novo morfema modo-temporal presente em *amarei*. A nova forma nos leva de volta a uma forma simples, o que desencadeia novo ciclo de gramaticalização, surgindo agora uma nova perífrase, formada por *ir/ter de* + infinitivo, como em *vou amar*, *tenho de amar*. Comparando *amare habeo* com *vou amar*, nota-se que a marcação gramatical de tempo e modo migrou da posição latina pós-núcleo para a posição portuguesa pré-núcleo. **No português brasileiro, o auxiliar *ir* quando seguido de verbo começado por consoante dá origem a um novo morfema prefixal, {vo}, presente em vofalá** (CASTILHO, 2012b, p. 679, grifo nosso).

¹¹⁷ Como consta em “Como consultar esta gramática”, o asterisco, colocado antes das palavras, “indica que se trata de palavras que existiram por hipótese, não tendo sido documentadas” (CASTILHO, 2012, p. 36).

Sobre o fragmento em destaque, apresentamos nossa discordância por não considerarmos *vo* um prefixo em *vofalá*. Fundamentamos nossa afirmação mais adiante, quando tratamos de “*Estar* prefixo”, neste capítulo.

No capítulo “O sintagma verbal”, exemplifica e analisa mais detalhadamente a gramaticalização dos verbos auxiliares *ser*, *estar*, *ter* e *haver*, e superficialmente a dos auxiliares modais. Apresenta o percurso verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar, fazendo a ressalva de que se trata de uma generalização, não sendo obrigatório que o verbo passe por todos os pontos da sequência no processo de gramaticalização. Assume, portanto, a tendência à unidirecionalidade desse processo, o que ele mesmo critica em suas objeções ao funcionalismo.

Trata dos verbos plenos, funcionais e auxiliares sob a perspectiva funcional, afirmando que os plenos desempenham função de “núcleos sentenciais, selecionando argumentos e atribuindo-lhes papéis temáticos” (CASTILHO, 2012b, p. 397). Já os funcionais e os auxiliares são semelhantes no que tange à transferência da função de núcleo para outros constituintes da sentença:

Os verbos funcionais transferem o papel de núcleo sentencial para os constituintes à sua direita, que geralmente consistem nos sintagmas nominal, adjetival, adverbial e preposicional. São portadores de marcas morfológicas e constituem sentenças apresentacionais, atributivas e equativas¹¹⁸. Os verbos auxiliares, por seu turno, têm à sua direita verbos plenos no infinitivo, gerúndio ou particípio, aos quais atribuem categorias de pessoa e número, indicando aspecto, tempo, voz e modo.

Castilho fornece exemplos desses três tipos de verbos no Latim, no Português Arcaico e no Português Brasileiro. Restringimo-nos aos desse último, que serão apresentados nos tópicos a seguir, em que tratamos da gramaticalização dos auxiliares.

¹¹⁸ As sentenças apresentacionais ou existenciais são aquelas que respondem à pergunta “quem/o que é X?” e funcionam como introdução de um tópico novo no discurso (Cf. CASTILHO, 2012b). São exemplos desse tipo de sentença: Há três anos não o encontro./Havia dois gatos no muro./— É a Maria. As atributivas respondem à pergunta “como é X?”, qualificando o referente ou localizando-o no espaço, enquanto as equativas estabelecem relação de igualdade entre X e Y, em que X é o sujeito, e Y é o equativo (Cf. CASTILHO, 2012b).

4.6.1 Gramaticalização de *ser* e *estar*

Tanto *ser*, como *estar* são empregados com frequência em nossa língua, como verbos auxiliares e como verbos funcionais, enquanto outras línguas românicas eliminaram o uso do *estar* locativo, preservando, nesse sentido, o *ser*. No Português Brasileiro, o uso do *ser* e do *estar* está relacionado à questão do deslocamento de entidades móveis/imóveis, traços do sujeito locativo identificados por Lemos (1987 *apud* CASTILHO, 2012b)¹¹⁹.

Ser e *estar* usados com entidades móveis

O emprego do verbo com um sujeito móvel implica que ele se deslocou, com o uso do *estar*, ou que sua localização é habitual ou permanente, com o *ser*, como se observa no fragmento que segue. Assim, em *O telefone está na sala* infere-se que o objeto é móvel, ou seja, não é colocado de modo fixo na sala. Já em *O telefone é na sala*, o sentido de fixidez do aparelho é evidente: A

seleção de uma entidade móvel por *estar* pressupõe que alguém a deslocou para lá, ao passo que sua seleção por *ser* significa que há uma relação de fixidez entre essa entidade e o lugar que ocupa, ou ao menos uma localização habitual:

(...)

a) O telefone está na sala. (trata-se de um telefone móvel)

b) O telefone é na sala. (trata-se de um telefone fixo; esse telefone está sempre na sala) (CASTILHO, 2012b, p. 398).

Ser e *estar* usados com entidades imóveis

O falante emprega *estar* com sujeito imóvel quando tem a intenção de direcionar-se até a entidade localizada. No entanto, usa *ser* quando a localização desse sujeito não importa como referência para deslocamento. Vejamos os exemplos de Castilho (2012b, p. 398): *A estação está do outro lado da ponte.* (= *você terá de deslocar-se para lá*) ou *A estação é do outro lado da ponte.* (= *a informação não implica que você precisará deslocar-se para lá*).

O fundamento cognitivo que está por trás dos exemplos mencionados é a categoria *visão*: “Quando usamos *estar*, focalizamos o falante e o ouvinte. Quando usamos *ser*, os participantes da cena linguística ficam fora de nosso ângulo de visão” (CASTILHO, 2012b, p. 398).

¹¹⁹ LEMOS, C. T. G. *Ser and estar in Brazilian Portuguese with particular reference to child language acquisition*. Tübingen: Gunter Narr, 1986.

Passamos agora a descrever *ser* e *estar* como verbos plenos, funcionais e auxiliares, respeitando a ordem do percurso de gramaticalização, que ocorre de verbos plenos para funcionais e destes para auxiliares.

4.6.1.1 Verbos plenos

Castilho não explicita exemplos de *estar* como verbo pleno no Português Brasileiro. Acreditamos que isso ocorra na sentença “A — Quem está aí?” (CASTILHO, 2012b, p. 399). Quanto ao verbo *ser*, quando pleno, constrói-se com apenas um sintagma nominal, apresentando sentido apresentacional ou existencial. O único exemplo que o autor dá sobre o *ser* existencial no Português é “Deus é” (CASTILHO, 2012b, p. 399), que significa “Deus existe”. Essa falta de exemplos deve-se provavelmente ao fato de o uso do verbo *ser*, como pleno, ter praticamente desaparecido no Português, segundo o linguista, no século XIV. Ele sobrevive como apresentativo no Português Brasileiro, como nos exemplos que seguem, retirados da seção em que Castilho trata da gramaticalização do *ser*, em 8.3.2.1 (“Sentenças apresentacionais ou existenciais”) e em 10.2.3.1. (“Verbo apresentativo e a inserção de tópico discursivo”):

- A — *Quem está aí?*
B — *É fulano.*
- **Era** uma vez um rei. (CASTILHO, 2012b, p. 399);
- **Era** uma vez uma princesa. (...) (CASTILHO, 2012b, p. 442);
- — *Mas quem **será**, a estas horas?*
- — *É o Luís.*
- *É cedo. É tarde. É sexta-feira. **Era** uma vez um gato de botas.* (CASTILHO, 2012b, p. 330);
- *É o seguinte: de hoje em diante não haverá mais aulas aos sábados.* (CASTILHO, 2012b, p. 442).

O desaparecimento de *ser* e *estar* como verbos plenos levou, por reanálise, à ocupação do lugar de núcleo do predicado pelo termo à direita, adjacente ao verbo. Nesses casos, os verbos passam a ser funcionais.

4.6.1.2 Verbos funcionais

O termo adjacente ao verbo funcional determinará se as construções organizadas pelo verbo serão locativas, modais, atributivas ou equativas¹²⁰, formadas conforme o quadro que segue. Foram mantidos os grifos do autor, que ora destacou o verbo funcional, ora outros constituintes da sentença.

Quadro 5: Exemplos de construções locativas, modais, atributivas e equativas

Construção	Estrutura/Exemplo(s)
locativa	<i>ser/estar</i> + sintagma preposicionado - comitativo/Breve serei convosco . - locativo/Eu estava em <u>casa/lá</u> . (CASTILHO, 2012b, p. 400).
modal	<i>ser/estar</i> + sintagma adverbial/ É mal que você não se preocupe com seus amigos. (= fica mal que...) e Ele está bem agora. (CASTILHO, 2012b, p. 400). É certo/exato/claro que os filmes eram muito ruins. (CASTILHO, 2012b, p. 361).
atributiva	<i>ser/estar</i> + sintagma adjetival ou preposicional O menino é alto; O menino está doente (qualificação do referente) O menino é de Araraquara; O menino está com a tia/ está na rua. (CASTILHO, 2012b, p. 332)
equativa	<i>ser/estar</i> + sintagma nominal/ Meu primo é <u>aquela rapaz ali</u> . (CASTILHO, 2012b, p. 400) A fita é a base do inquérito Nesta sala aqui, o professor é o aluno. (= a sentença descreve uma aula em que o professor é um aluno realizando estágio) Fora dessas situações, professor é professor e aluno é aluno . Jatobá é uma fruta , você nunca viu? Matriarcado é a autoridade exercida pela mãe . Balela é uma notícia ou boato , sem fundamento. (CASTILHO, 2012b, p. 332-333) A apresentação das provas foi inócua. (CASTILHO, 2012b, p. 391)

O autor também dá exemplos de verbos funcionais mesmo sem ter aparentemente essa intenção, o que corrobora o uso dessas construções no

¹²⁰ Castilho trata da definição das sentenças locativas, atributivas e equativas no capítulo 8 (“Minissentença e sentença simples: tipologias”), nas seções 8.3.2.1 (“Sentenças apresentacionais ou existenciais”), 8.3.2.3 (“Sequências atributivas”) e 8.3.2.4 (“Sequências equativas”). Aborda as modais no capítulo 9 (“A sentença complexa e sua tipologia”), em 9.2.2.4.1 (“A matriz contém verbos e adjetivos epistêmicos asseverativos”).

De acordo com o autor, as sentenças locativas têm sido também denominadas existenciais, já que, à afirmação de que algo existe segue uma expressão locativa ou temporal. As modais são organizadas de modo que a matriz contenha verbos e adjetivos epistêmicos asseverativos, havendo avaliação sobre o conteúdo da sentença. Retomando a definição das atributivas e equativas, as primeiras respondem à pergunta “como é X?”, qualificando o referente ou localizando-o no espaço, enquanto as últimas estabelecem relação de igualdade entre X e Y, em que X é o sujeito, e Y é o equativo. (CASTILHO, 2012b, p. 332).

Português Brasileiro. Quando trata da estrutura do sintagma verbal, ao defini-la como “construção nucleada pelo verbo” (CASTILHO, 2012, p. 391), fornece os seguintes exemplos de verbo funcional: *Os aposentados já se **deram conta** da inutilidade de suas reclamações.* e *Ela não **tem tempo** para sair.* (op. cit.).

Em “Propriedades gramaticais do verbo” (seção 10.1.1.), aproxima verbos e adjetivos na medida em que “ambos podem predicar um sujeito, ou um argumento externo, e reger um complemento, ou argumento interno” (CASTILHO, 2012b, p. 395); e os dois podem aceitar os mesmos sujeitos e complementos. Nos exemplos, embora o autor não apresente o conceito de verbo funcional, fornece ocorrências em que os verbos *ser* e *estar* são desse tipo — eles transferem o papel de núcleo sentencial aos constituintes à sua direita — e, portanto, já sofreram gramaticalização em relação ao uso como verbo pleno. Vejamos os exemplos em que se comparam verbos e adjetivos:

- a) O governo **exige** o cumprimento da lei.
- b) O governo é **exigente** no cumprimento da lei.
- [...]
- a) O Paulo **contentou-se** com a bola.
- b) O Paulo está **contente** com a bola. (CASTILHO, 2012b, p. 395)

4.6.1.3 Verbos auxiliares

4.6.1.3.1 Ser

Castilho não apresenta exemplos de perífrases do verbo *ser* com gerúndio no Português Brasileiro. No entanto, atribui-lhe importância como auxiliar, na expressão da voz verbal:

O gato foi doado à vizinha pela mãe do moleque.

O filme foi visto por mim.

A cidade é atravessada pelo rio. (CASTILHO, 2012b, p. 436)

A notícia foi difundida pela estação de rádio. (CASTILHO, 2012b, p. 452)

Perífrases com particípio

O verbo *ser* constrói, com o particípio, grande número de perífrases, tanto relativas às formas compostas do passado, que eram produtivas no Português arcaico, como as referentes à voz passiva, existentes até hoje.

A construção formada pelo verbo *ser* com particípio permanece hoje em estruturas como *O que é (feito) de Fulano?*, em que o verbo *fazer*, no particípio, não vem expresso. Segundo o linguista, a omissão dessa forma nominal levou ao

surgimento de variantes dialetais de *quedê*, pelo seguinte percurso: *que é dele* > *quedelhe* > *cadelhe*.

Assim, a estrutura *O que é (feito) de Fulano?* se gramaticalizou em *Quedê (Fulano)?*, *Cadê (Fulano)?* e *Quedelhe/cadelhe (o Fulano)?*.

4.6.1.3.2 *Estar*

Perífrases *estar* + infinitivo

A perífrase *estar a* + infinitivo, tornou-se mais frequente no Português Europeu, em que ocorre desde o século XIII, do que no brasileiro (Cf. MORAES DE CASTILHO, 2005 *apud* CASTILHO, 2012b)¹²¹: ***Estou a fazer a lição, estou a escrever um livro.*** Apesar dessa afirmação, Castilho (2012b, p. 450) apresenta os seguintes exemplos, relacionados a indicação de futuro iminente: ***Ele está por/está para/está a ponto de perder a cabeça.***

Perífrases aspectuais do gerúndio

Estruturas modais deram origem a perífrases verbais com gerúndio, colocado no lugar do advérbio. Assim, ***Estou bem.*** tem relação com ***Estou lendo.*** (CASTILHO, 2012b, p. 401), que expressa aspecto imperfectivo. O autor não explica como chegou a essa conclusão. Preferimos assumir que o verbo *estar* passou de verbo funcional em *Estou bem* a verbo auxiliar, em *Estou lendo*.

Perífrases com particípio

O verbo *estar* forma com o particípio perífrases que constroem estruturas atributivas ou de aspecto resultativo. O primeiro caso é explicado pelo fato de o particípio ser também adjetivo. Seguem os exemplos de Castilho (2012b, p. 402): ***Estou calado, melhor assim, não direi que estou com dor de cabeça.*** e ***Falou, está falado.***, indicando respectivamente estrutura atributiva e resultativa.

¹²¹ MORAES DE CASTILHO, C. M. *O processo de redobramento sintático no português medieval: o redobramento pronominal e a formação das perífrases de estar + ndo/-r*. Campinas. Universidade Estadual de Campinas, tese de doutoramento, 2005.

Estar prefixo

Segundo Castilho, o verbo *estar* tem sido reduzido a prefixo no Português Brasileiro, como ocorre com muitos verbos auxiliares. Os exemplos da variação coloquial *Falou, tafalado.* e *Ele tafalano no telefone.*, apontam para uma mudança tipológica do Português Brasileiro, segundo a qual há “marcação gramatical pré-núcleo do aspecto, do plural e do tempo.” (CASTILHO, 2012b, p. 402). Não concordamos com a posição do referido autor na medida em que consideramos a forma *ta* uma abreviação vocabular, não um prefixo. Como seu *corpora* consiste em língua falada, é natural que haja abreviações e junção de palavras. Segundo Cunha & Cintra, o

ritmo acelerado da vida intensa de nossos dias obriga-nos, necessariamente, a uma elocução mais rápida. Economizar tempo e palavras é uma tendência geral do mundo de hoje. Observamos, a todo momento, a redução de frases e palavras até limites que não prejudiquem a compreensão. É o que sucede, por exemplo, com os vocábulos longos, e em particular com os compostos greco-latinos de criação recente [...] (CUNHA & CINTRA, 2013, p. 130).

Os autores apresentam, como exemplos, *auto* (por *automóvel*), *foto* (por *fotografia*), *moto* (por *motocicleta*), *ônibus* (por *auto-ônibus*), *pneu* (por *pneumático*), *quilo* (por *quilograma*).

Retomando nossa crítica ao fato de Castilho considerar *ta* de *tafalado* — junção realizada na fala de *tá falado* — como prefixo, apresentamos outras palavras que julgamos serem formadas por abreviação na oralidade: *cê* (por *você*), *tava* (por *estava*), *tive* (por *estive*), *tavam* (por *estavam*), *vo* (por *vou*).

Merece destaque a diferenciação que Carone (1995) faz de vocábulo fonológico e vocábulo formal, ratificando nossa postura em não considerar que *ta* é prefixo de *tafalado*, já que se trata de um vocábulo fonético, não formal. Segundo a autora, a

integração dos clíticos a um vocábulo dotado de tonicidade tem como resultado a formação de um grupo de força que se comporta como um só vocábulo fonológico, apesar de se tratar de dois ou mais vocábulos mórficos. Assim, *dá-lo* equivale a um dissílabo paroxítono e *davam-no*, a um trissílabo proparoxítono. De um ponto de vista fonético-fonológico, não há como distinguir *cavá-lo* de *cavalo*, ambos um só vocábulo fonológico. No entanto, o primeiro contém dois vocábulos mórficos; o segundo, apenas um (CARONE, 1995, p. 34).

Não tratamos neste trabalho da alteração fonética *tafalano* por *tafalando* por não julgarmos pertinente ao tema da dissertação.

4.6.1.4 Verbos que compartilham o mesmo sujeito: auxiliares, plenos ou auxiliares

Em “10.3.1. O problema da auxiliaridade”, a NGPB exemplifica o fato de haver uma situação intermediária entre verbo pleno e verbo auxiliar, em que os verbos são denominados “auxiliares” (Cf. LOBATO, 1975 *apud* CASTILHO, 2012b, p. 445)¹²². Vale ressaltar que esse estágio não está identificado no percurso verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar, na NGPB.

Nesses casos, os dois verbos têm o mesmo sujeito, são ambos de movimento ou de estado e não constituem uma perífrase, como se observa nos exemplos que seguem.

Dois verbos de movimento (CASTILHO, 2012b, p. 445):

- 1) *A frente fria **vem chegando**.*

Dois verbos de estado (CASTILHO, 2012b, p. 444):

- 2) *A situação **está ficando** muito complicada (D2 SP 343)*
- 3) *Nosso trato **está sendo** assim.*

Castilho apresenta testes com as sentenças 1, 2 e 3 acima, para mostrar que os verbos compartilham o mesmo sujeito (CASTILHO, 2012b, p. 445):

- 1) *A frente fria vem da Antártida./ A frente fria chega da Antártida.*
- 2) *A situação está muito complicada./ A situação fica muito complicada.*
- 3) *Nosso trato está assim./ Nosso trato é assim.*

Segundo o referido linguista, quando os dois verbos têm o mesmo sujeito, mas indicam, cada um, estado e movimento, eles formam uma perífrase, constatada pelo

¹²² LOBATO, L.M.P. “A auxiliaridade em português”. In: LOBATO, L.M.P. *Análises linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 27-91.

fato de ser impossível negar apenas um dos verbos:

Se a negação toma por escopo os dois verbos, e não apenas um deles, V1 é verbo auxiliar, e V2 é um verbo pleno auxiliado, e o conjunto se constitui numa perífrase:

(156g') Ele não **estava falando** que a topografia.../ * ele estava não falando que a topografia...

(156f') A frente fria não **vem chegando**.../ * A frente fria vem não chegando...

(156h') Os preços não estão subindo.../ *Os preços estão não subindo... (CASTILHO, 2012b, p. 445)¹²³.

Segundo o referido autor, quando não é possível negar apenas o segundo verbo, trata-se de perífrase, já que é grande, entre os dois verbos, a “coesividade sintática” (CASTILHO, 2012b, p. 445). Podemos relacionar essa expressão aos parâmetros de Lehmann, tratados no segundo capítulo deste trabalho, aplicando-os aos exemplos transcritos acima.

A impossibilidade de se negar o segundo verbo mostra que o auxiliar forma, com o verbo pleno auxiliado, uma expressão cristalizada. Assim, usando-se os parâmetros de Lehmann no eixo sintagmático, há diminuição do escopo do verbo auxiliar (*estava*, *vem* e *estão* ligam-se respectivamente a *falando*, *chegando* e *subindo*), de sua conexidade — os verbos auxiliares *estava*, *vem* e *estão* apresentam-se mais fixos no interior da frase — e da variabilidade sintagmática, já que fica menor a possibilidade de esses verbos auxiliares se moverem dentro da construção em que ocorrem.

Não conseguimos aplicar os princípios de Hopper “estratificação”, divergência” e “especialização” porque, na NGPB, não houve exemplos suficientes para que se apontasse ou não a coexistência de formas novas e velhas (estratificação), funções diferentes para o mesmo item (divergência) ou a frequência de uso de uma forma em relação a outra coexistente (especialização). Em relação à persistência, podemos afirmar que o verbo auxiliar *vem* mantém o traço semântico de movimento (não avaliamos os verbos auxiliares *estava* e *estão*, visto que a NGPB não apresenta exemplos de uso desses verbos como plenos no Português Brasileiro). Quanto ao princípio da descategorização, os três auxiliares citados a sofreram, pois perderam a autonomia dos verbos plenos, como se pode observar a partir dos parâmetros de Lehmann neles aplicados.

¹²³ V1 é verbo auxiliar; V2 é verbo pleno auxiliado na NGPB.

A impossibilidade de negar também o segundo verbo não ocorre na perífrase *começou a andar* do exemplo *Começou a andar direito* (CASTILHO, 2012b, p. 445). Assim, o autor afirma que há diferentes graus de gramaticalização das perífrases aspectuais.

4.6.1.4.1. As alterações semânticas do verbo auxiliar

Em “A alterações semânticas do verbo auxiliar” (item 3 da seção “10.3.1. O problema da auxiliaridade”), o autor afirma que “Durante **o processo de gramaticalização (melhor se diria semanticização)**, o vocábulo sofre alterações semânticas.” (CASTILHO, 2012b, p. 445, grifo nosso). Cabe observar que o autor faz o comentário entre parênteses, mas não substitui o termo “gramaticalização” por “semanticização”. Assim, o linguista não exemplifica a separação que faz entre esses dois dos quatro domínios (lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização) relacionados aos sistemas da língua: léxico, semântica, discurso e gramática em sua teoria multissistêmica.

Acreditamos que alterações semânticas sejam parte do processo de gramaticalização, conforme exposto no segundo capítulo desta dissertação, quando mostramos que, nos processos de gramaticalização de um item ou construção, no que tange ao seu sentido, a transferência metafórica pode evoluir para abstratização e genericização, resultando em desbotamento, indistinção progressiva e eventual esvaziamento semântico (Cf. VOTRE, 1996).

4.6.2 Gramaticalização de *ter* e *haver*

Os verbos *ter* e *haver* têm, desde o Latim, sentidos muito próximos relacionados à posse (*tenere* significava “ter em suas mãos, possuir”, e *habere*, “ter em sua posse, ser dono, guardar”) (CASTILHO, 2012b, p. 402). Não é nosso objetivo tratar de seus usos no Latim e no Português arcaico. Neste trabalho, apresentamos um breve histórico, com base na NGPB, para explicar a gramaticalização desses verbos em tempos verbais no Português Brasileiro.

O verbo pleno latino *habere*, que formava construções em que o sujeito era o possuidor e o objeto direto era possuído, não prevalece hoje. Como remanescência do verbo *haver* pleno, temos a construção *haver + de + infinitivo*: *Hei de vencer* (CASTILHO, 2012, p. 404). A gramaticalização dos verbos *ter* e *haver* como verbos

auxiliares levou à formação do futuro do presente e do pretérito e do pretérito perfeito composto.

Formação do futuro do presente e o futuro do pretérito

A construção latina de infinitivo + *habere* originou o futuro do presente e o futuro do pretérito do Português. No Latim vulgar, a estrutura *Scribere litteram habeo.*, que significa “Eu tenho uma carta para escrever.”, condensava “posse, futuridade e modalização” (CASTILHO, 2012b, p. 403). No próprio Latim vulgar, construções semelhantes tornaram-se mais usadas do que as simples, tomando corpo, então, o emprego de construções perifrásticas latinas, que, por mudanças fonéticas, originaram o futuro do presente e o futuro do pretérito no Português:

Amare habeo > “*amarábeo* > *amaráveo* > **amaráeo* > * *amarayo* > *amaray* > *amarei*”

“*Amare habebam* > *amare aveva* > **amaravéa* > **amarea* > *amaria*” (CASTILHO, 2012b, p. 404)

Retomamos a explicação que Castilho oferece no Glossário do termo “gramaticalização”, sobre a gramaticalização do futuro do presente em Português, a partir do Latim:

Gramaticalização

(...) A formação do futuro no português é um exemplo de gramaticalização sempre lembrado. Perdido o morfema modo-temporal latino {-bo}, presente em *amabo*, cria-se a perífrase de infinitivo + *habeo*, como em *amare habeo*, via atribuição de novas funções ao verbo *habere*, que deixa de organizar uma sentença, transformando-se em auxiliar de um verbo no infinitivo (*amare*, neste exemplo). O conjunto *amare habeo* passa por várias transformações fonológicas (*amare habeo* > *amaráveo* > **amaráeo*¹²⁴ > *amarei*, surgindo {-re-} como um novo morfema modo-temporal presente em *amarei*. A nova forma nos leva de volta a uma forma simples, o que desencadeia novo ciclo de gramaticalização, surgindo agora uma nova perífrase, formada por *ir/ter de* + infinitivo, como em *vou amar*, *tenho de amar*. Comparando *amare habeo* com *vou amar*, nota-se que a marcação gramatical de tempo e modo migrou da posição latina pós-núcleo para a posição portuguesa pré-núcleo (...) (CASTILHO, 2012b, p. 679).

¹²⁴ Como consta em “Como consultar esta gramática”, o asterisco, colocado antes das palavras, “indica que se trata de palavras que existiram por hipótese, não tendo sido documentadas” (CASTILHO, 2012, p. 36).

Formação do pretérito perfeito composto

O pretérito perfeito composto derivou dos verbos latinos *habere/tenere*, de ocorrências em que, no Latim vulgar, “esses verbos selecionavam um objeto direto seguido do predicativo desse objeto, expresso por um particípio passado” (CASTILHO, 2012b, p. 405). Observemos o exemplo *Habeo epistolam scriptam*. (*op. cit.*) — em Português, *Eu tenho uma carta escrita*. —, que indica posse no presente como resultado de uma ação no passado (*Escrevi uma carta e agora tenho uma carta escrita*). Por reanálise, *tenho uma carta escrita* origina *tenho escrito uma carta*, estrutura formada pelo pretérito perfeito composto. Houve perda do sentido de posse e de um presente resultante do passado e ganhou-se a noção de um passado que se estende até o presente.

4.6.2.1 Perífrases *ter* + particípio

Com base na análise de várias gramáticas do Português Europeu e do Português Brasileiro, Castilho afirma que as perífrases de particípio¹²⁵ “são mais gramaticalizadas do que as perífrases de gerúndio e de infinitivo” (CASTILHO, 2012b, p. 447). Um dos métodos de se comparar os diferentes graus de GR das perífrases foi a sua comparação com formas simples, com as quais corresponderiam num grau alto de gramaticalização — *Fui falar...* e *Falei...*; *estava morando* e *morava* (CASTILHO, 2012b, p. 449-450).

Segundo o referido autor, o termo “gramaticalização” assumiria, nesses casos, o sentido de “coesão sintática” entre os verbos, concernente aos parâmetros de Lehmann que explicitam a cristalização da perífrase: no eixo sintagmático, diminuição do escopo, da conexidade e da variabilidade sintagmática do verbo auxiliar.

Ainda em relação às perífrases *ter* + particípio, a NGPB as avalia como raras no *corpus* do Projeto NURC, nos casos de aspecto imperfectivo cursivo, que “apresenta o estado de coisas em seu pleno curso, sem referências às fases inicial ou final” (CASTILHO, 2012b, p. 421). O linguista interpreta essa ocorrência infrequente como processo de desaparecimento da perífrase no Português falado, com base em

¹²⁵ Segundo Castilho (2012b, p. 449), “as perífrases de particípio constituem as *formas compostas*, os *tempos compostos*, a voz *passiva perifrástica*” nas gramáticas.

três trabalhos seus, em que expressões “altamente cristalizadas tendem a ingressar na fase zero da gramaticalização”¹²⁶ (CASTILHO, 2012b, p. 423).

O referido autor comprova a cristalização dessas perífrases por meio do escopo da negação e da focalização. Quanto à negação, a sentença *Essa criança não tem brincado bastante* não admite paráfrase com modificação da posição do advérbio de negação * *Essa criança tem não brincado bastante*, a não ser que haja contraste de ações, como em *Essa criança não tem brincado, e sim falado bastante*. No que tange à focalização, *Essa criança só tem brincado* não pode ser reescrita como * *Essa criança tem só brincado*. O último exemplo passa a ser possível quando há contraste: *Essa criança tem só brincado, mas não tem falado*. (CASTILHO, 2012b, p. 423).

Retomamos aqui alguns dos parâmetros de Lehmann e dos princípios de Hopper, tratados no segundo capítulo deste trabalho. Quanto aos primeiros, o fato de a perífrase ser cristalizada pode ser relacionado, no eixo sintagmático, à diminuição do escopo do verbo auxiliar (o verbo *ter* está ligado ao verbo pleno *brincar*), de sua conexidade — o verbo auxiliar torna-se mais fixo no interior da frase — e à menor variabilidade sintagmática, já que fica menor a possibilidade de o verbo *ter* se mover dentro da construção em que ocorre. Em relação aos princípios de Hopper, aplicamos o princípio da divergência, já que o verbo *ter* não é empregado apenas como auxiliar no Português Brasileiro (como falantes nativos, reconhecemos como usual a frase *Tenho três irmãos*, em que o verbo *ter* é pleno). Os parâmetros de Lehmann descritos anteriormente justificam a perda dos privilégios sintáticos do verbo *ter* pleno, justificando o princípio da descategorização de Hopper.

4.6.3 Gramaticalização do verbo *ir*

Segundo o autor, continuou-se a inovação, um dos “princípios da gramaticalização” (CASTILHO, 2012b, p. 404), levando a substituição da forma simples *amarei* por *vou amar*. Assim, o verbo *ir* gramaticaliza-se como auxiliar,

¹²⁶ Cabe, neste momento, ressaltar que, ao afirmar que determinadas expressões tendem a ingressar na fase zero da GR, o autor assume o percurso discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero (Cf. GIVÓN, 1979), a que associa os estágios ou fases sintaticização, morfologização e desmorfemização do processo GR, já apresentados no primeiro capítulo desta dissertação. Trata, portanto, da tendência à unidirecionalidade da GR, como os funcionalistas, abordagem que critica na NGPB ao afirmar que “As línguas naturais são conjuntos de signos lineares e suas modificações ocorrem unidirecionalmente” (CASTILHO, 2012b, p. 139).

conforme descrito no percurso verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar, apresentado no capítulo primeiro deste trabalho. A esse respeito, Castilho afirma que

Ao transitar de verbo pleno a verbo auxiliar, na indicação de futuro, *ir* perdeu o sentido original de movimento referido ao falante, por contraste com *vir*, que é movimentar-se em direção ao falante. Com isso, tornaram-se possíveis construções aparentemente contraditórias como no português *ele vai ir*, *ele vai vir* (afinal, “ele vai” ou “vem?”). Note que essa contradição só ocorreria se os sentidos originais de *ir* e *vir* se tivessem mantido.
(CASTILHO, 2012b, p. 405)

O autor acrescenta que “Na perífrase de futuro *vou falar*, o auxiliar de novo se transforma num afixo, desta vez um prefixo, dando origem a estruturas como *vofalá*, análogas a *tofalano*, *tafalado*” (CASTILHO, 2012b, p. 405). Reiteramos nossa discordância desse tipo de afirmação, já que consideramos as formas *vo*, *to* e *ta* abreviações vocabulares, não prefixos (Cf. CARONE, 2005; CUNHA & CINTRA, 2013).

Ainda quanto à gramaticalização do verbo *ir*, a NGPB traz dois exemplos em que ficam claras as diferenças de alteração semântica do verbo, como auxiliante e auxiliar, respectivamente em *Ele vai caminhar até o centro da cidade.* e *Ele vai ficar de pé.* (CASTILHO, 2012b, p. 446).

No primeiro caso, ambos os verbos são de movimento, havendo composicionalidade semântica entre eles. O fato de percebermos esse sentido de deslocamento corrobora a afirmação de que traços semânticos do verbo pleno *ir* permanecem no verbo denominado “auxiliar” pela gramática tradicional e “auxiliante” pela NGPB. Como já apontamos, o verbo auxiliante ocupa uma posição intermediária entre o verbo pleno e o auxiliar no percurso de gramaticalização.

No segundo exemplo, o verbo pleno auxiliado *ficar* é um verbo de estado, e *ir* não indica movimento, não havendo, portanto, composicionalidade de sentido. Assim, *vai* é considerado verbo auxiliar, atingindo grau máximo de gramaticalização, segundo

o percurso verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar, pois como

auxiliar, *ir* ingressou no sistema gramatical da língua, em que atua como um morfema-vocábulo, concorrendo com {re/ra} na indicação de futuro. Por esse modo de ver as coisas, *ser*, *estar*, *ter* e *haver* são auxiliares, ao passo que *ir*, *querer*, *andar*, *começar* e *acabar* são auxiliares. Os auxiliares ficam a meio caminho entre o verbo pleno e o verbo auxiliar (CASTILHO, 2012b, p. 446).

A partir do fragmento transcrito, podemos acrescentar, ao percurso verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar, a etapa verbo auxiliante, completando, portanto, essa trajetória: verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliante > verbo auxiliar.

A NGPB apresenta outros exemplos em que o verbo *ir* sofreu gramaticalização, indicando respectivamente futuro do presente, futuro do pretérito e pretérito perfeito do indicativo: ***Vou fazer o trabalho amanhã.***, ***Disse que ia fazer o trabalho.*** e ***Fui falar a verdade, me estrepei.*** (CASTILHO, 2012b, p. 450). Percebemos que, nesses casos, o verbo *ir* ainda preserva traço de movimento, e, associado a verbo de ação (*fazer*, *falar*), tem função de auxiliante.

4.6.4 A gramaticalização das construções *dar certo* e *foi fez*

Na construção *dar certo*, o verbo pode funcionar como verbo-suporte ou como verbo pleno, como se observa nos respectivos exemplos:

- *Ele não deu certo naquela profissão (= não acertou)*
- — *Ele não achou o endereço.*
— *Será que você deu Ø certo? (em que Ø = o endereço).* (CASTILHO, 2012b, p. 411).

No primeiro caso, o verbo *dar* não tem o significado de “entregar”, “passar algo para”. Seu sentido só pode ser apreendido na construção cristalizada *deu certo*, que equivale a *não acertou*. O sentido do verbo está deslocado para o elemento *certo*, à sua direita e, por isso, a classificação como verbo-suporte. Já no segundo, o verbo funciona com pleno, tem o valor semântico de “entregar” ou “fornecer” o endereço.

Embora o autor considere a construção *foi fez* como um “caso interessante do ponto de vista da gramaticalização dos verbos”, ele mesmo afirma que se trata de um “marcador discursivo de sequenciação” (CASTILHO, 2012b, p. 411) e, portanto, de discursivização. No processo, existe uma sequência mínima de dois verbos, em que

o primeiro faz parte de uma classe fechada (*ir*, *pegar*) e o segundo, de uma classe aberta. Se os dois verbos forem ligados pela conjunção aditiva¹²⁷ e, temos um caso de falsa coordenação. Assim, em *Eu **peguei e falei** para ele que assim não dava mais* (CASTILHO, 2012b, p. 411), não há dois verbos plenos unidos pela conjunção *e*, mas sim a sequência cristalizada *peguei falei*, cujo sentido é apreendido pela construção, e não pelos verbos isoladamente.

Retomamos aqui um dos parâmetros de Lehmann sobre a gramaticalização: a coesão do signo no eixo paradigmático. De acordo com esse autor, paradigmas altamente gramaticalizados tendem a ser menores do que os menos gramaticalizados. Assim, a “classe fechada”, citada por Castilho (2012, p. 411), seria a de verbos mais gramaticalizados e a “classe aberta”, a dos menos gramaticalizados. Vejamos os exemplos da NGPB, retirados de Rodrigues (2006, 2009 *apud* CASTILHO, 2012, p. 411)¹²⁸:

- *Não gostei do sapato, **fui troquei** por outro.*
- *Ele pediu dinheiro emprestado, eu **fui e dei**.*
- *Aí minha mãe **pegou fez**.*

As formas verbais que correspondem ao primeiro elemento das construções *fui* e *pegou* participam de um paradigma fechado pelo fato de o falante não ter escolhas para substituí-los. Trata-se de formas especializadas, altamente gramaticalizadas. Já os segundos elementos da sequência *troquei*, *dei* e *fez* apresentam-se como verbos plenos, pertencentes a paradigmas maiores. Podem, portanto, ser substituídos por vários outros, dependendo da intenção do falante:

*Não gostei do pão, fui/peguei **comprei** outro.*

*Ele me ameaçou bater com uma colher, fui/peguei **bati** nele primeiro.*

*Estava com raiva, peguei/fui **bati** a porta¹²⁹.*

Embora a NGPB não apresente o percurso verbo *ir* pleno > verbo *ir* funcional > verbo *ir* auxiliar > sequência *foi fez* como marcador discursivo, essa trajetória pode ser inferida pela gramaticalização do verbo *ir*, que sofre a passagem, não obrigatória, verbo pleno > verbo auxiliar, apresentada no capítulo segundo deste trabalho e

¹²⁷ Vale notar que Castilho (2012, p. 411) emprega termo da gramática tradicional (“conjunção aditiva”).

¹²⁸ RODRIGUES, A. *Eu fui e fiz essa tese: as construções do tipo “foi fez” no português do Brasil*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, tese de doutorado, 2006.

¹²⁹ ‘Ir’ e ‘pegar’ nas construções do tipo ‘foi fez’: gramática de construções e contexto de gramaticalização”. In: CASTILHO (org.). *História do português paulista*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, 2009, vol. I.

¹²⁹ Exemplos nossos.

ampliada na NGPB para verbo pleno > verbo auxiliante > verbo auxiliar. Exemplificamos essa trajetória a seguir: *Vou à praia*¹³⁰ > *Ele vai caminhar até o centro da cidade.* > *Ele vai ficar de pé.* (CASTILHO, 2012b, p. 446) > *Será que vai chover hoje?* (CASTILHO, 2012b, p. 405).

4.6.5 Gramaticalização dos modais

De acordo com a NGPB, os auxiliares modais se originam de verbos plenos. Vejamos os exemplos (CASTILHO, 2012b, p. 441):

Quadro 6: Exemplos de verbos modais plenos e auxiliares

	Verbo pleno	Verbo auxiliar modal
<i>Poder</i>	<i>Tudo posso, mas nem tudo me convém.</i>	<i>Posso comer doce de leite, vocês é que não deixam</i>
<i>Querer</i>	<i>Quero mais doce de leite.</i>	<i>Quero comer mais doce de leite! Querer falar em público. (CASTILHO, 2012b, p. 451)</i>
<i>Dever e poder</i>	<i>Devo, reconheço, pagarei quando puder.</i>	<i>Devo pagar minhas contas, quando puder arranjar o dinheiro Dever/poder falar em público. (CASTILHO, 2012b, p. 451)</i>

O linguista afirma que os auxiliares *poder* e *querer* estão em processo de clitização no Português Brasileiro, ou seja, estão, nestes casos, tornando-se prefixos. Mais uma vez discordamos dessa afirmação, por considerarmos os exemplos que seguem casos de abreviação vocabular (Cf. CARONE, 2005; CUNHA & CINTRA, 2013): *Pode parar com isso!* → ***popará** com isso!* e *Quer parar com isso?* → ***quepará** com isso?* (CASTILHO, 2012b, p. 441).

Na seção em que trata da gramaticalização dos modais, o autor não mostra exemplos da passagem do verbo pleno a auxiliar modal, limitando-se a apresentar os exemplos acima. Retomamos a explicação de Gonçalves *et al.* (2007), que consta do segundo capítulo desta dissertação, para o início do processo de gramaticalização da

¹³⁰ Exemplo nosso.

expressão da construção *quer dizer*.¹³¹ Em um primeiro estágio, o verbo volitivo *querer* modaliza o verbo *dizer*, ambos plenos e sintática e semanticamente autônomos: — *Alguém quer dizer alguma coisa?*. A mudança de escopo, de modalizador de sintagma nominal para modalizador de verbo no infinitivo corresponde à passagem de verbo pleno a auxiliar modal, em que ainda se mantêm traços semânticos do verbo pleno modalizador.

Nos exemplos do quadro acima, os verbos plenos, como *poder*, *querer* e *dever*, que indicam modalização podem ter seu escopo direcionado para outros verbos e, então, assumir função de auxiliares, carregando marcas de pessoa, tempo, modo e aspecto. Assim, os verbos plenos em *Tudo posso, mas nem tudo me convém.*, *Quero mais doce de leite.* e *Devo, reconheço, pagarei quando puder.*, quando passam a ser modalizadores de outro verbo pleno, passam a funcionar como auxiliar, mantendo, como já apresentado, traços semânticos do verbo pleno original: *Posso comer doce de leite, vocês é que não deixam/Devo pagar minhas contas, quando puder arranjar o dinheiro/Dever/poder falar em público.*

4.6.6 Síntese dos casos analisados

A NGPB fornece vários exemplos do processo de gramaticalização de verbos plenos a auxiliares para os verbos *ser*, *estar*, *ter*, *haver*, *ir*, *querer*, *poder* e *dever*, além da gramaticalização das construções *dar certo* e *foi fez*.

Esses verbos obedecem ao percurso verbos plenos > verbos funcionais > verbos auxiliares > verbos auxiliares, sem a obrigatoriedade de passar por todas as suas etapas. Vale notar que há casos em que o auxiliar perde o sentido do verbo pleno e passa a marcar apenas pessoa, tempo, modo e aspecto — lembremos do verbo auxiliar *ir* como indicador de futuro do pretérito (*Vou ficar em casa hoje*.¹³²) e outros em que os traços semânticos do verbo pleno são mantidos, como ocorre no exemplo de auxiliar modal *Posso comer doce de leite (...)*. A construção *dar certo* segue a trajetória verbo pleno > verbo suporte. Já *foi fez* percorre o percurso, cujas etapas não são obrigatórias — reiteramos —, verbo *ir* pleno > verbo *ir* funcional > verbo *ir* auxiliar > marcador discursivo. Esta última etapa é exemplificada em *Não gostei do sapato*,

¹³¹ O restante do percurso explicitado por Gonçalves *et al* (2007), em que a sequência “quer dizer” cristaliza-se, passando a ter o sentido de “significa” e posteriormente de conector de sentenças ou conector discursivo não interessa nesta etapa do trabalho.

¹³² Exemplo nosso.

fui troquei por outro., exemplo que Castilho retirou de Rodrigues (2006, 2009 *apud* CASTILHO, 2012, p. 411)¹³³.

Elaboramos um quadro relacionando as objeções de Castilho aos estudos funcionalistas sobre gramaticalização, sua proposta de teoria multissistêmica e o tratamento dado à gramaticalização de verbos na NGPB.

Quadro 7: Castilho e outros funcionalistas: o tratamento dado à gramaticalização

Percepções dos funcionalistas sobre a língua, segundo a NGPB:	Crítica de Castilho na NGPB	Tratamento que Castilho dá à gramaticalização de verbos na NGPB
- Consideram a língua dinâmica. - Representam linearmente as categorias.	As línguas não são conjuntos de signos lineares. Logo, é um paradoxo considerar seu dinamismo e representar suas categorias linearmente, apresentando modificações unidirecionais.	Castilho considera o percurso verbo pleno > funcional > verbo auxiliar, ampliando-o para verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliante > verbo auxiliar.
Assumem que categorias lexicais dão origem a categorias gramaticais	Os produtos linguísticos não avançam do léxico para a gramática, visto que cada domínio (léxico e gramática) é um sistema autônomo e, portanto, funciona sem determinação do outro.	- Quando trata do percurso verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar, o autor faz a ressalva de que não é obrigatório que o verbo passe por todos os pontos do processo, assumindo, portanto que há tendência à unidirecionalidade. - Não encontramos exemplos de categorias gramaticais que se tornaram lexicais na NGPB.
Dispõem léxico, discurso, gramática e semântica em escala, havendo hierarquia entre eles.	Não há derivações entre léxico, discurso, gramática e semântica. Desse modo, não há hierarquia entre esses sistemas. As derivações ocorrem dentro de um mesmo sistema.	Não há exemplificação de derivações dentro de um mesmo sistema quanto ao verbo.

A partir desse quadro, percebemos que Castilho propõe na NGPB uma teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista; porém, trata a gramaticalização do verbo como os funcionalistas que, segundo o linguista, dispõe léxico, discurso, gramática e semântica em escala hierárquica. Ratificamos essa afirmação com o fato de, no estudo do verbo na NGPB, o autor não só seguir a trajetória linear da

¹³³ RODRIGUES, A. *Eu fui e fiz essa tese: as construções do tipo “foi fez” no português do Brasil*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, tese de doutorado, 2006.

‘Ir’ e ‘pegar’ nas construções do tipo ‘foi fez’: gramática de construções e contexto de gramaticalização. In: CASTILHO (2009). (org.). *História do português paulista*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, 2009, vol. I.

gramaticalização, mas também criar a etapa “verbo auxiliante” para o percurso da gramaticalização de verbos no Português Brasileiro. Conforme discutimos no segundo capítulo desta dissertação, esse recurso é apontado como possível e não obrigatório na literatura (HOPPER, 1991; MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996; LEHMANN, 2002; HEINE, 2003; HOPPER & TRAGOTT, 2009) e por Castilho na NGPB. Apesar de esse autor ter apresentado como desgramaticalização a passagem de uma forma presa a uma livre (CASTILHO, 1997), conforme tratamos também no capítulo segundo deste trabalho, não há exemplos de desgramaticalização na NGPB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema do trabalho é a gramaticalização de verbos no Português Brasileiro, na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho. Propomos duas perguntas de pesquisa: Há processos de gramaticalização de verbos no Português Brasileiro na *Nova Gramática do Português Brasileiro*? Se há esses processos no *corpus* analisado, qual é sua trajetória?

Para responder à primeira, procuramos todas as ocorrências do termo “gramaticalização” no *Sumário* e no *Índice de matéria* da obra, além de fazer uma leitura atenta dos capítulos *Os sistemas linguísticos* — que trata da gramática e da gramaticalização, além dos outros três sistemas (léxico, semântica e discurso) — e *O sintagma verbal*, destinado quase em sua totalidade à gramaticalização do verbo. Durante a leitura e consequente identificação dos processos de gramaticalização de verbos na obra, analisamos a trajetória explicitada pelo autor e pelos estudiosos abordados no capítulo segundo desta dissertação.

Partindo das duas perguntas de pesquisa, nossos objetivos eram verificar se havia processos de gramaticalização de verbos no *corpus* selecionado e identificar a sua trajetória. Observamos atentamente as definições e os exemplos de gramaticalização de verbos na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, procurando estabelecer o percurso a partir da fundamentação teórica do segundo capítulo deste trabalho, quando ele não era fornecido pelo autor. A obra aborda a gramaticalização dos verbos *ser*, *estar*, *ter*, *haver*, *ir*, *querer*, *poder* e *dever*, além da construção *foi fez*, que faz parte da trajetória de gramaticalização do verbo *ir*. Além disso, o percurso descrito e exemplificado foi *verbo pleno* > *verbo funcional* > *verbo auxiliante* > *verbo auxiliar*, sendo que não necessariamente todas as etapas existem na descrição da gramaticalização de cada verbo.

Conforme pontuado nas *Considerações Iniciais*, o autor criou uma teoria para o estudo da gramaticalização, a teoria multissistêmica, de base funcionalista-cognitivista. No entanto, por meio da análise do *corpus*, constatamos que ela não é aplicada na descrição da gramaticalização do verbo no Português Brasileiro na obra analisada. Embora critique sua abordagem, o autor segue a linha dos pesquisadores funcionalistas constante no segundo capítulo desta dissertação, por admitir a trajetória

verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar como um percurso possível — não obrigatório, portanto — da gramaticalização do verbo.

Na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, Ataliba de Castilho não só assume esse *cline* na descrição da gramaticalização dos verbos, como cria uma etapa intermediária entre o verbo funcional e o auxiliar, aumentando o percurso para *verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliante > verbo auxiliar*. Apresenta, ademais, o grau máximo de gramaticalização por meio dos prefixos *ta* (*tafalado*) e *vo* (*vofalá*). Como já foi apontado, discordamos da classificação desses dois itens como prefixos, mas não podemos deixar de ressaltar que essa posição de Castilho ratifica a escala de Givón (1979): *discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero*.

Além disso, apesar de afirmar, em sua teoria multissistêmica, que não há hierarquia entre os sistemas léxico, discurso, gramática e semântica e que as derivações ocorreriam, pois, dentro de um mesmo sistema, o linguista não trata da gramaticalização de verbos aplicando esse pressuposto teórico. Assim, na NGPB, a gramaticalização do verbo é tratada a partir do percurso linear, não obrigatório, adotado pelos autores Castilho (1997), Givón (1979), Hopper (1991), Hopper & Traugott (2009), Lehmann (2002), Martelotta (2011), Martelotta, Votre & Cezario (1996) e Heine (2003), entre outros estudiosos abordados no segundo capítulo deste trabalho.

Vale ressaltar que Castilho apresenta um quadro muito interessante sobre as categorias cognitivas (*pessoa, espaço, tempo, objeto, visão, movimento e evento*) e suas subcategorias, merecendo destaque as de espaço e tempo, relacionadas aos mecanismos motivadores da gramaticalização, abordados também no segundo capítulo desta dissertação: lembremo-nos do esquema de transferência metafórica *espaço > (tempo) > texto*, formulado por Votre (1996) a partir de Closs-Traugott (TRAUGOTT & HEINE, 1991 *apud* VOTRE, 1996, p. 33)¹³⁴. Também é relevante observar a importância da subcategoria cognitiva *aspecto perfectivo/imperfectivo* da categoria *visão*, descrita na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, visto que o aspecto é uma característica gramatical do verbo bastante estudada, tanto na NGPB, como nas obras de gramáticos e linguistas do século XVI ao XXI, conforme constatamos no capítulo terceiro.

¹³⁴ TRAUGOTT, E.C. & HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. v. 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.

Verificamos que a análise desse capítulo é extremamente importante para o estudo da gramaticalização. Por meio dele, comprovamos que a gramática da língua muda constantemente, reiterando as considerações sobre mudança linguística, feitas no segundo capítulo. Além disso, e não menos relevante, concluímos, analisando diacronicamente as obras do século XVI ao XXI, que a gramaticalização é um fenômeno gradual e pancrônico da língua.

Os pesquisadores analisados no terceiro capítulo estudaram o verbo sob a perspectiva sincrônica, e Ataliba Teixeira de Castilho, uniu sincronia e diacronia. Pela formação do futuro do presente e do futuro do pretérito, evidenciou a evolução do Latim ao Português das formas *amare habeo* a *amarei* e *amare habebam* a *amaria*; pela formação do pretérito perfeito composto, mostrou como esse tempo derivou do Latim vulgar e, por reanálise, evoluiu na língua portuguesa de *tenho uma carta escrita* para *tenho escrito uma carta* e por descrições sincrônicas do Português do Brasil discorreu sobre as trajetórias de gramaticalização do verbo *ir* e exemplificou as ocorrências dos verbos *poder*, *querer* e *dever*, como plenos e como auxiliares modais.

Dessa forma, acreditamos ter mostrado a relevância do estudo da gramaticalização não só na Universidade, mas também nos ensinos Fundamental II e Médio como ferramenta de análise linguística — atentando-se para devida transposição didática. Estudar a língua sob o âmbito da gramaticalização envolve aprender a olhar para o que ela foi, tem sido e é; para sua materialidade e seus mecanismos cognitivos. Talvez essa abordagem fascine mais alunos e os conquiste para uma postura mais crítica frente à nossa língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, C. & FERNANDES, G. Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos. In: ROBOREDO, A. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Ed. Facsimilada. Vila Real: Centro de Estudos em Letras-Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007, p. XI-CII.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*: Ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem. 3. ed. Lisboa: Typographia da Academia, 1862.
- BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. Organizada por José Pedro Machado. Lisboa: s.l., 1957. (1. ed. 1540).
- BASTOS, N.M.O.B & PALMA, D.V. Porta de línguas: gramática e ensino numa visão plurilíngüe. In: BASTOS, N. M. B. & PALMA, D. V. (Orgs.). *História entrelaçada: A construção de gramáticas e o ensino da língua portuguesa do século XVI ao XIX*. São Paulo/Rio de Janeiro: IP-PUC-SP/Lucerna, 2004, p. 45-73.
- BASTOS, N. M. O. B. Gramaticografia portuguesa: séculos XVI e XIX. In: BASTOS, N. B., FÁVERO, L. L. & MARQUESI, S. C. (Orgs.). *Língua portuguesa: Pesquisa e ensino*. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2007, v. 1, p. 141-152.
- BASTOS, N.B. & PALMA, D.V. (Orgs.). *Madre Olívia: Uma linguista à frente do seu tempo*. São Paulo: Terracota, 2012.
- BOLINGER, D. *Meaning and form*. London: Longman, 1977.
- BUESCO, M. L. C. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes.html>. Acesso em: 21 maio 2015.
- CANO, M.R.O. & PALMA, D.V. *Língua portuguesa*. São Paulo: Blucher, 2012, v.1, p. 19-42.
- CARONE, F.B. *Morfossintaxe*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- CARVALHO, M.C.M. A metáfora como mecanismo motivador da gramaticalização. Disponível em: <http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/artigos/volume6/metafora-como-mecanismo-motivador.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- CASAGRANDE, N.S. A gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira: desvelando a relação entre gramática e ensino no século XVI. In: BASTOS, N. M. B. & PALMA, D. V. (Orgs.). *História entrelaçada: A construção de gramáticas e o ensino da língua portuguesa do século XVI ao XIX*. São Paulo/Rio de Janeiro: IP-PUC-SP/Lucerna, 2004, p. 25-43.
- CASTILHO, A.T. et al. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: *Funcionalismo linguístico: Novas tendências teóricas*. São Paulo, Contexto, 2012a, p. 17-42.
- CASTILHO, A.T. *Nova gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012b.

CASTILHO, A. T. A gramaticalização. *Estudos linguísticos e literários*. Salvador, v. 19, 1997.

CASTILHO, A. T. Proposta funcionalista de mudança linguística: lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/ATCastilho001.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2015.

COUTO, M.A. Gramática e teorização linguística em Portugal: a gramática filosófica de Jerónimo Soares Barbosa. *Revista Galega de Filoloxía*, [Corunha-Galiza], p. 11-31, 2004. Disponível em: http://illa.udc.es/rgf/pdf/RGF_05_enteiro.pdf. Acesso em: 06 jun. 2015.

CUNHA, A.F. Funcionalismo. In: *Manual de linguística*. MARTELOTTA, M.E. (org.). 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 157-176.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do Português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

CUNHA, M.A.F. & SILVA, J.R. Gramaticalização aplicada ao ensino de Português. In: LIMA-HERNANDES (Org.). *Gramaticalização em perspectiva: Cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010.

FÁVERO, L. L. As concepções linguísticas no século XVIII: A gramática portuguesa. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

FÁVERO, L.L. & MOLINA, M.A.G. *As concepções linguísticas no século XIX: A gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERNANDES, G. De institutione grammatica libri tres (1572) de Manuel Álvares (1526-1583). In: *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, 4 (nova fase). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007, p. 85-99. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/4/085.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, S.C.L. & CARVALHO, C. S. Critérios de gramaticalização. In: GONÇALVES, S.C.L., LIMA-HERNANDES, M.C., CASSEB-GALVÃO, V.C. (Orgs.) *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007, p. 67-90.

GONÇALVES, S.C.L., LIMA-HERNANDES, M.C., CASSEB-GALVÃO, V.C. (Orgs.) *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007, p. 15-90.

GONÇALVES, S.C.L. et al. Estudos de caso. In: GONÇALVES, S.C.L., LIMA-HERNANDES, M.C., CASSEB-GALVÃO, V.C. (Orgs.). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007, p. 91-156.

HACKEROTT, M.M.S. As lições de Said Ali (1861-1953): Uma abordagem historiográfica. In: BASTOS, N. M. B. & PALMA, D. V. (Orgs.). *História entrelaçada 3: A construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. São Paulo/Rio de Janeiro: IP-PUC-SP/Lucerna, 2008, p. 19-45.

HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEPH, B.D. & JANDA, R.D. (Eds). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2003, p. 575-601. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9780470756393.ch18/pdf>. Acesso em: 30 dez. 2014.

HOPPER, P. Emergent grammar. *Proceedings of the Thirteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. 1987. p. 139-157. Disponível em:

<http://elanguage.net/journals/index.php/bls/article/viewFile/2492/2459>. Acesso 11 jan. 2015.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: Traugott e Heine (Eds) *Approaches to grammaticalization*, 2 v., Amsterdam: Benjamins, 1991.

HOPPER, P. J. & TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1993].

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. trad. Isidoro Blinkstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.

JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. In: Hockney, D.J., Harper, William, Freed, B. (Eds.). [Contemporary research in philosophical logic and linguistic semantics. s.l. Springer Netherlands, 1975, p. 221-271]. Disponível em: <https://georgelakoff.files.wordpress.com/2011/01/hedges-a-study-in-meaning-criteria-and-the-logic-of-fuzzy-concepts-journal-of-philosophical-logic-2-lakoff-19731.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2015.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

LEITE, M.Q. Considerações sobre o uso e a norma na gramática portuguesa – o *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619), de Amaro de Roboredo. *Filologia e Linguística Portuguesa*. n. 13 (2), p. 337-368, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59891>. Acesso em: 27 maio 2015.

LEHMANN, C. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. In: Seminario Grammaticalizzazione. Pavia, 1985. Disponível em: http://christianlehmann.eu/publ/syn_dia.pdf. Acesso em: 06 abr. 2015.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. 2002. Disponível em: <http://www.christianlehmann.eu/publ/ASSidUE09.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

LOBATO, A. J. R. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

LOPES, E. Um protótipo de gramática gerativa portuguesa: a gramática de Soares Barbosa. *Alfa*, São Paulo, n. 30/31, p. 37-53, 1986/1987. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3776>. Acesso em: 16 jun 2015.

MADRE OLÍVIA [LEITE, C.C.P.]. *Nova análise semântica: Ensaio de contribuição ao conhecimento da dinâmica da língua e para colaborar na renovação do ensino do Português*. São Paulo: J. Ozon, 1970.

MARTELOTTA, M.E., VOTRE, S.J., CEZARIO, M.M. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, M.E., VOTRE, S.J., CEZARIO, M.M. (Orgs.). *Gramaticalização no Português do Brasil: Uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 45-75.

MARTELOTTA, M.E. *Mudança linguística: Uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTELOTTA, M.E. & ALONSO, K. S. Funcionalismo, cognitivismo e a dinamicidade da língua. In: *Funcionalismo linguístico: Novas tendências teóricas*. São Paulo, Contexto, 2012, p. 87-106.

MATTOS e SILVA, R. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOSO CÂMARA JR. J. *Princípios de linguística geral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MATTOSO CÂMARA JR. J. *Princípios de linguística geral*. 6 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1912, p. 130-148.

NEVES, M.H.M. Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa*, São Paulo, n. 38, p.109-27, 1994.

NEVES, M.H.M. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

NEVES, M.H.M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NEVES, M.H.M. *A vertente grega da gramática tradicional: Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem* [online]. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2005. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 24 jan 2015.

NEVES, M.H.M.N. & CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs.). *Gramáticas contemporâneas do Português*. São Paulo: Parábola, 2014, p. 9-15.

OLIVEIRA, F. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: casa d'Germão Galharde, 1536. Disponível em: <http://purl.pt/120>. Acesso em: 14 maio 2015.

PALMA, D.V. & MENDES, M.F. A Moderna gramática portuguesa de Evanildo Bechara: Uma proposta linguística para o século XXI. In: BASTOS, N. M. B. & PALMA, D. V. (Orgs.). *História entrelaçada 3: A construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. São Paulo/Rio de Janeiro: IP-PUC-SP/Lucerna, 2008, p. 157-178.

PEZATTI, E.G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A.C. (Orgs.). *Introdução à linguística: Fundamentos epistemológicos*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011. v.3, p. 165-217.

RANAURO, H. O legado de Jerônimo Soares Barbosa. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/hilmaranauro/olegadodejeronimo.html>. Acesso em: 16 jun 2015.

RITONDALE, C.A. Um estudo de redundância: à luz das propostas de Cília Coelho Pereira Leite (Madre Olívia) e outros pesquisadores. São Paulo: Clube de Autores, 2009.

ROBOREDO, A. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002. (1. ed. 1619).

SAID ALI, M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 6. ed. rev. com. Prof. Evanildo Bechara). São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SAID ALI, M. *Investigações filológicas*. Rio de Janeiro: GRIFO/MEC, 1975.

SANTANA, B.P. & BATISTA, R.O. Ensaio sobre a “Nova Análise semântica” de Madre Olívia. In: BASTOS, N.B. & PALMA, D.V. (Orgs.). *Madre Olívia: uma linguista à frente do seu tempo*. São Paulo: Terracota, 2012, p. 45- 61.

TOOKE, J. H. *Epea pteroenta, or the diversions of Purley*. London: William Tegg & Co, 1857. Disponível em: <https://archive.org/details/diversionspurle00tookgoog>. Acesso em: 08 jan. 2015.

VOTRE, S.J. Um paradigma para a linguística funcional. In: MARTELOTA, M.E., VOTRE, S.J., CEZARIO, M.M. (Orgs.). *Gramaticalização no Português do Brasil: Uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 27-43.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. 3 ed. trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2004, p. 21-95.

ZANON, M. & FACCINA, R. L. S. A arte da grammatica da lingua portugueza, de Reis Lobato, e sua contribuição para o ensino do Português no Brasil do século XVIII. In: BASTOS, N. M. B. & PALMA, D. V. (Orgs.). *História entrelaçada: A construção de gramáticas e o ensino da língua portuguesa do século XVI ao XIX*. São Paulo/Rio de Janeiro: IP-PUC-SP/Lucerna, 2004, p. 75-89.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, A.S. Motivação icônica no léxico e na gramática. In: AZEREDO, J.C. (Org.). *Língua portuguesa em debate: Conhecimento e ensino*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 147-162.

ANTUNES, I. *Muito além da gramática: Por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

BECHARA, E. Para quem se faz uma gramática? In: NEVES, M.H.M.N. & CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs.). *Gramáticas contemporâneas do Português*. São Paulo: Parábola, 2014, p. 19 a 30.

CHAGAS, P. A mudança linguística. In: FIORIN, J.L. (Org.). *Introdução à linguística*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. v. 1, p. 141-63.

CUNHA, M.A.F. & SILVA, J.R. Gramaticalização aplicada ao ensino de Português. In: LIMA-HERNANDES (Org.). *Gramaticalização em perspectiva: Cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010, p. 157-171.

DIAS, N.B. & COSTA, R.D. A gramaticalização de *por exemplo*. In: LIMA-HERNANDES (Org.). *Gramaticalização em perspectiva: Cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010, p. 65-85.

FORTILLI, S.C. & GONÇALVES, S.C.L. Gramaticalização da construção “é claro que”: Padrões na fala e na escrita. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 80-106, 2013.

GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS BETA DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 06 abr. 2015.

IGNÁCIO, S.E. & HINTZE, A.C.J. Um estudo sobre as funções de expressões gramaticalizadas. In: NEVES, M.H.M. (org.). *Descrição do Português: Definindo rumos*

de pesquisa. Araraquara: FCL Laboratório editorial UNESP/Araraquara-Cultura Acadêmica Editora, 2001, p. 25-35.

LEITE, M.Q. Tradição, invenção e inovação em gramáticas da língua portuguesa — séculos XX e XXI. In: NEVES, M.H.M.N. & CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs.). *Gramáticas contemporâneas do Português*. São Paulo: Parábola, 2014, p. 115-133.

MARTELOTTA, M.E. & SILVA, L.R. Gramaticalização de *então*. In: MARTELOTTA, M.E., VOTRE, S.J., CEZARIO, M.M. (Orgs.). *Gramaticalização no Português do Brasil: Uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 221-235.

MARTELOTTA, M.E. & RÊGO, L.M.R. Gramaticalização de *lá*. In: MARTELOTTA, M.E., VOTRE, S.J., CEZARIO, M.M. (Orgs.). *Gramaticalização no Português do Brasil: Uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 237-276.

NEVES, M.H.M. Estudar os usos linguísticos. Ou: A visão funcionalista da linguagem. In: *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M.H.M.N. *A gramática passada a limpo: Conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola, 2012.

NOGUEIRA, M.T. As expressões *isto é*, *ou seja* e *quer dizer*. In: NEVES, M.H.M. (org.). *Descrição do Português: Definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: FCL Laboratório editorial UNESP/Araraquara-Cultura Acadêmica Editora, 2001, p. 37-47.

PALMA, D.V. Gramaticalização, pensar metafórico, indeterminação do sentido e ensino de língua portuguesa. In: Bastos, N.B. (Org.) *Língua portuguesa em Caleidoscópio*. São Paulo: EDUC, 2004, p. 158-178.

PALMA, D.V. A Gramática de usos do Português, de Maria Helena de Moura Neves: a instauração de um novo paradigma na produção de textos gramaticais, na perspectiva da Historiografia Linguística. Simpósio: *Os estudos linguísticos no Brasil: História, historiografia e ideologia*. IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN. Belém do Pará, 2015 (PowerPoint).

SANTOS, J.M. Gramaticalização do verbo *viver* e o ensino/aprendizagem de perífrases verbais por meio dos livros didáticos e gramáticas normativas. In: LIMA-HERNANDES (Org.). *Gramaticalização em perspectiva: Cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, H.H.B. Os processos de gramaticalização e discursivização do *aí* usado por falantes de distintos graus de instrução. In: Anais do SILEL. v. 3. n.1. Uberlândia, EDUFU, 2013.

SILVA, R.V.M. A mudança linguística no funcionalismo. In: SILVA, R.V.M. *Caminhos da linguística histórica: Ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008, p.71-95.

TEIXEIRA, A.C.M. & OLIVEIRA, M.R. Gramaticalização das construções *vá lá* e *vamos lá*. *Revista Todas as Letras*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, v. 12, n. 1, p. 70-79.